



Há uma relação
direta entre rigor e
credibilidade.
Somos nós que a
fazemos.

► Relatório
e Contas
2018

MOZA

O valor é teu.

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Senhores Accionistas, Clientes, Colaboradores e Stakeholders em geral,

O ano de 2018 foi caracterizado por uma conjuntura económica difícil, de contracção, com forte afectação não só no tecido empresarial como na capacidade de poupança e consumo das famílias.

O Sistema financeiro em geral viu-se na contingência, face ao aumento dos níveis de sinistralidade, de aumentar as suas imparidades bem como de assumir uma posição muito mais conservadora em matéria de crédito a conceder. Apesar de uma evolução no sentido de uma redução dos níveis das Taxas, estas ainda se mantiveram a níveis muito elevados e francamente penalizadoras para a economia em geral.

No Moza Banco, 2018 foi um ano de intenso trabalho, o que culminou com a manutenção da trajectória de recuperação que encetamos há cerca de dois anos. Foi na verdade um ano de consolidação. Um ano em que o Moza deu corpo à sua estratégia de recuperação da confiança do mercado, em linha, aliás, com o já ocorrido em 2017 pela evolução, crescimento e consolidação da nossa quota de mercado.

Nestes termos, e apesar do ambiente económico referido, a nossa carteira de crédito conheceu um crescimento em cerca de 20%, colocando-nos com uma quota de mercado de 8,66% em Dezembro contra a quota de 7,42% em Dezembro de 2017.

A nível dos Recursos, o nosso crescimento foi de 39%, o que nos permitiu alcançar uma quota de mercado em Dezembro de cerca de 5,92% contra 4,74% em Dezembro de 2017, consolidando deste modo a 5ª posição no ranking dos Bancos a operar no País.

Por seu turno, o movimento financeiro do Banco situou-se nos **MZN 46.752 Milhões** o que representa um crescimento de cerca de 29% face a 2017.

Crescemos de igual forma em número de Clientes e Transacções. Rubricamos importantes acordos com novas entidades para a prestação de serviços muito direccionados e específicos para os mesmos.

Esta extraordinária evolução dos indicadores da actividade comercial que temos registado, foi alvo de reconhecimento pela KPMG no âmbito da 20ª Edição da pesquisa das 100 maiores Empresas de Moçambique, na qual o Moza Banco foi distinguido como a Instituição com **Maior Variação em termos de Volume de Negócios no sector das actividades Financeiras e Seguros em 2017**.

Este prémio, vem juntar-se a outras distinções alcançadas em 2018, nomeadamente o Prémio de **Melhor Inovação na Banca de Retalho e Melhor Estratégia de Reestruturação**, atribuídos pela "International Banker" e "Banker África", respectivamente, duas renomadas publicações internacionais de especialidade na área de Banca e Finanças.

São distinções que muito nos orgulham, pois representam um sinal inequívoco da Recuperação da Confiança junto do mercado em geral, e dos nossos Clientes em particular, fruto do excelente trabalho desenvolvido pelos Colaboradores e quadros da instituição, os quais com o seu empenho e dedicação, têm contribuído para a consolidação, crescimento e afirmação do Moza. Esta evolução representa igualmente o sucesso da estratégia de negócio em curso definida pelos Accionistas, alicerçada no ADN de um "Banco Relacional", que se inspira no Cliente enquanto foco central do seu Posicionamento Estratégico.

O ano de 2018 ficaria, marcado, ainda, pela mudança de instalações para uma nova Sede do Banco, atestando a nossa determinação em cada vez mais nos afirmarmos como:

- Um Banco de referência nacional;
- Um Banco com um toque de classe e inovação como o prova o Balcão digital que lançamos;
- Um Banco com ambição de crescimento, como prova, o compromisso público assumido para a abertura de 20 novos balcões ao abrigo do protocolo assinado com o MITADER;

Um Banco comprometido com o rigor, qualidade e em linha com as melhores práticas internacionais, no que concerne ao combate à fraude e à adopção de políticas de Compliance e AML ("Anti-Money Laundering").

A 16 de Junho de 2018, o Moza Banco completou 10 anos de existência e deu passos muito importantes na preparação do seu futuro. Não foi uma década com uma evolução isenta de turbulência. Mas, em todo o caso, foi uma década em que o Banco, por mérito próprio, logrou cimentar a sua presença e marca de uma forma consistente, num mercado bastante concorrencial, passando de uma Instituição que servia primeiramente, apenas, os segmentos de Corporate e Private Banking, para um claro posicionamento de Banco Universal de Retalho, oferecendo produtos e serviços adequados a todos os segmentos de mercado.

Hoje, com 55 balcões, é a 3ª maior rede de agências do país, orgulhamo-nos de estar presentes em todas as províncias deste vasto Moçambique, inclusive em alguns Distritos e Vilas mais distantes dos grandes centros urbanos, demonstrando assim um claro esforço de estar mais perto das populações. Nesta senda, em 2018, reforçamos esse estatuto com a abertura de mais duas Agências, onde se destaca a Agência de Lichinga, que marca a presença efectiva do Moza em todas as capitais provinciais do País.

Dois outros acontecimentos merecem especial destaque em 2018: Uma operação de reestruturação do Capital da Sociedade, incluindo um aumento do capital do Banco, através do qual um novo investidor de referência internacional, "a ARISE B.V.", viria a entrar na estrutura accionista do Banco, com uma participação de 29,8% e a aquisição de 100% do capital do Banco Terra Moçambique (BTM).

Esta operação de aumento de capital tem, pois, duas consequências muito importantes:

Não só, junta à família da estrutura accionista, um novo Parceiro com enorme credibilidade e reputação mundial, como reforça a nossa capacidade de crescimento.

A aquisição do BTM por seu turno, vem ampliar a nossa condição de um Banco verdadeiramente Universal de Retalho em termos de cobertura do espectro do negócio bancário, e com forte implantação nacional.

Abre-se agora uma nova fase para as duas instituições que irão ser objecto de uma operação de Fusão com o intuito de edificarmos uma entidade combinada mais Forte e Equilibrada, alavancando sinergias e forças existentes em cada um dos Bancos e consolidar a posição no mercado financeiro Moçambicano.

Com robustez institucional solidificada proveniente da operação de aumento de capital, com os reforços a nível de Infra-estrutura, Recursos Humanos e Tecnológicos que resultarão da fusão com o Banco Terra, estão criadas as condições para que a o Moza Banco rapidamente volte a ocupar um papel de maior relevo no panorama do Sistema Financeiro Nacional.

Os objectivos para 2019 são bastante ambiciosos. É nosso principal objectivo manter a trajectória crescente de índices de rentabilidade, eficiência e liquidez através de implementação de um conjunto de iniciativas tendentes ao aumento do volume de negócio, e igualmente, a manutenção de uma política de maior controlo e racionalização de custos.

Apostaremos no alargamento da nossa base de Clientes e sobretudo no aprofundamento da nossa relação com estes, pois entendemos que a criação de uma relação forte e consolidada com o Cliente significará, para além dos laços de fidelização, sinónimo de uma maior penetração transaccional por via de aumento de oportunidades de "Cross-Selling".

Assumimos o compromisso de continuar a antecipar tendências de mercado e a investir na Inovação, na Transformação Digital e na criação de produtos e serviços exclusivos, em linha com os mais elevados padrões do Sector Bancário, a nível nacional e internacional.

E porque somos um Banco apostado em criar Valor também para o Meio Ambiente e para a Sociedade onde estamos inseridos, iremos certamente incrementar a nossa contribuição neste domínio, consolidando as iniciativas que lançamos ao longo do ano, assim como expandir e desenvolver novos projectos com o potencial de transformar a vida das comunidades e da sociedade no geral com particular enfoque para as áreas da saúde, educação e literacia financeira, preservação ambiental e protecção de espécies em extinção, entre outras.

Ao nível dos Recursos Humanos, o nosso maior Activo, iremos, apostar na continuidade em garantir um ambiente e condições de trabalho propícias que estimulem cada vez mais a criatividade e motivem os Colaboradores e quadros no exercício das suas funções. Neste contexto apostaremos na Formação, mas também na Promoção da Progressão das Carreiras com base em critérios que privilegiem a Meritocracia.

A terminar, gostaria em nome do Conselho de Administração, de manifestar o nosso reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que têm contribuído para o regaste da confiança e reafirmação do Banco no mercado, em especial aos Colaboradores pela forma empenhada e profissional como têm conduzido a sua missão, aos nossos Clientes por manterem a sua confiança nesta Instituição, aos nossos Accionistas por todo o suporte financeiro, e não só que nos têm concedido, e às Entidades de Supervisão e Governamentais por todo o apoio na condução do processo de estabilização do Banco.


Presidente do Conselho de Administração
 Dr. João Figueiredo

2. Principais Destaques

2.1 Principais indicadores

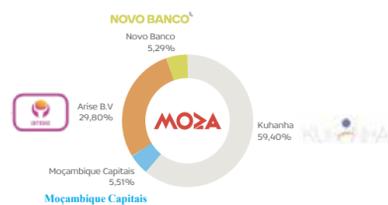
Principais indicadores (Em milhares de meticals)	2016	2017	2018	VAR. % 2018 - 2017*
Balanço				
Activos Totais	27,672,824	26,675,998	36,411,293	36%
Crédito a Clientes (Líquido) ¹	17,146,038	15,281,038	17,985,608	18%
Recursos de Clientes	16,058,310	17,960,107	24,893,226	39%
Rácio de Transformação (Crédito/Depósitos)	119%	101%	88%	-13 pp
Posicionamento Competitivo²				
Quota de mercado no Crédito a Clientes	6.75%	7.42%	8.66%	1,23 pp
Quota de mercado em Depósitos	4.52%	4.74%	5.92%	1,18 pp
Quota de mercado em Activos	5.04%	4.97%	6.06%	1,09 pp
Rendibilidade				
Resultado Antes de Impostos	(5,440,634)	(1,457,316)	(713,403)	51%
Produto Bancário	524,310	2,467,330	2,491,183	1%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	-211.33%	-16.85%	-7.79%	9,05 pp
ROA	-19.04%	-5.47%	-2.11%	3,35 pp
Límites Prudenciais				
Tier I	-19.40%	19.96%	25.66%	5,69 pp
Rácio de Solvabilidade - Moza Banco	-98.88%	23.46%	21.70%	-1,76 pp
Rácio de liquidez	n.a	36.30%	49.92%	13,6 pp
Qualidade dos Activos				
Crédito Vencido >90 dias	875,924	1,593,292	2,162,766	35.7%
Crédito Vencido Total	1,501,812	1,723,065	2,225,883	29.2%
Imparidade do Crédito	1,980,050	2,947,332	3,872,886	31.4%
Crédito Vencido >90 dias/Crédito a Clientes	4.64%	9.04%	10.21%	1,17 pp
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	226%	185%	179%	-5,9 pp
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido Total	132%	171%	174%	2,94 pp
Imparidade do Crédito/Crédito a Clientes	10.48%	16.72%	18.29%	1,56 pp
Eficiência				
Custos Operacionais	3,464,485	2,445,988	2,777,127	13.5%
Outros gastos operacionais	2,459,462	1,502,955	1,638,991	9.1%
Gastos com Pessoal	1,005,023	943,033	1,138,136	20.7%
Custos Operativos/Activos Totais (%)	12.5%	9.2%	7.6%	-1,5 pp
Cost-to-Income ³	660.8%	99.1%	111.5%	12,3 pp
FSE/Produto Bancário	469.1%	60.9%	65.8%	4,8 pp
RH/Produto Bancário	191.7%	38.2%	45.7%	7,4 pp
Indicadores de negócio				
Agências Bancárias	55	53	55	4%
Nº de ATMs	108	108	111	3%
Nº de POS	2,623	3,094	2,747	-11%
Nº de Colaboradores no final do Período	731	732	753	3%
Nº de Clientes	102,877	116,105	134,987	16%
Nº de Cartões na Rede	82,430	89,489	94,158	5%

¹ Carteira de crédito deduzido das imparidades
² Informação estatística do Banco de Moçambique, Dezembro de 2018
³ Não inclui amortizações
 pp = pontos percentuais

2.2 Principais destaques

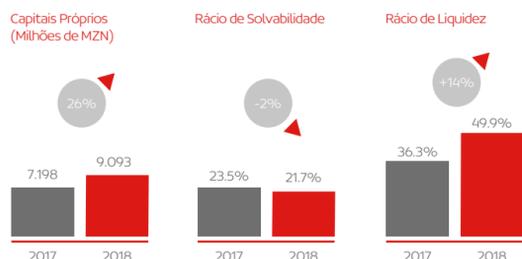
CAPITAL E SOLIDEZ

Estrutura Accionista



• A forte estrutura accionista do Moza Banco está agora reforçada com a presença de um novo accionista, de dimensão mundial, Arise B.V. (doravante designada Arise), que detém 29,8% da sociedade.

• A Arise é uma empresa gestora de um fundo de investimento líder em África com parcerias sustentáveis com entidades financeiras na África Subsaariana. A empresa foi fundada por três investidores de elevada reputação e "expertise", nomeadamente, o Rabobank (Banco de Referência Holandês), Norfund (um dos maiores fundos de investimento do Mundo e de origem Norueguesa) e FMO (Fundo de investimento Holandês). Gere actualmente mais de 660 Milhões de USD em activos e opera em mais de 10 países.

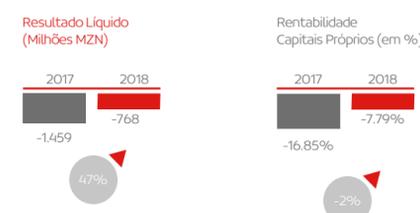


• Os capitais próprios do Banco apresentaram um crescimento de 26% comparativamente a igual período de 2017, tendo contribuído para esta evolução a entrada da Arise na estrutura accionista do Moza.

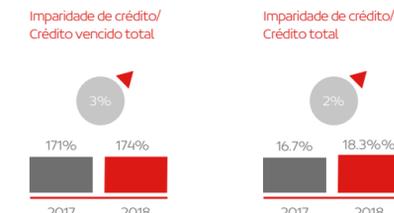
• O Moza continua a apresentar adequados níveis de solidez, face aos requisitos mínimos do Banco de Moçambique que situam-se em 11% e aos benchmarks do Mercado.

• O rácio de liquidez fixou-se nos 49,9%, acima do mínimo regulamentar que é de 25,0%, evidenciando que o Banco se encontra em condições de honrar e assumir todos os seus compromissos para com os clientes, fornecedores ou qualquer outro stakeholder.

RENDIBILIDADE



QUALIDADE DOS ACTIVOS



EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

 <p>Captação de Clientes Captados 18 mil novos Clientes</p>	 <p>Captação de Depósitos Incremento de 39% face a igual período de 2017</p>	 <p>Crédito a Clientes Crescimento de 20% face ao ano anterior</p>
 <p>Mobile e Internet Banking Crescimento de transacções de 19% face a 2017</p>	 <p>Agências Bancárias Abertura de mais 2 agências Bancárias, detendo o Moza 55 Agências Bancárias</p>	 <p>USSD - Moza Já Crescimento de transacções de 42% comparativamente ao ano de 2017</p>

2. Moza Banco

Breve Descrição

O Moza Banco, S.A. (doravante designado como Moza Banco, Moza ou Banco) é um Banco Comercial Universal de Retalho, que opera no mercado Moçambicano desde 16 de Junho de 2008, e presta serviços bancários ao longo de todo o País, com base numa rede de 55 agências bancárias (3ª maior rede de agências no sistema bancário moçambicano), oferecendo produtos e serviços para uma ampla gama de Clientes Empresariais, Individuais e de Retalho.

O ano de 2018 foi marcante para o Banco uma vez que completou 10 anos de existência onde claramente assegurou a sua posição no mercado financeiro como um Banco verdadeiramente Moçambicano. Em Dezembro de 2018, na sua estratégia de aquisição de parceria internacional, o Banco registou a entrada de um novo accionista, de dimensão mundial, a Arise B.V., o qual subscreveu e realizou integralmente a emissão de 235.000 novas acções de valor nominal de MZN 5.000, equivalente a MZN 1.175.000.000.

Actualmente, o Banco tem como accionista a KUHANHA - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique, Arise B.V (novo accionista), Moçambique Capitais, S.A., Novo Banco África S.G.P.S, S.A. (Banco Português) e Dr. António Almeida Matos.

Ainda durante o mês de Dezembro de 2018, o Moza Banco adquiriu 100% das acções do Banco Terra Moçambique (BTM). A aquisição do BTM tem como objectivo reforçar a posição de um Banco verdadeiramente nacional com uma dimensão abrangente que pretenda satisfazer as necessidades de todos os agentes económicos e contribuir para o crescimento do País.

Posicionamento Competitivo

O bom desempenho comercial do Banco na captação de depósitos e concessão de crédito, o qual foi superior à média do mercado, resultou num reforço da sua posição no sector financeiro, com a quota de mercado em termos de depósitos a evoluir de 4,74% em 2017, para 5,92% em 2018, o crédito de 7,42% para 8,66% e o activo de 4,97% para 6,06%, consolidando desde modo o quinto (5o) lugar na lista das maiores instituições financeiras em Moçambique.

É importante salientar que o Moza Banco, após a bem-sucedida operação de recapitalização do Banco que culminou com o término do período de Intervenção do Banco de Moçambique e entrada de um novo accionista maioritário a Kuhanha, tem vindo a apresentar níveis de recuperação e crescimento positivos que se reflectem na maioria captura de quota de mercado, sendo de destacar a evolução dos depósitos que atingiram níveis registados em finais de 2015, período anterior a intervenção do Banco Central.

Principais Marcos Históricos

2010
A KPMG considerou o Moza Banco como a Instituição Financeira com o crescimento mais rápido em Moçambique em termos de volume de negócios;

2011
O Banco Espírito Santo África (BES África), actual Novo Banco África, integrou a estrutura accionista do Moza com 25,1% do capital social, tendo a Moçambique Capitais (accionista fundador) mantido a sua posição de principal accionista, com 51%. Ainda em 2011, a revista prestigiada e de renome, "The Banker", classificou o Moza Banco como o quinto Banco em África com o mais rápido crescimento em relação aos activos;

2013
O accionista BES África (actual Novo Banco África) procedeu à aquisição de mais 23,9% do capital social do Moza, passando a deter 49% e foi aprovado um Plano Estratégico de 5 anos com objectivo de expansão do Moza Banco para um lugar cimeiro no sistema financeiro Moçambicano. O Plano aprovado assentava em 4 blocos principais, assegurar a excelência no serviço, posicionamento gradualmente universal, posição cimeira e rentabilidade alinhada ao mercado;

2014
A prestigiada publicação "Global Banking and Finance Review" premiou o Moza como o Banco comercial a operar em Moçambique com o mais rápido crescimento no ano de 2014;

Início de 2015
A prestigiada revista, Banker Africa, considerou o Moza como o Banco mais inovador da África Austral. O Banco assegurou a total cobertura nacional, estando presente em todas as províncias de Moçambique com um total de 45 Agências Bancárias, uma rede de 83 ATM's e 1.587 POS, com 56.692 cartões (débito e crédito) e um total de 74.567 Clientes. Em finais de 2015 o Banco, fruto da conjuntura e de um desempenho económico adverso, apresenta os primeiros sinais de menor estabilidade da sua performance económica e financeira;

Setembro de 2016
Em resultado da contínua degradação dos indicadores económicos, financeiros e da situação prudencial do Banco, o Banco de Moçambique procedeu à intervenção no Moza Banco, com o objectivo de proteger os interesses dos depositantes e stakeholders, tendo designado um Conselho de Administração Provisório que empreendeu as acções necessárias tendentes à recuperação da actividade e resgate da confiança do Banco no sector e mercado;

Junho de 2017
No âmbito do processo de recapitalização do Banco, a Kuhanha (Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique) passou a integrar a estrutura accionista do Banco, tendo injectado o capital de MZN 8.170 Milhões. De referir que após o aumento do capital, o Moza Banco restabeleceu os níveis de rácios prudenciais, tendo o regulador no dia 28 de Julho de 2017 determinado o fim das providências extraordinárias de saneamento impostas ao Moza Banco.

– De salientar que ao longo da "intervenção" o Banco nunca deixou de honrar e assumir todos os seus compromissos para com os Clientes, Fornecedores, Colaboradores e demais Stakeholders;

Dezembro de 2017
Os Accionistas do Moza Banco realizaram mais uma operação de reforço do Capital Social no montante de MZN 3.542 Milhões, proporcionando assim uma maior resiliência e sustentabilidade ao modelo de negócio do Moza, em linha com o plasmado no Plano Estratégico 2017-2021;

Dezembro de 2018,
A Arise B.V. passou a integrar a estrutura accionista do Moza, com uma participação de 29,80%;

Dezembro de 2018
O Moza Banco materializou o objectivo de aquisição de 100% das acções do Banco Terra Moçambique (BTM), perspectivando-se num futuro próximo a fusão entre as 2 instituições.

Marca Moza
Em 2018, a economia moçambicana voltou a registar um desempenho modesto, o que se traduziu na limitação da capacidade financeira das empresas e das famílias. Não obstante os desafios e obstáculos impostos pela conjuntura económica nacional, o ano de 2018, foi para o Moza Banco um ano de consolidação e de reforço do seu posicionamento no mercado, por via da retoma da confiança do mercado em geral, e dos seus Clientes em particular. De salientar que o reforço da confiança dos Clientes espelha o resultado da nova abordagem comercial do Banco, um Banco relacional, que tem o seu Cliente como o centro do seu posicionamento estratégico, e que aposta na concepção de uma oferta focada e especializada e que se distingue pela qualidade.

Foi esta confiança que permitiu a evolução das quotas de mercado do Moza, e do crescimento sustentável da instituição, com a manutenção de adequados índices de solidez e liquidez, e melhoria considerável da sua rentabilidade.

Em 2018, mais uma vez, o valor do Moza Banco foi reconhecido pelas diversas entidades, evidenciando o efeito positivo da consolidação da confiança na marca MOZA BANCO por parte dos Clientes e do mercado:

- O Moza foi distinguido pela revista Banker Africa com o prémio "Most Improved Bank", no âmbito dos Southern Africa Banking Awards 2018. O Prémio é em reconhecimento da acentuada recuperação dos indicadores financeiros e prudenciais do Banco, sustentado por uma estratégia eficaz de recapitalização.
- Moza Banco foi ainda distinguido como o mais inovador pela "International Banker", em reconhecimento da forte capacidade de inovação e qualidade de serviço como um traço distintivo do Banco ao nível do Sector Financeiro nacional.
- O Moza Banco foi distinguido em 2018 pela consultora KPMG, como a Instituição que registou a Maior variação do Volume de Negócios no Sector de Actividades Financeiras e Seguros em 2017.

O reconhecimento do valor Moza



4. Principais Eventos em 2018

4.1 Principais Eventos em 2018

O ano de 2018 foi de intenso trabalho e de manutenção da trajectória de recuperação que o Banco encetou há cerca de dois anos de acordo com o definido no seu novo Plano Estratégico. As actividades desenvolvidas permitiram alcançar feitos assinaláveis, de entre os quais se destacam os seguintes:

JANEIRO

Inauguração da Agência Lichinga
• O Moza iniciou o ano de 2018, reforçando a sua rede de agências bancárias, com a inauguração da Agência Lichinga, na província do Niassa. A cerimónia de inauguração da Agência de Lichinga, marcou a presença efectiva do Moza Banco em todas as capitais provinciais do País.

Assinatura de acordo com o Fundo de Desenvolvimento de Transportes e Comunicações (FTC)
• No âmbito da política de Responsabilidade Social, aliada a notoriedade da Marca, o Moza rubricou, no dia 31 de Janeiro de 2018, um acordo de parceria com o Fundo de Desenvolvimento de Transportes e Comunicações (FTC), com vista a reforçar a capacidade desta entidade de assegurar a disponibilidade e acessibilidade de transporte público urbano de passageiros. O acordo, prevê igualmente que os autocarros a circular nas principais cidades do país, sob gestão do FTC, passem a ostentar a marca do Moza Banco.

FEVEREIRO

Assinatura de Memorando de Entendimento entre a Kuhanha e Arise B.V
• O accionista de referência do Moza Banco, a KUHANHA SA, assinou um Memorando de Entendimento com a ARISE B.V, para a entrada deste investidor, líder no continente africano, no capital social do Moza, com uma posição minoritária na estrutura accionista. Nos termos do acordo, é objectivo das partes promover um crescimento sustentável do Moza Banco visando a consolidação e crescimento da instituição no seio do sistema bancário Moçambicano, incrementando o seu contributo no desenvolvimento de Moçambique.

Abertura da Agência Dondo
• O Moza Banco procedeu no mês de Fevereiro, a abertura de mais uma agência bancária, desta feita na cidade de Dondo, província de Sofala. Com a abertura de mais esta agência o Moza consolidou o seu estatuto de Banco com a 3ª maior rede de balcões, contando actualmente com cerca de 55 Unidades de Negócio Bancárias distribuídas por todas as províncias do País.

MARÇO

Prémio "Most Improved Bank"
• Em reconhecimento dos esforços empreendidos pelo Banco e que culminaram com a acentuada recuperação dos indicadores financeiros e prudenciais, a prestigiada publicação de especialidade na área financeira, Banker Africa, distinguiu o Moza Banco com o prémio "Most Improved Bank". O prémio foi atribuído na segunda quinzena de Março no âmbito dos Southern Africa Banking Awards 2018, um evento anual que tem como objectivo reconhecer desempenhos extraordinários e a excelência na indústria dos serviços financeiros na região da África Austral.

JUNHO

Prémio "Best Innovation in Retail Banking"
• O Moza foi distinguido pela prestigiada publicação International Banker, com o prémio Best Innovation in Retail Banking Mozambique 2018, pela sua forte capacidade na inovação tecnológica e contributo para a inclusão financeira, onde se destacam os Quiosques digitais que o Moza foi pioneiro a introduzir no país. 10ª aniversário

• A 16 de Junho de 2018, o Moza Banco completou uma década de existência. Não foi uma década com traço único, mas é sem dúvidas uma década em que o Moza conseguiu, por mérito próprio, consolidar a sua presença e marca de uma forma consistente, assumindo-se como um dos principais Bancos em Moçambique.

AGOSTO

Oferta para Aquisição da Totalidade do Capital Social do Banco Terra S.A.
• No quadro das negociações que vinha desenvolvendo o Moza Banco efectuou, no dia 24 de Agosto de 2018, uma Oferta para Aquisição da totalidade do capital social do Banco Terra S.A.

A referida transacção insere-se no âmbito de uma operação estruturada, que inclui para além da referida aquisição da totalidade do capital social do Banco Terra S.A, a posterior fusão entre o Moza Banco SA e o Banco Terra SA.

SETEMBRO

Mudança para a Nova Sede
• O ano de 2018 fica ainda marcado, pela mudança para uma nova Sede do Banco localizada na Rua dos Desportistas, Edifício JAT 6.2, nº. 713. A nova Sede do Moza Banco, para além de conferir maior comodidade aos Colaboradores e visitantes, pretende assegurar uma maior eficiência operacional e de custos, uma vez que alberga todas as Unidades Orgânicas Centrais, incluindo infra-estruturas de suporte, no mesmo espaço.

Abertura do Balcão digital
• No quadro da oferta de soluções inovadoras aos Clientes, que é uma das grandes apostas do Moza Banco, procedemos a abertura do nosso 1º Balcão 100% Digital, localizado no piso térreo do novo Edifício Sede do Banco.

Trata-se de um lugar moderno e futurista, equipado com soluções inovadoras e que privilegia a relação de proximidade, conectividade para atender e responder com maior valor as necessidades do Cliente.

OUTUBRO

Entrada em funcionamento da Unidade do 4º Cartório, destinada exclusivamente ao atendimento de Colaboradores e Clientes do Banco
• Com o objectivo de oferecer maior proximidade, celeridade e eficiência no acesso aos serviços notariais por parte dos nossos Colaboradores e Clientes, o Moza rubricou em Abril, um Memorando com o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos visando a instalação de uma Unidade notarial nas instalações do Banco. Neste âmbito, entrou em funcionamento no final de Setembro, a Unidade do 4º Cartório destinada exclusivamente ao atendimento aos Clientes e Colaboradores do Banco.

Assinatura do Memorando de Entendimento com o MISAU
• O Banco aprofundou a parceria com o Ministério da Saúde (MISAU), visando criar sinergias para a prevenção e combate à malária, uma das principais causas de mortalidade materno-infantil no País. No âmbito da parceria, o Moza tem estado a apoiar o MISAU na divulgação da campanha "ZERO MALÁRIA, COMEÇA COMIGO" através das plataformas de comunicação do Banco, incluindo nos autocarros de transporte público de passageiros. O memorando de Entendimento inclui igualmente a concessão de condições especiais no acesso a produtos e serviços financeiros aos funcionários do MISAU.

NOVEMBRO

Assinatura do Memorando de Entendimento com o MITADER para abertura de 20 Agências nos Distritos até 2020
• Posicionando-nos como um Banco com forte ambição de crescimento, assumimos o compromisso público para a abertura de 20 novos balcões ao abrigo do protocolo assinado com o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. O acto enquadra-se no projecto "Um Distrito, Um Banco" lançado pelo Governo em 2016, que tem em vista acelerar o processo de bancarização das zonas rurais, visando minimizar o sofrimento da população que tem percorrido distâncias em busca de uma unidade bancária.

Assinatura do Memorando de Entendimento com a ANAC e RNN
• O Moza Banco rubricou com a Administração Nacional de Áreas de Conservação (ANAC) e com a Reserva Nacional do Niassa (RNN), Memorandos de Entendimento em prol da conservação da rica biodiversidade de que o País dispõe. À luz destas parcerias, o Banco vai desenvolver e apoiar diversas iniciativas no âmbito da protecção e defesa da fauna bravia, demonstrando a sua importância.



Relatório e Contas 2018

DEZEMBRO

Entrada da Arise B.V. na estrutura accionista do Moza Banco

A forte estrutura Accionista do Moza Banco, está agora reforçada com a entrada de um novo Accionista, Arise B.V., que passou a deter uma participação de 29,8% da sociedade. Este novo accionista, de dimensão mundial, tem actualmente participações minoritárias em nove instituições que beneficiam do seu apoio no Ghana, Quênia, Moçambique, Ruanda, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwé. Actualmente, gere mais de 660 Milhões de USD em activos e opera em mais de 10 países, tendo a mesma como objectivo contribuir para o potenciar o crescimento económico de África e de Moçambique em particular, obtendo retornos dos seus investimentos a longo prazo que excedem as expectativas das partes interessadas.

Aprovação pelo Banco de Moçambique da operação de aumento de capital social do Moza Banco e aquisição do Banco Terra

Em 14 de Dezembro de 2018 o Banco de Moçambique aprovou uma operação estruturada que consistiu na redução e consequente aumento de capital social do Moza Banco e aquisição pelo Moza Banco de 100% do capital do Banco Terra Moçambique (BTM), no quadro do entendimento entre a ARISE e a Kuhanha, este último accionista maioritário do Moza Banco. Através desta transacção a tomada da totalidade do aumento de capital do Moza Banco foi assumida pela Arise.

Distinção pela KPMG - Maior Variação do Volume de Negócios no Sector de Actividades financeiras e Seguros em 2018

O Moza Banco foi distinguido em 2018 pela consultora KPMG, como a instituição que registou a Maior Variação do Volume de Negócios no Sector de Actividades Financeiras e Seguros em 2017. A distinção ocorreu à margem da cerimónia de apresentação do estudo anual das 100 maiores Empresas que decorreu em Maputo.

5. Estrutura Accionista e Órgãos Sociais

5.1 Estrutura Accionista

Durante o ano de 2018, registaram-se alterações na estrutura accionista do Banco, sendo de destacar, em particular, a entrada da Arise B.V. na estrutura accionista do Moza, marcando o início de um novo ciclo para o Banco.

Breve enquadramento: Operação estruturada de reestruturação do capital social do Moza Banco, a qual culminou com a entrada da Arise na estrutura accionista do Banco e aquisição do BTM

O Moza Banco, com objectivo de garantir o desenvolvimento e consolidação no mercado moçambicano, definiu nas suas directrizes estratégicas, a formação de parceria com uma entidade internacional de elevada reputação e conhecimento no sector financeiro, tendo em vista dotar o Banco de uma forte capacidade competitiva para melhor servir os seus Clientes e o Mercado em geral, e igualmente consolidar a estrutura financeira e patrimonial da Instituição.

Foi neste âmbito que, em Fevereiro de 2018, a Kuhanha, accionista maioritário do Banco, comunicou a assinatura de um Memorando de Entendimento com a Arise para a entrada desta entidade como accionista na estrutura societária do Moza Banco, tendo como objectivo promover um crescimento sustentado e consolidar a posição do Moza no sector bancário Moçambicano.

É neste contexto que, no final de 2018, a Arise B.V. passou a integrar a estrutura accionista do Moza, com uma participação de 29,8%, por via de uma operação combinada de reestruturação do capital social, em que foi possível:

- Reduzir o capital social através da absorção de prejuízos passados (MZN -6.472 Milhões), tendo por objectivo permitir a distribuição de dividendos em situações futuras de lucros e valorização implícita do valor do mercado do Moza;
- Reduzir o valor nominal das acções de MZN 25.000 para MZN 5.000, visando garantir a eficiência e flexibilidade na estrutura de capital do Banco com vista a um potencial crescimento futuro, por exemplo, capitalização bolsista, entre outras;
- Emissão de acções totalmente subscritas e realizadas pela Arise B.V., um parceiro internacional, de elevada reputação e "expertise", que irá contribuir para o desenvolvimento e consolidação do Moza no mercado, em linha com a sua visão de potenciar o crescimento económico de África e de Moçambique em particular;
- Aquisição do BTM com objectivo de uma posterior fusão das 2 entidades.

De salientar que a esta operação combinada de reestruturação do capital do Moza foi aprovada pelo Banco de Moçambique no dia 14 de Dezembro de 2018.

É importante destacar que foi a primeira vez em Moçambique que um Banco realizou uma transacção desta natureza, o que constituiu por si, um grande desafio para o Moza Banco, dada a complexidade da mesma no que se refere aos aspectos legais, financeiros e regulamentares.

O sucesso da operação de reestruturação do capital social do Moza Banco permitiu igualmente reforçar os índices de solidez e liquidez da Instituição. Em 2018, os capitais próprios do Banco apresentaram um crescimento de 30% comparativamente a igual período de 2017, tendo contribuído para esta evolução a entrada da Arise B.V. na estrutura accionista do Moza.

Aquisição do Banco Terra Moçambique (BTM)

Ainda no âmbito da operação estruturada de reestruturação do capital social, em Dezembro de 2018, o Moza Banco materializou o objectivo de aquisição de 100% das acções do Banco Terra Moçambique (BTM).

Esta aquisição visa permitir num futuro próximo a fusão entre o Moza Banco e o BTM com objectivo de construir um Banco verdadeiramente nacional, com uma dimensão abrangente que pretende disputar um lugar de relevo no panorama do sistema financeiro nacional e de criar sinergias de modo a que as actividades do novo Banco, após fusão, seja superior à actividade dos dois bancos separados.

É de realçar também que a entrada de novo accionista, Arise B.V. e a aquisição do BTM representa um sinal inequívoco da confiança depositada pelos accionistas do Banco no projecto "Moza" em particular e no sistema financeiro nacional em geral, e irá recolocar o Moza entre os maiores Bancos do país, tornando-o ainda mais competitivo.

O sucesso da operação combinada de reestruturação do capital permitiu o Banco reforçar a sua marca e valor do mercado, ampliando a sua condição de um Banco universal em termos de cobertura do espectro do negócio bancário e com forte implementação nacional. As 55 agências bancárias do Moza juntam-se a mais 10 agências do BTM, consolidando assim a rede de balcões existente, já hoje a terceira maior a nível nacional, possibilitando ao Banco estar mais perto dos seus Clientes e oferecer uma gama mais vasta de serviços bancários.

Estrutura accionista

Após a realização das operações de redução e simultâneo aumento de capital, o Moza Banco passou a ter um valor de capital social de MZN 3.943.250.000, o qual é representado por 788.650 acções totalmente subscritas e realizadas.

A actual estrutura accionista resultante das operações da redução e aumento de capital passou a ser a seguinte:

ACCIONISTAS	NÚMERO DE ACÇÕES	VALOR NOMINAL (EM METICAIS)	PERCENTAGEM DO CAPITAL
Kuhanha S.A	468.482	2.342.410.000	59,4030%
Arise B.V.	235.000	1.175.000.000	29,7978%
Moçambique Capitais, S.A	43.435	217.175.000	5,5075%
NB ÁFRICA, SGPS, SA	41.732	208.660.000	5,2916%
António Matos	1	5.000	0,0001%
Moza Banco	788.650	3.943.250.000	100%

No que respeita à distribuição geográfica, em 31 de Dezembro de 2018, destaca-se o peso dos Accionistas Moçambicanos, que representam 64,91% do número total de acções, demonstrando que o Moza continua a ser a única instituição financeira moçambicana cujo capital social é detido na sua maioria por entidades nacionais.

Origem	Nº de Acções (%)
Moçambique	64,91%
Holanda	29,80%
Portugal	5,29%
Total	100%

5.2 Órgãos Sociais e Modelo de Governação

São Órgãos Sociais do Moza Banco a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva. Os Órgãos Sociais do Moza são eleitos em Assembleia Geral de Accionistas, e os respectivos mandatos têm a duração de três anos.

Em Assembleia Geral de Accionistas do dia 06 de Julho de 2018, renunciaram ao cargo de Administradores não Executivos, a Sra. Yasmin Meherji Patel e o Sr. Filipe Pedro Martin Ferreira e foi nomeado, também como Administrador Não Executivo, o Sr. Deepak Malik, para o triénio 2017/2019.

A 31 de Dezembro de 2018, a composição dos Órgãos Sociais do Moza Banco era a seguinte:

Assembleia Geral	
Presidente	Lourenço Joaquim da Costa Rosário
Vice-Presidente	Maria Violante Jeremias Manuel
Secretária da Mesa	Sara Mondego Marques

Conselho Fiscal	
Presidente	Venâncio Matsotsombane Chirimbe
Vogal	Sariel Amosse Nhabinde
Vogal	Maria de Jesus Matola Langa
Suplente	Maria Lúcia Zacarias

Conselho de Administração	
Presidente	João Filipe de Figueiredo Júnior
Vogal-Executivo	Manuel Duarte Emauz de Vasconcelos Guimarães
Vogal-Executivo	Vitor Manuel Latas Brazão
Vogal-Não Executivo	Deepak Malik

Modelo de Governação

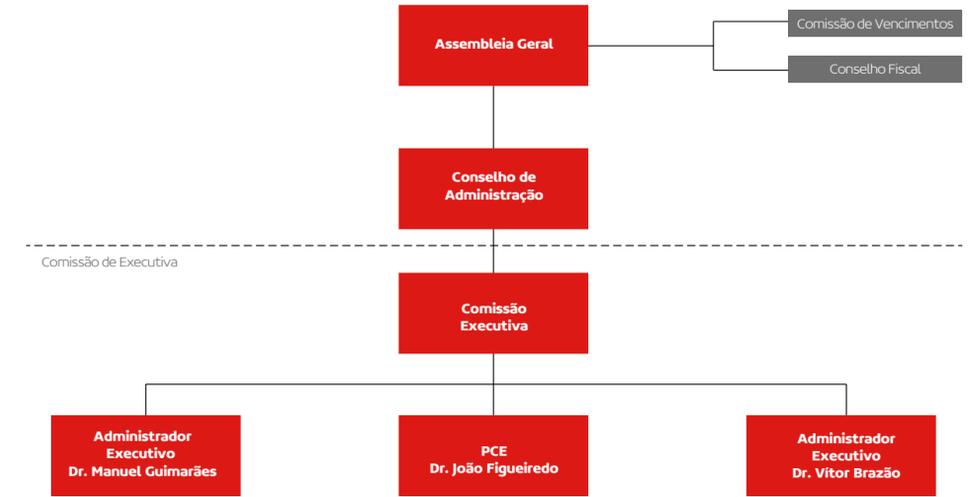
A Assembleia Geral é o órgão máximo da sociedade que representa a universalidade dos Accionistas, sendo que as suas deliberações são vinculativas para todos eles quando tomadas nos termos da lei e dos estatutos.

O Moza Banco adopta um modelo de governação em que a responsabilidade pela condução da sociedade está atribuída ao Conselho de Administração, o qual delega a gestão corrente da actividade na Comissão Executiva, cabendo a função de fiscalização ao Conselho Fiscal. Actualmente, o Presidente do Conselho de Administração (Chairman) mantém as funções de um Executivo, presidindo igualmente à Comissão Executiva.

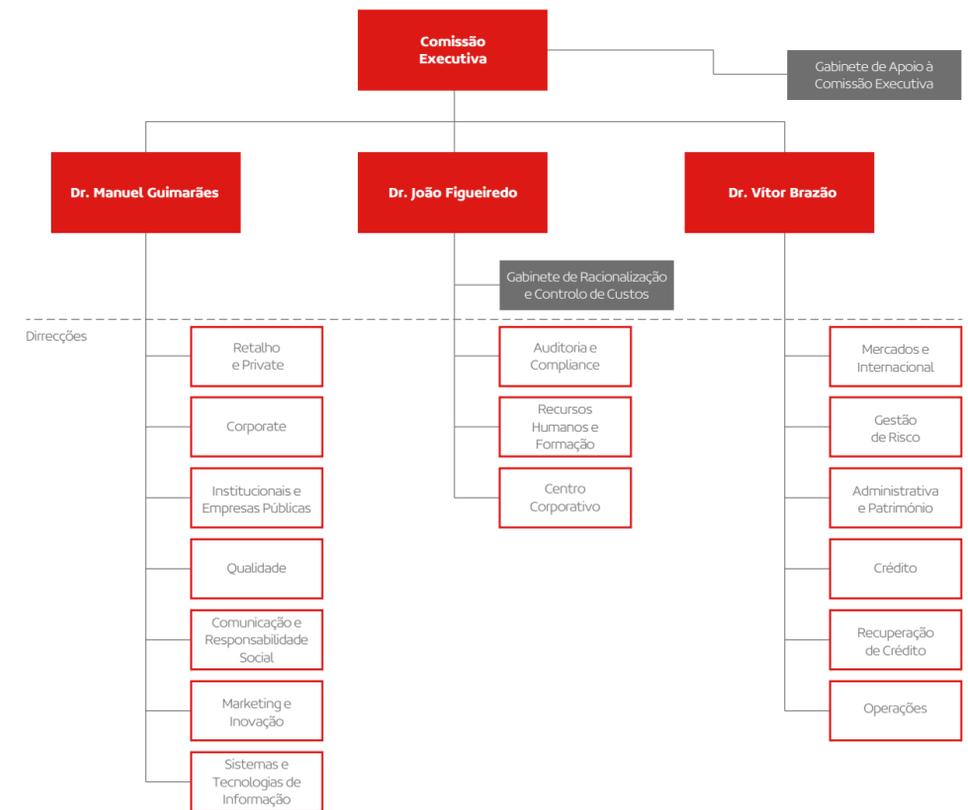
Adicionalmente, compete ao Conselho de Administração designar o Secretário da Sociedade e a duração das suas funções coincide com o mandato do Conselho de Administração que o designar, e incumbe, entre outras actividades que lhe são atribuídas, orientar e apoiar os Órgãos Sociais do Banco em matérias de governação corporativa, legalidade e administrativa, para além do apoio às reuniões do Conselho de Administração e restantes Órgãos Sociais.

A Comissão de Vencimento tem funções consultivas em matéria de política de remuneração a aplicar aos Órgãos Sociais do Moza. De salientar que a política remuneratória dos membros dos Órgãos da sociedade é anualmente revista.

A estrutura organizativa do Moza Banco, no final do exercício de 2018, apresentava a seguinte composição:



Apesar de não ter havido alterações no que concerne a repartição de competências e responsabilidades entre os membros da Comissão Executiva pelas diversas Direcções do Banco, a 31 de Dezembro as responsabilidades estavam segregadas da seguinte forma:



Comités

Para apoiar na gestão corrente do Banco, no final de 2018, a instituição apresentava os seguintes Comités funcionais:

Conselho de Direcção

Órgão de carácter consultivo que tem como principal função apoiar a Comissão Executiva na avaliação do desempenho das actividades do Moza, procurando garantir o nível de cumprimento dos objectivos definidos e propor as devidas medidas estratégicas para o seu alcance. Este fórum congrega a totalidade da estrutura Directiva do Banco, promovendo a gestão participativa e alargada.

Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO "Assets and Liabilities Committee")

Órgão de consulta da Comissão Executiva para a execução da política financeira definida para o Banco, sobre a forma de gestão integrada de activos e passivos, garantindo a implementação de acções no âmbito de normas e procedimentos visando a gestão efectiva dos riscos de mercado (cambial, variação de taxa de juro, *repricing*) e de liquidez. Desempenha um papel activo na elaboração de propostas de política de preços, baseada na atempada avaliação dos desenvolvimentos em matéria macroeconómica interna e externa.

Comité de Risco

Órgão de carácter consultivo, com principal função de apoiar a Comissão Executiva na monitorização, avaliação e evolução do perfil integrado de risco do Banco. Tem como objectivo, propor políticas, processos e metodologias de avaliação, gestão e controlo das principais naturezas de risco inerentes ao desenvolvimento da actividade do Banco, quer sejam risco financeiro quer sejam não financeiro.

Comité de IT

Órgão de carácter consultivo, com principal função de monitorar os desenvolvimentos solicitados à Direcção de Sistema e Tecnologia de Informação (DSTI), fazendo o alinhamento da capacidade do IT com os pedidos de negócio, permitindo maior controlo sobre os desenvolvimentos em curso. Tem como objectivo garantir que são atendidas as prioridades estratégicas do Banco em matéria de IT, fornecer ponto de situação e controlo das iniciativas em curso na DSTI, garantir o alinhamento entre iniciativas e visibilidade sobre o portefólio e ultrapassar barreiras na lógica da gestão corrente de IT (priorização).

Conselho de Crédito

Órgão de carácter consultivo, responsável por decidir as principais operações de crédito em que o Banco intervém, de acordo com as políticas de risco e de crédito definidas internamente pelo Banco.

Comité de Auditoria

Órgão de carácter consultivo, com responsabilidades delegadas pelo Conselho de Administração, que responde por determinadas funções específicas do Conselho de Administração, assim como a ele reporta, com responsabilidades ligadas a elaboração das demonstrações financeiras, incluindo divulgações, controlo interno, auditoria interna e externa, e em relação as medidas correctivas.



6. Visão, Missão e Estratégia

Visão e Missão

A Visão do Moza Banco é de ser o Banco de referência em Moçambique na prestação de serviços financeiros de qualidade aos segmentos Retalho, Private, Corporate e Institucional de acordo com os critérios de eficácia, eficiência e rentabilidade estabelecidos pelos seus accionistas e implementados pela sua gestão. A sua Missão consiste em providenciar produtos e serviços financeiros de alta qualidade e com elevados padrões de eficiência aos seus Clientes, alinhando as estratégias com vista a acrescentar valor para os mesmos, oferecendo produtos e serviços que vão ao encontro das suas necessidades. Os valores do Banco estão assentes no Saber, Rigor, Transparência, Orientação para o Cliente, Integridade, Ética, Inovação e Vanguarda.

Estratégia

Em 2017, o Moza Banco apresentou, no âmbito de recapitalização da instituição, um novo Plano Estratégico, dividido em duas fases a implementar até 2021. As duas fases constantes do Plano Estratégico são as seguintes:

• Primeiro estágio de ciclo, designada fase de ajustamento (2017 a 2018), a actuação do Banco centrou-se na capacitação interna e numa cultura orientada para os objectivos comerciais e centrais, visando incrementar a produtividade através da optimização operacional.

• Num segundo estágio de ciclo, designada fase de crescimento (2019 a 2021), serão reflectidos os aspectos de melhoria dos níveis de serviço e qualidade com objectivo de assegurar a retenção e fidelização dos nossos Clientes e consequente rentabilidade associada.

De referir que o crescimento do Moza até 2021 está assente em 4 pilares, nomeadamente:

1. Modelo relacional centrado no Cliente: O Banco assumiu um novo ADN, o ADN de um “Banco Relacional”, inspirando-se no Cliente como o centro do seu posicionamento estratégico.

2. Oferta focada e especializada: O Moza conceberá uma abordagem e uma oferta diferenciada em função dos diferentes segmentos de mercado.

3. Aposta na inovação e tecnologia: A inovação e o uso de novas tecnologias deverão constituir uma aposta contínua na expansão da actividade do Banco e no serviço ao Cliente.

4. Serviço de qualidade e excelência: A Qualidade dos serviços constitui um pilar fundamental que norteia o desempenho do Banco.

Assim, no primeiro estágio do ciclo, foram definidas algumas acções para a implementação do Plano Estratégico, nomeadamente:

- Investimento no capital humano;
- Redução de *outsourcing*;
- Aumento da produtividade (assegurar uma cultura assente no mérito e aplicar a directriz de promoção baseada no mérito profissional e realização de objectivos);
- Recuperação dos níveis de liquidez;
- Revitalização do programa de protocolos e parcerias institucionais;
- Optimização da actual rede de distribuição e canais;
- Medidas de redução de custos através da renegociação contratual com os diversos fornecedores;
- Redução da base de activos não produtivos;
- Melhoria da qualidade da carteira de crédito do Banco, sem prejuizo da constituição de adequados níveis de cobertura de crédito.

No que concerne ao nível de execução do Plano para o primeiro estágio de ciclo “ajustamento”, em linhas gerais, e não obstante a manutenção de uma conjuntura económica adversa, pode-se afirmar que o Banco realizou com sucesso os objectivos de consolidação da sua actividade. O crescimento do número de Clientes, o aumento da transacionalidade nos canais remotos e self-banking, o crescimento superior do volume de negócio comparativamente ao mercado, e consequente captura de quota de mercado, a evolução dos custos e as promoções ocorridas em 2018 evidenciam o cumprimento das métricas definidas.

Importa salientar que no contexto da operação estruturada de reestruturação do capital social do Moza Banco, o qual culminou com a entrada da Arise na estrutura accionista do Banco e aquisição do Banco Terra Moçambique (BTM), o Plano Estratégico em vigor deverá ser adequado tendo em conta o projecto de fusão do Moza Banco e BTM, com o intuito de construir uma entidade combinada mais forte. No entanto, não obstante a fusão das duas entidades, o Moza Banco manterá a sua essência enquanto Banco Universal de Retalho, com uma oferta diversificada e uma abordagem bem definida a cada um dos seus segmentos.

7. Responsabilidade Social

7.1 Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social tem, desde sempre, constituído uma prioridade no Moza Banco, enquanto instituição comprometida com o desenvolvimento social e económico sustentável de Moçambique. Este compromisso é evidenciado através das inúmeras acções, atitudes e iniciativas que temos vindo a implementar ou a apoiar neste domínio ao longo destes mais de 10 anos.

É com base nestes pressupostos que em 2018 continuámos a realizar e apoiar vários eventos e iniciativas de responsabilidade social alinhados com as políticas nesta área, nomeadamente a Política de Responsabilidade Social, a Política de Voluntariado e a Política de Patrocínios. Das iniciativas realizadas, destacam-se as seguintes:

Público Externo

Projecto “Um Padrinho, uma Criança para Assistência”

O Moza estabeleceu no início de 2018, com a Associação Machel Fidu, uma parceria para o desenvolvimento de Projectos sociais sustentáveis com impacto nas comunidades, com especial atenção para as populações mais vulneráveis. Neste âmbito, está a ser implementado o projecto “Um Padrinho, uma Criança para Assistência”, através do qual as duas instituições apadrinharam 100 crianças em 2018 e prevêem apoiar mais durante os próximos 5 anos, numa acção de assistência às crianças desfavorecidas de Quelimane. Com este apoio as crianças abrangidas beneficiaram de material escolar e uniformes que são cruciais para poder frequentar a escola com dignidade, conferindo-lhes a motivação e a energia necessária para melhorar o desempenho académico.

Parceria com o Fundo de Desenvolvimento de Transportes e Comunicações

O Moza Banco rubricou um acordo de parceira com o Fundo de Desenvolvimento dos Transportes e Comunicações (FTC), com vista a apoiar esta entidade no reforço da sua capacidade de assegurar a disponibilidade e acessibilidade de transportes públicos urbanos de passageiros.

A parceria prevê a divulgação de produtos e serviços financeiros na parte exterior dos autocarros adquiridos pelo FTC com financiamento do Moza, para minorar a problemática de falta de transporte nos principais centros urbanos do País.

Programa Arte e Sustentabilidade

No âmbito do programa de responsabilidade social e ambiental, o Moza Banco, procedeu em 28 de Julho de 2018, na Escola Secundária Mateus Sansão Muthemba, em Maputo, ao lançamento do projecto “Arte e Sustentabilidade”. A iniciativa, cujo lançamento contou com a parceria da Universidade Pedagógica, e que foi apadrinhada pelos antigos futebolistas radicados em Portugal, Hilário da Conceição e Sheu Han, e visa promover a educação cívica ambiental, com destaque para a reutilização e reciclagem de papel e outros utensílios.

Educação Financeira

Enquadrado nas comemorações do Dia Mundial da Poupança, o Moza levou a cabo junto da Escola Primária “One World”, em Maxixe, uma campanha de educação financeira voltada para a poupança. A campanha, parte do programa de literacia financeira do Moza, compreendeu um conjunto de actividades tais como a capacitação de professores em matérias de poupança, a formação de alunos em sala de aula, realização de palestras e um concurso de redacção sobre a importância da Poupança. Os principais objectivos centravam-se na sensibilização das crianças e jovens estudantes sobre a importância da Poupança e eludida-los sobre as diferentes formas de fazer poupança e promover a literacia financeira nesta faixa etária.

Campanha Zero Malária Começa Comigo

O Moza Banco e o MISAU assinaram um memorando de Entendimento no qual o Moza compromete-se a apoiar a Campanha Zero Malária Começa Comigo no quadro dos esforços do MISAU no combate a Malária que tem sido uma das principais causas de morte em África em geral, e em Moçambique em particular. Esta parceria permitirá o desencadeamento de acções com impacto nas comunidades em Maputo, Matola, Manhiça, Xai-Xai, Maxixe, Inhambane, Beira, Tete, Chimoió, Quelimane, Lichinga, Ribawe e Pemba, parte dos locais onde o Moza tem a sua presença.

Esta iniciativa procura sensibilizar a população sobre os perigos associados à doença e disseminar as formas de prevenção com vista a sua erradicação.

Campanha de Preservação da Biodiversidade

O Moza Banco e a Administração Nacional de Áreas de Conservação (ANAC) assinaram um memorando de Entendimento no qual o Moza compromete-se a apoiar esta entidade nos seus esforços para a conservação da rica biodiversidade de que o País dispõe. O Moza Banco sinaliza através desta campanha o seu compromisso com a Sustentabilidade ambiental integrando-se nos esforços internacionais visando travar a desflorestação, os crimes ambientais e outras ameaças.

Atribuição de 5.000 Coletes de identificação a Táxi-Ciclistas

No quadro de parceiras estratégicas com diversos parceiros sociais, o Moza e o Conselho Municipal de Quelimane juntaram-se para materialização do projecto que visa conferir maior segurança e valorização da actividade dos táxi-ciclistas.

Com efeito o Moza procedeu em Novembro à oferta de cerca de 5.000 coletes numerados para identificação dos táxi-ciclistas que operam na cidade de Quelimane. Os coletes dispõem ainda de faixas reflectoras, o que reforça a segurança dos táxi-ciclistas e dos seus passageiros na via pública, contribuindo assim para a redução do risco de sinistralidade rodoviária.

O objectivo central deste projecto é contribuir também para uma maior valorização deste grupo socioprofissional, formalizando e disciplinando a actividade de transporte de passageiros e seus bens através de bicicletas. O projecto inclui uma forte componente de literacia financeira com o objectivo de promover a inclusão financeira deste grupo social.

Parceria com o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER)

Aliando a nossa ambição de crescer aos esforços do Governo para a bancarização de Moçambique, foi rubricado um acordo com o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável, que prevê a abertura de mais 20 Agências em igual número de Distritos até 2020, visando permitir que mais moçambicanos tenham acesso ao sistema financeiro.

Trata-se dos distritos de Meluco e Quissanga (em Cabo delgado); Majune, Chimbonila, Ngauma e Sanga (em Niassa); Liúpo, Momba e Nacaróa (em Nampula); Maringué (em Sofala); Machaze (em Manica); Chinde, Derre, Ile, Lugela e Mocubeta (na Zambézia); Tsangano (em Tete); Chigubo, Guijá e Mapai (em Gaza).

O acto enquadra-se no projecto “Um Distrito, Um Banco” lançado pelo Governo em 2016, que tem em vista acelerar o processo de bancarização das zonas rurais, visando minimizar o sofrimento da população que tem percorrido distâncias em busca de uma unidade bancária.

Público Interno

Clube Moza

A missão do Clube Moza é engajar os colaboradores através da criação e promoção de iniciativas e oferta de serviços que promovam o bem-estar e a harmonia agradável do indivíduo consigo mesmo, com seu corpo e tem impacto na relação empática, bem-sucedida e prazerosa dos Colaboradores entre si. Através do Clube Moza promovemos actividades desportivas, culturais e recreativas, bem como serviços essenciais de profundo interesse dos nossos Colaboradores.

Principais projectos desenvolvidos em 2018

Desporto

O Moza Banco participou na LIGA METICAL, a maior prova que envolve instituições financeiras a nível nacional. O Clube Moza movimentou a participação de Colaboradores em competições desportivas nas cidades da Beira, Maputo e Nampula nas modalidades de Futsal e Basquetebol, registando-se com agrado e satisfação os resultados que foram alcançados com particular destaque para o sector masculino em Futsal onde o Moza ocupou o 2º Lugar do campeonato em Maputo.

Operação B.I. Novo

Este projecto visa proporcionar melhores condições aos nossos Colaboradores, cônjuges e dependentes na aquisição do Bilhete de Identidade. Para o efeito trabalhamos em parceria com a Direcção Nacional de Identificação Civil (DNC) a qual enviou uma Brigada móvel para a emissão dos Bilhetes de Identidade, tendo a mesma atendido 376 participantes inscritos na operação.

Comemoração alusiva aos “10 anos”

A 16 de Junho deste ano celebramos uma década de existência. Para assinalar a efeméride juntamos os Colaboradores em Maputo para um momento de celebração, visando partilhar memórias e juntos perspectivar o futuro. Ao nível das demais províncias, foram feitas localmente réplicas deste evento, reforçando a coesão e o espírito de equipa. Durante as celebrações dos 10 anos, foram distinguidos Colaboradores com 10 anos de serviço, pelo valor do trabalho que vem desenvolvendo no Banco, desde a sua fundação, um acto que encheu de orgulho os premiados.

Moza Voice Show

É uma iniciativa que pretende fazer com que os Colaboradores cantem as suas músicas preferidas em palco com acompanhamento de uma banda profissional identificada e comprometida com a causa.

Este projecto foi, pelo segundo ano consecutivo, um dos principais factores que tem contribuído para o fortalecimento da auto-estima dos Colaboradores. Realizamos galas de atracção e de promoção da performance dos participantes as quais tiveram maior participação. Com este projecto temos conseguido alegrar, unir e congregar mensagens e valores, disciplinar e socializar os Colaboradores bem como favorecer o desenvolvimento integral da sua personalidade, equilíbrio emocional e social reforçando a ideia de que o Moza Banco é um Banco moçambicano de referência dando oportunidade aos Colaboradores para exibir as suas manifestações culturais, que reflectem a pluralidade de dialectos e culturas e o enorme talento do nosso povo.

Gala Moza

A Gala Moza é um momento ideal para apresentação das actividades realizadas pelo Banco e pelo Clube Moza nas componentes de desporto, cultura, solidariedade e recreação, durante o ano e consolidar sinergias com vista a proporcionar mais benefícios para o Colaborador. É também um momento de interacção entre a Comissão Executiva e os Colaboradores em ambiente descontraído. Neste evento, que ocorre geralmente nas vésperas da quadra festiva, celebra-se o ano, renovam-se as esperanças e projectam-se perspectivas para o ano seguinte.

A GALA tendo sido um sucesso, um evento que tem conseguido reunir num único espaço maior número de Colaboradores para confraternização e interacção com a Administração. Em 2018 o evento teve a particularidade de contar também com as honrosas presenças dos Gestores e Colaboradores do Banco Terra, no âmbito do processo de fusão em curso.

Parcerias

Com vista a facilitar que os Colaboradores do Moza tenham acesso privilegiado na aquisição de bens e serviços, o Clube Moza mobilizou um conjunto de empresas que actuan nas áreas de Turismo e Lazer, Vestuário, Electrodomésticos, Ginásios, Tecnologia, entre outros. Com estas parcerias temos beneficiado a nossos Colaboradores com as experiências mais marcantes, para além da criação de ambientes para a geração de conhecimento e inovação; Manutenção de um clima organizacional saudável; Estímulo de motivações; Promoção da satisfação de todos os Colaboradores.

Voluntariado Moza

Caminhada Solidária

No quadro da Política de Voluntariado do Moza Banco - “Somos Voluntários”, mobilizamos os Colaboradores para participarem nas actividades de voluntariado e por conseguinte fortalecer o compromisso do Moza com a sociedade, através da acção directa dos seus profissionais, no âmbito da estratégia de sustentabilidade do Banco aumentando o orgulho dos seus profissionais em pertencerem ao Moza. É exemplo a CAMINHADA SOLIDÁRIA realizada no dia 3 de Março de 2018 em Maputo que tinha como objectivo angariar fundos para apoiar a reabilitação da Igreja Santo António da Polana, um edifício emblemático com arquitectura arrojada, localizado no coração da cidade de Maputo, capital do País.

Campanha Faça Feliz Uma Criança

No âmbito das celebrações do 10º aniversário e imbuídos pelo espírito de solidariedade e voluntariado que caracteriza o Colaborador “Moza” em todo o País, levamos a cabo a campanha Faça Feliz Uma Criança, que mobilizou a todos os Colaboradores a expressar o espírito de ajuda ao próximo para tornar melhor a vida das pessoas mais desfavorecidas. Todos os Colaboradores doaram roupas, material escolar e brinquedos. Um grupo de voluntários Moza recolheu e seleccionou os materiais doados para proceder a entrega à Comunidade do Bairro Luís Cabral que acolhe crianças cujos pais morreram vítimas do maior acidente ocorrido na EN4. Esta iniciativa contribuiu para minorar o sofrimento e para que houvesse mais sorrisos tendo permitido que as crianças pudessem fazer aquilo que melhor sabem: brincar e ser criança.

Natal Solidário

Para celebrar o Natal, o corpo de voluntários de Maputo escolheu o Lar de Idosos da Malanga que vem acolhendo centenas de idosos que vivem sozinhos ou que vêm de famílias que não têm acesso a necessidades básicas como saúde, alimentação e habitação. Os voluntários implementaram várias actividades integradas para promover a inclusão social, a saúde e o bem-estar dos idosos. Com apoio de um profissional de saúde, promoveram uma palestra sobre a Malária que tem sido uma das principais causas da morte em Moçambique, prepararam alimentos, cozinharam e serviram refeições para perto de 100 idosos. E porque a música é capaz de estimular o físico, emocional e a vida social do idoso, o Stewart Sukuma, cantor de relevo no panorama artístico nacional, cantou para os idosos. Foi possível reparar nos idosos que através das canções de uma vida inteira, é possível relembrar momentos que, apesar de individuais, não deixam de ser colectivos que marcaram uma determinada fase da vida.

7.2 Patrocínios

A política de Responsabilidade Social do Moza tem como uma das directrizes, promover o envolvimento com o público externo através de patrocínios e investimentos sociais, essencialmente nas áreas de Cultura, Educação, Cidadania, Sustentabilidade e Solidariedade a serem realizados nas regiões onde haja presença comercial do Moza Banco.

Neste contexto, é de realçar os seguintes patrocínios concedidos em 2018:

Patrocínio às celebrações do dia de Portugal

O Moza apoiou e participou na Festa da Comunidade Portuguesa em Maputo, inserida nas celebrações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas que teve lugar na Escola Portuguesa de Maputo no mês de Junho. No evento, de livre acesso a todos interessados, foi feita uma dinamização comercial e pequenas acções promocionais junto aos presentes, com particular destaque para as crianças, tratando-se do mês dos mais pequenos.

Ciclo de Palestras da UP

A Universidade Pedagógica em Maputo contou com o apoio do Moza Banco e demais parceiros para a realização do ciclo de palestras relacionadas com a arte, desporto e preservação do meio-ambiente que tiveram lugar entre os meses de Julho e Agosto.

Destaque para dois antigos futebolistas moçambicanos nomeadamente, Hilário da Conceição e Sheu Han, que durante anos estiveram ao serviço do Sporting Clube Portugal e do Sport Lisboa e Benfica, ambos clubes portugueses e que estiveram em Maputo para diirigir a palestra sobre desporto.

Edição do Livro “Mahanyela – A vida na periferia da grande cidade”

O Moza apoiou a edição do livro de memórias intitulado “Mahanyela – a vida na periferia da grande cidade” da autoria de Nely Nyaka, numa destacada figura da sociedade moçambicana cujos valores que representa estão alinhados com os valores Moza. O apoio a esta publicação está associado ao reconhecimento do valor das artes e cultura e ao seu enorme contributo na transmissão de valores morais, conhecimento, hábitos e costumes.

Por forma a viabilizar esta edição “histórica”, o Moza Banco fez aquisição antecipada de 300 exemplares, parte dos quais serão distribuídos por bibliotecas e escolas públicas nos vários cantos do País.

VI Conferência Nacional da Sociedade Civil 2018

O Moza Banco apoiou a realização da VI Conferência Nacional da Sociedade Civil 2018, evento que pretendia debater e reforçar a influência destas organizações no País. No encontro de dois dias, foi rubricado um protocolo de cooperação com a *JOINT*- Liga das Organizações Não Governamentais de Moçambique, que prevê que o Moza crie facilidades na prestação de serviços financeiros aos Colaboradores destas organizações filiadas à *Joint*, contribuindo assim para o empoderamento e desenvolvimento da sociedade civil.



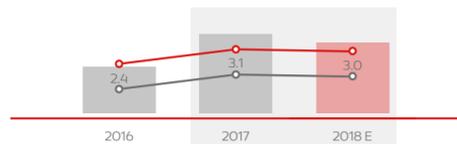
8. Enquadramento Macroeconómico

8.1 Economia Mundial

A actividade económica global (AEG) continua moderada esperando-se que o Produto Interno Bruto (PIB) global atinja os níveis de 3,0% em 2018, um abrandamento de 0,1 p.p. comparativamente ao ano de 2017. Mantém-se deste modo uma tendência de recuperação nos últimos dois (2) anos, apesar das tensões comerciais entre as principais economias que ainda continuam elevadas.

Crescimento Económico Global (%)

- Mundial (Global)
- Economias Desenvolvidas (ED)
- Economias Emergentes e em Desenvolvimento (EMED)



a) Economias Desenvolvidas

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a actividade económica na maioria das economias dos países desenvolvidos foi moderada, com excepção dos Estados Unidos da América onde o estímulo fiscal impulsionou a actividade económica e espera-se que continue a curto prazo. Estima-se que as economias desenvolvidas registem em 2018 uma taxa de crescimento de 2,2% contra os 2,3% verificados em igual período do ano transacto. Esta evolução foi fundamentalmente justificada por um lado, pela taxa de desemprego que continua a reduzir e para muitos países este indicador encontra-se abaixo dos níveis verificados antes da crise financeira global em 2018, e por outro lado, pela revisão das políticas fiscais nos EUA.

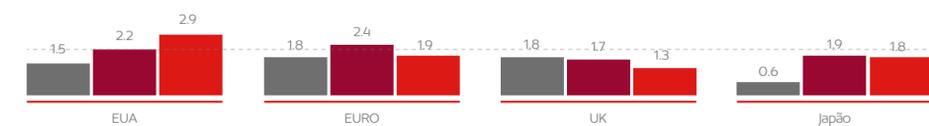
Para a economia norte americana (representativa de aproximadamente 24% da economia mundial) espera-se que registre em 2018 um crescimento de 2,9%, correspondendo a uma aceleração do PIB face a 2017 de 0,7 p.p. Este desempenho é suportado por um lado pelo estímulo pró-cíclico das

políticas fiscais acomodando deste modo as políticas monetárias, e por outro lado, pela redução da taxa de desemprego mantendo o mercado de trabalho robusto, contribuindo para o aumento da produtividade interna evidenciando deste modo sinais claros de recuperação da actividade económica (curto prazo) para os próximos anos.

Estima-se que o crescimento económico da Zona Euro no final de 2018 se situe em 1,9%, um notável abrandamento quando comparado com o crescimento de 2,4% registado em igual período de 2017. Tendo contribuído significativamente para esta performance a desaceleração das exportações, embora a inflação tenha atingido a meta, face aos objectivos definidos no início do ano, meta que por sua vez foi revista em Outubro.

A economia do Reino Unido cresceu 1,3%, reflectindo uma desaceleração anual do PIB de 0,4 p.p., cuja evolução é justificada ainda pelas incertezas e riscos inerentes ao "No-deal" Brexit, instabilidade política interna, bem como reacções adversas do mercado externo.

Crescimento Económico das ED (%)



Nota: ED - Estimativa
Fonte: Banco Mundial - Global Economic Prospects, January 2019

b) Economias Emergentes em Desenvolvimento e África Subsaariana

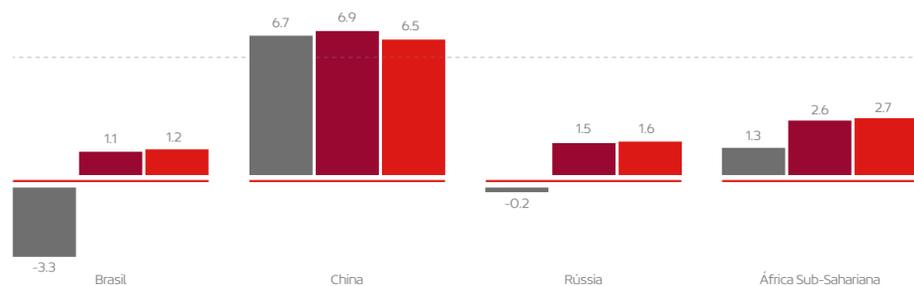
As economias emergentes e em desenvolvimento (EMED) registaram de um modo geral um abrandamento nos seus ritmos de crescimento. Sendo estas representativas de cerca de 70% da economia mundial, e apesar de ainda continuarem a apresentar uma situação económica diversificada, há que destacar alguns factores que contribuíram para esta performance: (I) *stresse* financeiro verificado em algumas economias com grandes défices nas suas contas correntes e; (II) maior exposição a fluxos voláteis de capital. Estes indicadores são reflexos de uma procura doméstica moderada em quase todas as economias (EMED) e redução do fluxo de comércio interno, tornando-se mais saliente em economias mais vulneráveis.

A economia da China, a segunda maior do mundo (representativa de cerca de 15% da economia mundial) manteve-se robusta, embora tenha registado uma desaceleração dos níveis de crescimento verificados em 2018 com um PIB estimado de 6,5%, justificado pelo menor recurso ao crédito e pelo impacto da guerra comercial com os EUA o que se reflectiu num aumento dos preços dos activos (sector imobiliário) bem como dos spreads dos títulos soberanos, esperando-se que a actividade económica em 2019 continue sensível a estes riscos.

O crescimento da economia da Rússia foi melhor do que o esperado, com uma variação anual do PIB de 1,6%, sustentado em parte pelos preços do petróleo que sofreram uma significativa recuperação comparativamente ao ano de 2017.

A actividade económica na África Subsaariana continua a recuperar, embora a um ritmo mais lento do que o verificado em 2017. Espera-se que o PIB atinja os níveis de 2,7% em 2018, correspondendo a uma aceleração de 0,1 p.p. significativamente mais lento do que o esperado, em parte devido às fraquezas económicas em Angola, Nigéria e África do Sul, mantendo-se a incerteza de uma recuperação cíclica nessas grandes economias para os próximos três anos. No entanto, o crescimento do rendimento per capita permanece modesto, o progresso na redução da pobreza é limitado, bem como os riscos que suportam as perspectivas da actividade para os próximos anos são pessimistas, destacando-se por um lado, os riscos externos como: (I) declínio inesperado e acentuado nos preços das principais mercadorias (commodities); (II) pressão nas condições financeiras e crescentes tensões comerciais envolvendo as principais economias e por outro lado, os riscos domésticos como: (I) incertezas políticas; (II) conflitos internos e (III) condições climáticas adversas.

Crescimento Económico EMED (%)



Nota: EMED - Economias Emergentes e em Desenvolvimento; E - Estimativa
Fonte: Banco Mundial - Global Economic Prospects, January 2019

c) Preços das principais mercadorias

Os preços do petróleo bruto têm sido voláteis desde Agosto de 2018, reflectindo as influências da oferta incluindo a política dos EUA sobre as exportações de petróleo do Irão e, mais recentemente, os temores de suavizar a procura global. No início de Janeiro os preços do petróleo bruto situaram-se em torno de US\$ 55 o barril, e os mercados esperavam que os preços permanecessem nesse nível ao longo dos próximos 4 a 5 anos. Os preços dos metais e dos produtos agrícolas reduziram ligeiramente desde Agosto, em parte devido à fraca procura da China. A inflação dos preços ao consumidor permaneceu geralmente contida nos últimos meses nas economias avançadas, com maior impacto nos Estados Unidos.

Espera-se que em 2019 os preços das principais mercadorias estabilizem, sendo que está ainda previsto pela OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo e seus aliados) cortes adicionais o que pressionará a oferta mundial do petróleo, e consequentemente, tenderá a impulsionar os preços. Continuam ainda salientes os riscos de incerteza da perspectiva da retoma das negociações comerciais entre EUA e a China.

Evolução dos Preços das Commodities (2014-2018)

Commodities	Real					Δ Anual (%)	
	Dez-14	Dez-15	Dez-16	Dez-17	Dez-18	Dez-17	Dez-18
Petróleo Bruto Brent (USD/Barril)	98,9	52,4	44,1	54,4	71,1	23%	31%
Petróleo Bruto WTI (USD/Barril)	93,1	48,7	43,2	50,9	64,8	18%	27%
Alumínio (USD/MT)	1,867,4	1,664,7	1,604,2	1,967,7	2,108,0	23%	7%
Ouro (USD/Ounça)	1,265,4	1,160,7	1,249,0	1,257,6	1,269,0	1%	1%
Gas (USD/Milhões de UTB)	4,4	2,6	2,5	3,0	3,2	19%	7%
Carvão Termico (USD/MT)	72,3	57,0	64,1	81,9	97,6	28%	19%
Milho (USD/MT)	192,9	169,8	159,2	154,5	164,4	-3%	6%
Trigo (USD/MT)	245,2	206,4	176,3	178,2	203,9	1%	14%
Arroz (USD/MT)	425,2	386,0	380,3	379,9	401,1	0%	6%
Açúcar (USD/Kg)	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	2%	-10%
Algodão (USD/Kg)	1,8	1,6	1,6	1,8	2,0	12%	9%
Tabaco (USD/MT)	4,990,8	4,908,3	4,806,2	4,731,6	4,859,5	-2%	3%

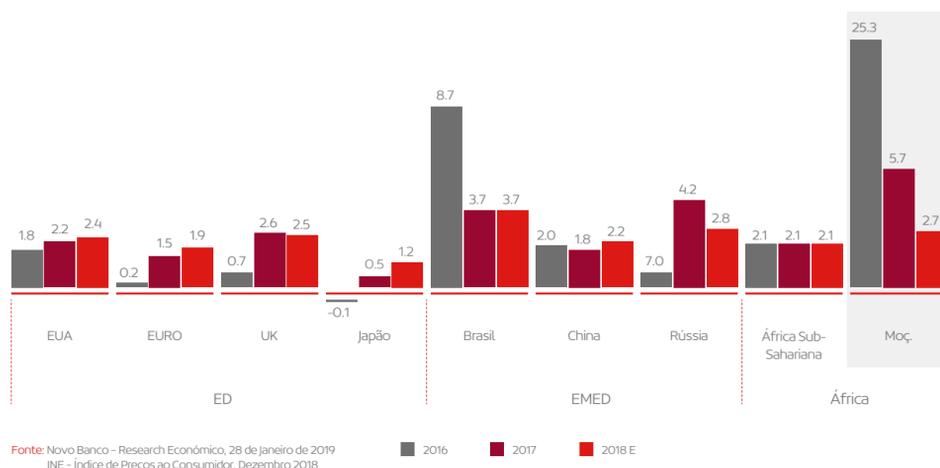
Nota: Preços baseado em médias anuais

d) Inflação dos Países Emergentes

Em 2018, as economias dos países emergentes e em vias de desenvolvimento tiveram uma queda da inflação histórica desde 1974, de níveis de 17,3% para cerca de 3,5%. Este evento coincidiu com uma queda ainda mais acentuada na maioria dos países das economias avançadas, evidenciando assim um cenário de desinflação nas principais economias a nível mundial nos últimos tempos.

A grande desinflação nas EMED também esteve em sintonia com as tendências da inflação global de longo prazo, das quais destacam-se: (I) a adopção generalizada de quadros de política monetária e (II) o fortalecimento do comércio global e da integração financeira.

Inflação (%)



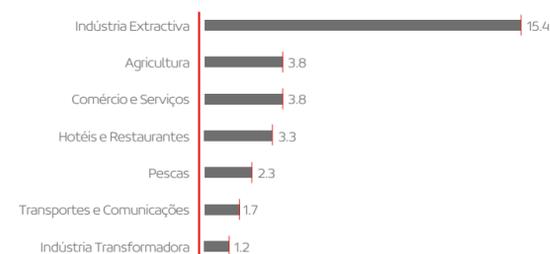
Fonte: Novo Banco - Research Económico, 28 de Janeiro de 2019
INE - Índice de Preços ao Consumidor, Dezembro 2018

8.2 Economia Nacional

a) Crescimento económico

O Produto Interno Bruto para o ano de 2018 apresentou um crescimento moderado, com uma taxa média a situar-se em 3,3%, comparativamente a 3,1% registado em 2017. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), o desempenho da actividade económica foi liderado pelo sector da indústria extractiva com um crescimento anual de 15,4%, agricultura com 3,8%, comércio e serviços de reparação com 3,8%, hotelaria e restauração com 3,3%, tendo contribuído em conjunto para o crescimento do PIB em 2,17 pp.

Contributo por sector de Actividade para o PIB (%)



Nota: Estimativa
Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Evolução do PIB - Moçambique (%)



Nota: E - Estimativa
Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística, Contas Nacionais de Moçambique (IV Trimestre 2018)

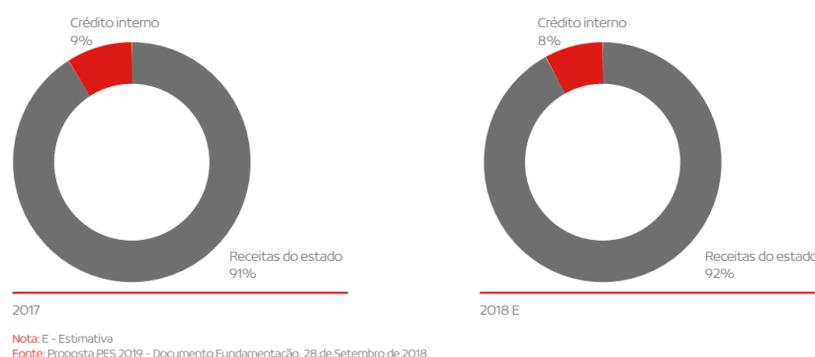
O crescimento do PIB em 2018 continuou a ser ainda afectado pelos seguintes factores: (I) choque da balança de pagamentos associado à queda do investimento directo estrangeiro; (II) recuperação da produção interna justificada pela retração dos incentivos à agricultura e (III) a redução das despesas de investimentos e de consumo do Estado, em resultado da política fiscal restritiva levada a cabo após a suspensão da ajuda externa ao orçamento do estado pelos parceiros de cooperação internacional, que condicionaram grandemente o desempenho da actividade económica do País nos últimos três (3) anos.

Espera-se que o crescimento da economia moçambicana em 2019 continue a ser fortemente influenciado pelos sectores da indústria extractiva, agricultura, construção e serviços financeiros, num contexto em que se antecipa um crescimento mais forte resultante da manutenção de elevados níveis de investimento directo estrangeiro (IDE), nomeadamente na indústria extractiva, com o arranque dos projectos no sector do gás natural.

b) Endividamento Interno do Estado

Estima-se que em 2018 a dívida interna do estado atinja 19.204 Milhões de Meticais contra 21.200 Milhões de Meticais verificados em 2017, correspondendo a uma variação de -9% anuais. Não obstante esta variação, e condicionada pela suspensão da ajuda externa ao orçamento do estado pelos parceiros de cooperação internacional, a dívida interna do estado contraída na forma de Títulos de Tesouro (BT's e OT's), e de adiantamentos junto ao BM ao abrigo da lei 18 da lei Orgânica continua elevada. É de salientar que a emissão de Obrigações de Tesouro atingiu o valor de 17.650 milhões de meticais para uma meta de 19.200 milhões de meticais estabelecidos na lei orçamental para 2018.

Recursos Interno Estado (%)



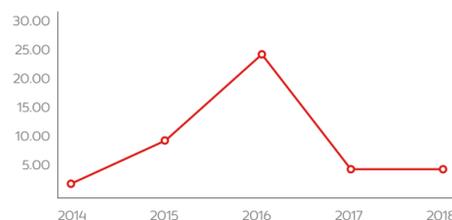
Nota: E - Estimativa
Fonte: Proposta PES 2019 - Documento Fundamentação, 28 de Setembro de 2018

c) Inflação

Em 2018, Moçambique registou uma inflação acumulada de 3,52% (2017: 5,65%) e inflação média anual de 3,91% (2017: 15,11%), uma desaceleração justificada fundamentalmente pelo abrandamento da evolução anual dos preços da classe dos produtos alimentares muito em particular os vegetais. O período foi ainda marcado por uma evolução favorável dos preços dos produtos administrados, com destaque para os preços de combustíveis líquidos em linha com declínio recente do preço internacional do barril de petróleo no 1º Semestre, isto combinado com a relativa estabilidade do Metical face ao Dólar americano.

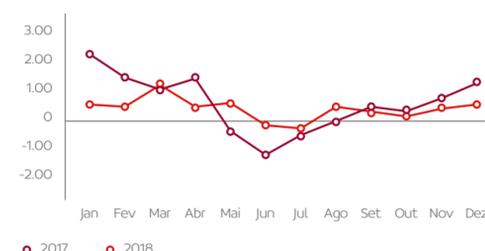
Entretanto, a trajetória da inflação para 2019 está condicionada a riscos de natureza interna e externa. A nível interno, destaca-se a prevalência de incertezas em relação ao impacto do ciclo eleitoral de 2019, do pacote de descentralização administrativa e desmilitarização, e ainda sobre as medidas em curso para consolidação fiscal.

Evolução Inflação Anual (%)



Fonte: INE - Índice de Preços ao Consumidor, Dezembro 2018

Inflação Mensal (%)



Fonte: INE - Índice de Preços ao Consumidor, Dezembro 2018



d) Taxa de Câmbio

O Metical apresentou uma ligeira depreciação em 2018 face ao Dólar, cenário inverso registado com as outras moedas transaccionadas como Euro e Rand. O Metical face a estas moedas, no período entre Dezembro de 2017 e Dezembro de 2018, registou as seguintes variações relativas:

(i) USD/MZN: +4%; (ii) EUR/MZN: -1%; e (iii) ZAR/MZN: -12%.

As taxas de câmbio contra o Dólar, Euro e Rand atingiram ao fecho do ano os níveis de 61,47; 70,25; e 4,28 Meticals por unidade de divisa, respectivamente.



Fonte: Bloomberg; Banco de Moçambique; e Moza Banco

e) Sector Financeiro

O ano de 2018 foi marcado pela solidez do sistema financeiro, suportado pelo contínuo esforço de monitoria dos indicadores económico-financeiros e dos factores de risco por parte do Banco de Moçambique (BdM).

No período em análise, verificou-se uma redução das taxas de juro do mercado monetário, num contexto em que as operações com maturidades overnight estiveram a convergir para a taxa MIMO em linha com as directrizes definidas pelo BdM, sendo que até finais de Dezembro de 2018 esta taxa de política monetária foi revista em baixa para níveis de 14,25% (uma redução anual de 525 p.b.).

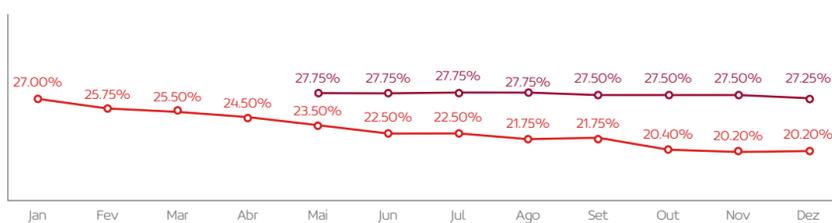
Taxas - MIMO & Mercado Monetário Interbancário



Fonte: Banco de Moçambique

Em relação à *Prime Rate* do sistema financeiro, taxa de referência para as operações de crédito, esta reduziu cerca de 705 p.b. situando-se em 20,20% no final de Dezembro de 2018, contra os 27,25% no período homólogo. Conjugado com este factor, as taxas de juro a retalho tanto nas operações activas assim como nas passivas registaram uma tendência de queda. Dados disponíveis indicam que a taxa de juro média dos novos créditos em 2018 situou-se em 23,13% (uma redução de 876 p.b. face às taxas observadas em 2017). Para as operações passivas, a média dos novos depósitos para o prazo de 1 ano situou-se em 11,1%, equivalente a uma redução de 821 p.b. comparativamente ao mesmo período de 2017.

Evolução da Prime do Sistema Financeiro



Fonte: Banco de Moçambique

Em Dezembro de 2018, o Comité da Política Monetária do Banco de Moçambique decidiu entre outras medidas, rever em baixa as taxas de juros da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) para 17,25% e 11,25%, respectivamente. Durante o ano as Reservas Obrigatórias (RO's) em moeda nacional mantiveram-se em 14,00% e em moeda estrangeira aumentaram para 27,00%, correspondendo a uma variação de 13 p.p. face a Dezembro de 2017.

Para 2019, o BdM continuará a privilegiar uma política monetária expansionista com baixas taxas de juro destinadas a favorecer o crédito e o consumo, assente na perspectiva de uma baixa taxa de inflação.

Evolução das Taxas de Referência (2014 - 2018)

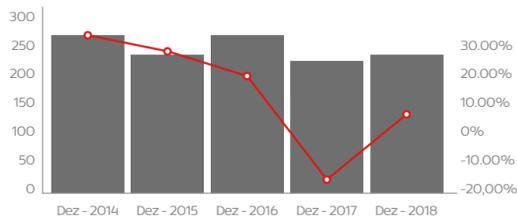
Indicadores Financeiros	Dez-14	Dez-15	Dez-16	Dez-17	Dez-18	Δ Anual (%)	
						2017	2018
Facilidade Permanente de Cedência (FPC)	8.25%	9.75%	23.25%	20.50%	17.25%	-2,75 pp	-3,25 pp
Facilidade Permanente de Depósito (FPD)	1.50%	3.75%	16.25%	14.00%	11.25%	-2,25 pp	-2,75 pp
Reservas Obrigatórias MN	8.00%	10.50%	15.50%	14.00%	14.00%	-1,50 pp	0,00 pp
Bilhetes de Tesouro - 91 dias	5.37%	7.52%	24.32%	23.75%	13.85%	-0,57 pp	-9,90 pp
Bilhetes de Tesouro - 182 dias	6.62%	7.28%	27.47%	24.15%	13.92%	-3,32 pp	-10,23 pp
Bilhetes de Tesouro - 364 dias	7.25%	7.55%	28.84%	24.98%	13.58%	-3,86 pp	-11,40 pp
Taxas de Juros Interbancário Overnight	3.11%	5.55%	23.16%	20.90%	14.25%	-2,26 pp	-6,65 pp

Fonte: Banco de Moçambique

Evolução do Crédito à Economia

Em Dezembro de 2018 os activos do sistema bancário atingiram MZN 606 mil Milhões, o que indica uma aceleração no crescimento anual na ordem dos 13,1%, contra um crescimento de 6,3% verificado em igual período de 2017.

O volume de depósitos atingiu os MZN 413 mil Milhões, representando um aumento face ao ano 2017 de 11,6%, contra um crescimento estimado de 5,8%. No mesmo sentido, o ritmo de crescimento do crédito à economia indica uma recuperação em cerca de 18,9%, face ao período homólogo de 2017, fixando-se em 3% (2017: -15,9%), tendo-se registado no final de 2018 um volume de MZN 240 mil Milhões.



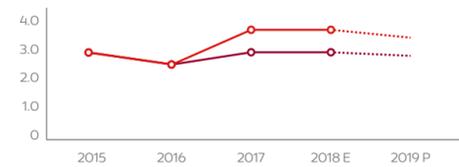
Fonte: Banco de Moçambique

8.3 Perspectivas Económicas para 2019

a) Economia Internacional

De acordo com o Banco Mundial, prevê-se que o crescimento económico global em 2019 atinja os 2,9%, após um ano moderado em 2018, na medida em que no segundo semestre a actividade industrial e o comércio desaceleraram significativamente em algumas economias desenvolvidas e emergentes. Suportado pelos mesmos factores o Fundo Monetário Internacional (FMI) mantém uma posição mais optimista, perspectivando para 2019 um crescimento económico global de 3,5%.

PIB Economia Global (%)



Notas: E - Estimativa, P - Projecção
Fonte: Banco Mundial - Global Economic Prospects, January 2019
FMI - World Economic Outlook, January 2019

Nas Economias Avançadas espera-se um crescimento moderado em 2019, podendo atingir os níveis de 2,9%, uma desaceleração de 0,01 p.p. contra os 3,0 p.p. estimados para 2018. Esta performance é devida às revisões em baixa na maioria dos países da zona do Euro, e justificam-se pelos seguintes factores: (I) Na Alemanha, devido ao fraco consumo privado, fraca produção industrial após a introdução de padrões revistos de construção de veículos automóveis e procura externa moderada; (II) Na Itália, devido à fraca procura doméstica e maiores custos dos empréstimos uma vez que os rendimentos soberanos permanecem elevados e (III) Na França, devido ao impacto negativo dos protestos de rua e da acção industrial cheia de constrangimentos. Os Estados Unidos por seu turno continuarão com os estímulos fiscais, com a revisão das políticas monetárias e revisão das taxas de juros, para impulsionar a actividade económica, sustentando deste modo um crescimento mais acelerado quando comparado com o ano de 2018.

Perspectiva-se uma estagnação nas Economias Emergentes e em Desenvolvimento como um todo, apontando-se para um crescimento de 4,2% em 2019, sustentada por um abrandamento na procura externa, condições financeiras mais apertadas e maiores incertezas políticas.

A África Subsaariana deverá ter um crescimento mais acelerado em 2019, esperando-se que o PIB se situe em 3,4%, contra os 2,7% estimados para 2018. Espera-se ainda que a maioria das economias nesta zona tenha um crescimento acima dos 5% em 2019, impactando positivamente no desempenho global regional.

Perspectiva do PIB - Economia Mundial (Em %)

	Dez-14	Dez-16	Dez-16	Dez-17
Mundo	2.4	3.1	3.0	2.9
Economias Avançadas	1.6	2.3	2.2	2.0
EUA	1.5	2.2	2.9	2.5
Zona do Euro	1.8	2.4	1.9	1.6
Japão	0.9	1.9	0.8	0.9
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	3.7	4.3	4.2	4.2
Rússia	-0.2	1.5	1.6	1.5
Brazil	-3.5	1.1	1.2	2.2
África Subsaariana	1.3	2.6	2.7	3.4

Fonte: Banco de Moçambique
Nota: E - Estimativa, P - Projecção

As principais fontes de risco para as perspectivas globais estão dependentes do resultado das negociações comerciais e do rumo que as condições financeiras tomarão nos próximos meses.

Se os países resolverem as suas diferenças sem aumentar ainda mais as barreiras comerciais, e se o ânimo do mercado recuperar, poder-se-á esperar uma melhoria da confiança e do clima comercial, podendo elevar o crescimento acima da meta prevista em 2019. *Acresce a este cenário as incertezas em relação à finalização das negociações sobre a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit).*

b) Economia Nacional

Para 2019, perspectiva-se a continuação do objectivo de consolidação fiscal por via da melhoria das receitas internas (sustentada pelo aumento de produção interna resultante da melhoria da comercialização agrícola e expansão da indústria extractiva), a implementação de reformas estruturais e racionalização/conteção das despesas públicas (condições financeiras restritivas, aumento de impostos e preços fracos para metais e produtos agrícolas).

No plano monetário, em resultado da perspectiva de manutenção da trajetória descendente da taxa de inflação e da estabilidade cambial, estima-se para 2019 que o Banco de Moçambique conduza a sua política de redução das taxas directoras. A actividade económica continuará assim a ser afectada pelo plano económico restritivo, e pela manutenção da suspensão do apoio ao Orçamento Geral do Estado por parte dos parceiros internacionais.

De salientar alguns desafios e constrangimentos para a economia Moçambicana:

i) Para o exercício económico de 2019, prevê-se a manutenção da estabilidade macroeconómica através da correcção dos desequilíbrios fiscais, com enfoque para a racionalização da despesa pública e a implementação de reformas na área tributária, alicerçados no alargamento da base tributária com vista à redução da dependência externa, através da diversificação das fontes de captação de receita e intensificação das acções de auditoria e fiscalização às empresas, com maior enfoque para os megaprojectos;

ii) O crescimento económico projectado para 2019 é alicerçado pelo desempenho positivo previsto nos sectores de extracção mineira (14%), pescas (6%), agricultura (5,5%), saúde e acção social (4,5%), educação (5%) e administração pública (4,5%);

iii) Relativamente ao nível de inflação, espera-se que continue a evoluir favoravelmente em torno de 1 dígito, em resultado das medidas que vêm sendo implementadas no sector monetário e cambial, as quais visam restaurar a estabilidade de preços e aumentar as reservas internacionais para cobrir as importações e reduzir as pressões inflacionistas;

iv) Retoma dos níveis de Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique (IDE), sendo que a projecção para 2019 aponta para uma injeção líquida de fundos de USD 5.769 Milhões;

v) Incertezas que poderão ainda advir das eleições gerais que decorrerão em Outubro de 2019, e o processo em curso da integração dos homens armados da Renamo e sua desmilitarização (tensões político-militares).

Indicadores	2016	2017	2018 E	2019 P
PIB (%)	3,30	3,10	3,30	4,70
Inflação (%)	25,27	5,50	5,65	6,50
Exportações (milhões USD)	3,328	4,725	4,913	5,160
RIL's (milhões USD)	1,875	3,038	4,725	3,100
Meses cobertura importações (meses)	3,60	7,30	6,00	6,00
IDE (milhões USD)	3,093	1,271	2,563	5,769

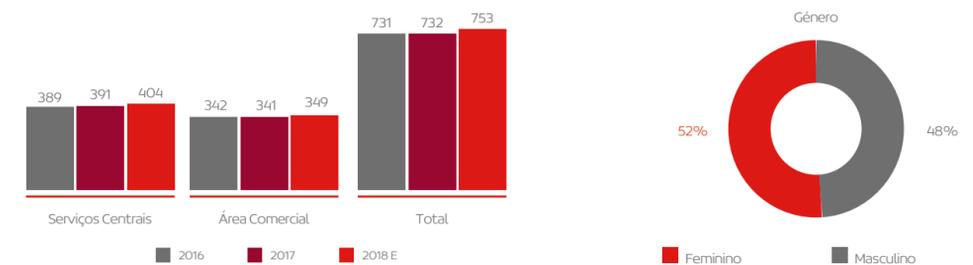
Fonte: Proposta PES 2019 - Documento Fundamentação, 28 de Setembro de 2018
Nota: E - Estimativa, P - Projecção

9. Actividades de Suporte ao Negócio

9.1 Gestão de Recursos Humanos

A trajetória de recuperação e consolidação da actividade do Banco que caracterizou o exercício económico de 2018 assentou, essencialmente, na dimensão específica da Gestão do Capital Humano, no crescimento prudente do quadro de pessoal, no investimento na formação profissional e na promoção de iniciativas de crescimento e valorização profissional dos Colaboradores com base em critérios meritocráticos.

Deste modo, em termos de dimensão e composição, o quadro de pessoal do Moza Banco passou de 732 para 753 Colaboradores (incremento de 3% face a igual período de 2017). Destes, 52% estavam afectos aos Serviços Centrais e 48% à Rede Comercial.



Respeitando o princípio do equilíbrio e igualdade de oportunidades com base no género, posicionamento que se encontra em perfeita sintonia com os seus valores corporativos, o Moza apresentava uma estrutura muito equilibrada, sendo de referir que 48% dos seus quadros são do género Feminino e os restantes 52% do género Masculino.

Por outro lado, a composição maioritariamente jovem do seu quadro de pessoal, que apresenta uma maior concentração de Colaboradores (cerca de 66%) na faixa etária entre os 25 - 35 anos, com uma idade média de 33 anos, reflecte o arrojo numa linha de gestão apostada na valorização de Pessoas com forte predisposição para promover a inovação associada ao uso de novas tecnologias de informação e comunicação, com o intuito de responder às novas tendências do negócio e induzir processos de racionalização de custos operacionais.

Formação

A formação profissional é assumida como uma ferramenta indispensável de elevada motivação, do crescimento profissional e do aumento da produtividade dos Colaboradores do Moza Banco.

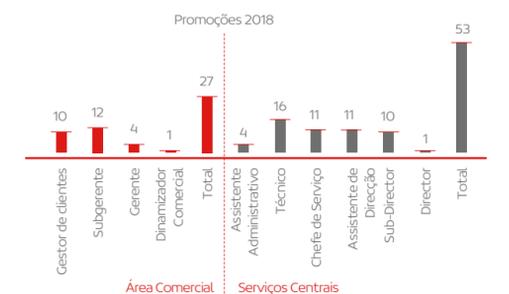
Num contexto macroeconómico indutor de particulares cautelas no investimento, é de realçar a contínua aposta dos Órgãos de Gestão do Banco no que concerne à formação dos seus Colaboradores. Em 2018 foram desencadeadas 162 acções de formação prioritariamente centradas em temáticas relevantes e inadiáveis da sua actividade. Estas acções contaram com 287 participações, o equivalente a 8.375 horas de formação distribuídas por temáticas diversas como a conformidade regulamentar, melhoria de aptidões e habilidades no domínio de aplicações, de processos, oferta de serviços e reforço de uma cultura de eficiência baseada na racionalização de recursos.

Nota de realce é a contínua aposta da instituição no envolvimento de formadores internos que, de forma crescente, têm vindo a assumir um papel de maior preponderância na monitoria de parte significativa destas acções, aliando a sua experiência e profundo conhecimento das necessidades do Banco à desejável qualidade e aplicabilidade dos conhecimentos partilhados.

Promoções

No Moza Banco, a progressão na carreira profissional está associada ao compromisso da Organização em lançar desafios, dar oportunidades e reconhecer o mérito do contributo dos Colaboradores e respectivas equipas na prossecução dos objectivos estratégicos definidos.

Deste modo, com base em critérios amplamente divulgados que envolvem pressupostos como a qualificação, experiência profissional, contribuição efectiva, proficiência em competências e evidência de potencial, 80 Colaboradores (o equivalente a cerca de 11% do seu quadro efectivo de Colaboradores) beneficiaram de Promoções por Mérito, ascendendo a cargos e funções como abaixo se ilustra:



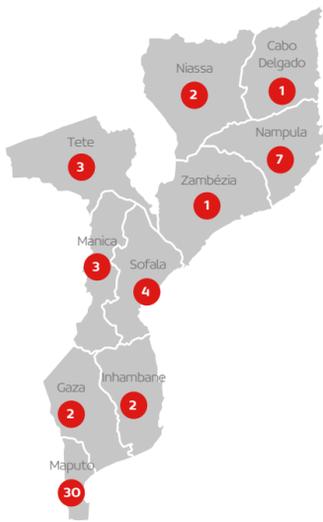
Relatório e Contas 2018

9.2 Rede de Distribuição

No final de 2018, o Moza Banco contava com uma rede de distribuição composta por 55 Agências Bancárias, das quais 53 Agências de Retalho, 1 Centro Corporate e 1 Centro Private. De realçar que entre as agências de Retalho, 8 são mercados informais.

Em 2018, o Moza Banco ampliou a sua rede de Balcões com a abertura das agências em Lichinga localizada na capital provincial do Niassa, e Dondo na província de Sofala, totalizando no final de 2018 uma rede de distribuição composta por 55 Agências bancárias.

Com a abertura destas duas agências o Moza consolida o seu estatuto do Banco com a 3ª maior rede de Agências, com uma cobertura a nível nacional, estando presente em todas as províncias de Moçambique. Ao nível de cobertura geográfica, a zona sul tem implantadas 34 agências, 11 agências na zona centro e 10 na zona norte do País.



Em termos de posição no *ranking* do sistema bancário, e no que tange a rede de agências bancárias, o Moza Banco encerrou o ano 2018 com uma quota de mercado de aproximadamente 8,3%, posicionando-se como o terceiro (3º) maior Banco Moçambicano em termos de rede de balcões.

Em termos estratégicos, em 2019, o Banco retomará o projecto de expansão da rede de agências bancárias, sendo de destacar a abertura nos próximos 24 meses de mais 20 balcões nos distritos no quadro do programa "Um Distrito, um Banco", em parceria com o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER). Este posicionamento demonstra que o Moza Banco tem sido um dos Bancos na linha da frente no processo de expansão, contribuindo deste modo para a melhoria dos níveis de disponibilidade e acessibilidade de produtos e serviços financeiros no País em geral, e da população rural em particular.

9.3 Actividade Comercial

A actividade comercial em 2018 ficou marcado pela manutenção da trajectória de recuperação que o Banco encetou há cerca de 2 anos. Durante este ano assistiu-se à consolidação da actividade comercial, resultante dos resultados positivos obtidos através da implementação, a partir do último trimestre de 2016, de medidas conducentes à recuperação dos níveis de confiança do mercado em geral, e dos Clientes do Banco em particular.

Assim, num contexto em que a confiança dos Clientes e do mercado se encontra recuperada e estável, o foco da actividade comercial do Banco foi a elaboração de estratégias conducentes a retenção, fidelização e estreitamento dos laços com os Clientes existentes e recém-captados, em linha com o seu novo posicionamento de Banca Relacional.

Em 2018, o Moza Banco definiu como principais prioridades de acção comercial as seguintes:

1. Diferenciação na estratégia de retenção dos Clientes;
2. Criação de relações profundas com os Clientes;
3. Estruturação da oferta de produtos para cada Segmento de Clientes, de forma a potenciar e melhorar o envolvimento do Cliente com o Banco;
4. Concepção de um plano de abordagem por Segmento, suportado por ferramentas automatizadas e relatórios periódicos de desempenho;
5. Desenvolvimento de iniciativas que promovam a vinculação dos Clientes, apoiadas por uma política de contactos proactivos regulares, num modelo de banca relacional;
6. Automatização e optimização das ferramentas e dispositivos de apoio à Rede de forma a potenciar a concretização dos desafios comerciais;
7. Concessão de crédito com condições universais, de fácil acesso e fácil tramitação;
8. Oferta de produtos de poupança e de investimento com taxas e modalidades de juro atractiva.

O início do ano de 2018 foi ainda marcado pela prioridade na captação de recursos por via de campanhas específicas de dinamização e promoção de produtos do Moza. Estas campanhas tiveram um efeito positivo, permitindo ao Banco definir uma estratégia de crescimento do crédito, já no início do 2º trimestre, passando o foco da actividade comercial para a concessão de crédito e simultaneamente na redução das taxas de juro na remuneração dos depósitos. Associado à oferta de valor que se propôs aos Clientes do Banco durante 2018, manteve-se a estratégia de motivação e incentivo constantes às equipas comerciais, através do Sistema de Objectivos e Incentivos que premeia o mérito das equipas comerciais que se distinguem pelo seu compromisso com o Banco e cumprimento de objectivos traçados.

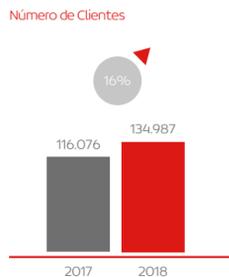
Em resultado do sucesso das estratégias descritas acima, verificou-se um assinalável crescimento no volume de negócios, captação de Clientes, liquidez, taxas de equipamento e transacções efectuadas nos canais do Banco.

Número de Clientes

Em 2018, o Moza Banco registou um crescimento no número de Clientes de 16% face ao período homólogo de 2017, correspondente a 18.911 novos Clientes. Mantem-se o nível de concentração de Clientes no segmento Retalho Particular com um peso de cerca de 94% no crescimento do número de Clientes, reflectindo o posicionamento do Moza como um Banco universal.

No ano de 2018, o Banco identificou um conjunto de Clientes cuja redução do envolvimento com o Banco originou o encerramento das suas contas, tendo sido encerradas cerca de 4.000 contas.

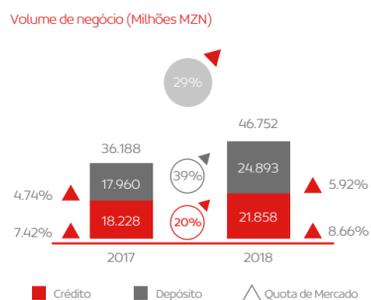
No segundo semestre de 2018 foi definida como estratégia de captação de Clientes a inclusão de uma variável "Captação de Clientes" nos Desafios Comerciais que permitiu às Agências e Gestores atingirem os objectivos definidos, compensando a redução das contas que foram encerradas.



Volume de Negócio e Posicionamento Competitivo

Em 2018, o Volume de Negócios do Banco, medido através da carteira de Crédito a Clientes e de Depósitos de Clientes, registou um aumento de cerca de 29% face ao período homólogo do ano anterior, totalizando MZN 46.752 Milhões no final de 2018. Neste período, o destaque vai para o segmento Retalho que apresentou maior contributo no crescimento do volume de negócio do Banco quando comparado ao período homólogo de 2017, demonstrando o sucesso na implementação da estratégia comercial. Este crescimento reflecte igualmente a taxa de sucesso na adesão às soluções propostas pelo Banco, e o reafirmar do foco do Moza na banca universal.

Ainda no que concerne ao negócio, é importante sublinhar que a taxa de crescimento do volume de negócio do Moza Banco registado em 2018 apresenta-se bastante acima da taxa de crescimento verificado ao nível do sistema bancário nacional, cujo crescimento global foi de 8,5% (crédito: 3,3% e depósitos: 11,8%), revelando o compromisso do Banco em assumir uma posição de destaque na oferta de soluções que sejam de preferência para os seus Clientes em particular, e para o mercado em geral. O crescimento superior da actividade comercial do Moza face ao mercado é um sinal inequívoco de que o mercado voltou a confiar na instituição.



Em resultado do crescimento do volume de negócio, em 2018, o Moza Banco consolidou a sua posição na lista das cinco (5) maiores instituições financeiras do mercado, com uma quota de mercado em termos de Crédito Concedido de 8,66% (2017: 7,42%), Depósitos de Clientes de 5,92% (2017: 4,74%) e de Activo de 6,06% (2017: 5,0%).

O desempenho do Moza nos últimos dois (2) anos tem contribuído significativamente para o crescimento da actividade económica no País em geral, e em particular do Sector Bancário. Em 2018, o Moza foi a Instituição Financeira que apresentou o segundo maior contributo para o crescimento de crédito e depósitos do sector bancário, com uma contribuição no crescimento de 16,9% e 15,7%, respectivamente.

Cartões

Em 2018, com o objectivo de garantir o contínuo crescimento da transaccionalidade bem como do parque dos cartões Moza, o Banco procedeu a uma série de iniciativas, sendo de destacar as seguintes:

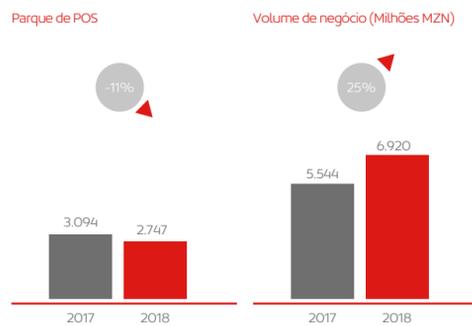
- Campanha de incentivo à utilização de cartões Moza no estrangeiro que resultou num aumento do número e volume de transacções em cerca de 40% e 50%, respectivamente, e premiou Clientes com uma viagem para o Dubai;
- Campanha de emissão de cartões de crédito Pré-aprovados para Clientes que não detinham este meio de pagamento cujo resultado atingiu 99% de execução em termos de emissão;
- Optimização de utilizadores e serviços na rede MasterCard que resultou na redução de custos associados à rede MasterCard;
- Racionalização nos custos relacionados com os cartões electrónicos permitindo um melhor posicionamento competitivo e uma oferta atractiva aos seus clientes.



Em resultado das iniciativas descritas, os cartões apresentaram um crescimento de 4.669 unidades (+5%) face a igual período de 2017, totalizando no final de 2018 um parque de 94.158 cartões activos na rede. Espera-se, contudo, que o impacto das acções implementadas sejam mais visíveis no exercício de 2019, uma vez que parte das mesmas foram levadas a cabo no 2º semestre de 2018.

POS

Em 2018, o Banco registou uma redução do parque de POS de aproximadamente 11% (-347 unidades) comparativamente ao ano de 2017. A redução do parque de POS está associada à estratégia implementada no início do ano de 2018, de garantir uma maior rentabilização deste serviço, tendo sido desenvolvidas duas (2) actividades combinadas, nomeadamente, a análise de rentabilidade dos POS e processo de actuação e controlo da não utilização dos POS com mais de 30, 60 e 90 dias.



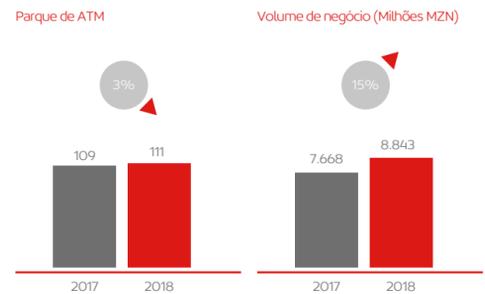
A implementação desta estratégia resultou na retirada dos equipamentos que não transaccionavam, culminou com a retirada efectiva de mais de 1.600 POS no ano de 2018 que foram convertidos em reafecções/relocações nos Clientes com maior afluência e volumes.

É notável, o resultado positivo da estratégia levada a cabo pelo Banco (sensibilização dos Clientes para a utilização do POS Moza e recolha dos equipamentos em comerciantes sem movimentos ou que tivessem encerrado sua actividade), traduzindo-se num significativo crescimento do volume de transacções, que registou um aumento de 25% face a 2017, totalizando MZN 6.920 Milhões (2017: MZN 5.544 Milhões).

ATM

No que concerne aos equipamentos associados à banca à distância, nomeadamente as ATM, o ano de 2018 foi marcado pela manutenção de uma política de gestão eficiente. Assim, a actividade durante o ano de 2018, teve como foco o reforço da estratégia definida em 2017, de optimização do actual parque das ATM, que culminou com um processo de retirada de equipamentos menos rentáveis para reafecção em espaços com maior potencial de transaccionalidade, tendo-se registado ao longo do ano, 11 novas colocações e 8 retiradas, perfazendo um parque total de 111 ATM instaladas em 2018, reflectindo um crescimento de 3% face ao período homólogo.

Em resultado da estratégia implementada, registou-se um aumento da aderência às máquinas do Banco tendo-se apurado, no final de 2018, um volume anual de transacções na ordem de 15% acima de 2017 apesar da reafecção efectuado no ano.



Canais

Como resultado de levantamento das necessidades de melhorias dos canais, bem como de um trabalho de sensibilização da Rede Comercial, no sentido de garantir, por um lado, uma maior taxa de equipamento dos Clientes e, por outro, a concordância de maior comodidade para o Cliente através da não dependência do gestor para a realização de um conjunto de operações que o Banco oferece remotamente, registou-se uma forte aderência aos canais Remotos, sendo que:

- Foi registado um crescimento de cerca de 20% nas adesões ao serviço *internet banking*, contra uma taxa de crescimento de cerca de 18% no período homólogo de 2017.
- Relativamente ao USSD (serviço Moza Já), a taxa de equipamento neste canal é de cerca de 45%, tendo-se tornado um dos principais canais utilizados pelos Clientes para as suas transacções quotidianas, quer financeiras, como transferências, quer não financeiras, com destaque para compra de recargas Credelec, MCEL e Vodacom.

Durante o exercício de 2018, o Banco registou um crescimento de 19% no *Internet & Mobile Banking* e 42% no USSD.

Adicionalmente, de entre as alterações/ melhorias implementadas nos Canais, importa destacar:

- Início da revisão e uniformização de todos os campos do *website*;
- Revisão e implementação de novas funcionalidades:
 - o **Internet:**
 - Pagamento de Salários e a Fornecedores;
 - Extractos de Conta e de Cartão de crédito;
 - Email de confirmação de transacção;
 - o **Mobile:**
 - Disponibilização de uma nova versão, com uma imagem mais acessível e um conjunto maior de funcionalidades.

Quiosques

No âmbito do projecto de automatização de pagamentos dos actos e emolumentos, o Moza Banco possui um protocolo com o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos e Ministério do Interior, com vista a garantir a redução/eliminação das enormes filas de espera, maior segurança e comodidade nas transacções pelos Clientes destas entidades.

O ano de 2018 foi um ano de optimização destes equipamentos, tendo o Banco apostado na implementação de um conjunto de melhorias que visavam, fundamentalmente, garantir o alinhamento dos processos e responsabilidades, bem como o funcionamento ininterrupto dos mesmos.

Em 2018, o Banco encerrou o ano com um parque de 21 Quiosques activos.

Foi registado um volume de transacções de, aproximadamente, MZN 302 Milhões (2017: MZN 110 Milhões), sendo que a expectativa é do aumento do volume de transacções decorrente do aumento da base de Clientes, tendo em conta os benefícios associados a utilização deste canal, nomeadamente, a redução/ eliminação de filas de espera, maior segurança e comodidade nas transacções pelos Clientes.

CRM ("Customer Relationship Management")

Com o objectivo de melhorar a relação com os Clientes Moza, são lançados alertas (vencimentos) e *leads* (Clientes propensos a potenciais produtos) mensalmente, distribuídos por Gestores e Agências. As *leads* foram lançadas, por um lado, em prol dos Objectivos dos Desafios Comerciais e, por outro, como objectivos de campanhas específicas (Cartão de Crédito Pré Aprovado, entre outras), suportados por um maior potencial de utilização das ferramentas de CRM.

Call Center

O *Call Center* tem monitorado, de forma atenta, as manifestações, pedidos de apoio e sugestões de Clientes canalizadas por esta via, garantindo que as respostas dadas aos mesmos estejam dentro dos níveis de serviço definidos pelo Regulador, e sejam suficientemente esclarecedoras. Tendo como foco a garantia de maior proximidade com os nossos Clientes, tornando o Moza num Banco orientado para o Cliente, medindo constantemente a sua satisfação, estando sempre visível e acessível ao Cliente, foram implementadas, neste canal, um conjunto de medidas conducentes ao reforço da relação do Banco com os seus Clientes.

Novas áreas de negócio

a) Crédito Funcionário Público

O Banco lançou no final de 2018, em parceria com a ProSales, um crédito dedicado aos Clientes Funcionários do Estado e abrangente a todo o País, desde os centros urbanos até os locais recônditos.

Esta nova linha de negócio apresenta resultados muito promissores, atendendo a demanda ocorrida em 2018.

b) Serviço Mukuru

O Banco lançou em parceria com a Mukuru, a maior empresa Sul Africana de transferência de valores, um serviço que permite que os seus utilizadores, residentes na África do Sul, enviem valores em Randes Sul-Africanos para beneficiários em Moçambique, que por sua vez os podem levantar em Meticais em Unidades de Negócio do Moza, independentemente da relação destes com o Banco (neste momento, 24 Unidades de negócio fazem parte desta fase piloto) e brevemente entrará em fase de cruzeiro.

Produtos

Em 2018, a estratégia da oferta reforçou o foco em soluções universais, de fácil acesso e grande competitividade, assim como na optimização dos processos internos de resposta ao Cliente e monitorização.

Neste sentido, destacam-se as seguintes iniciativas:

a) DP 3 em 3

Depósito a Prazo, com o prazo de 3 meses e taxas de juro que crescem mensalmente, atingindo uma taxa anual nominal bruta (TANB) de 12%. O objectivo deste depósito era de reter recursos em vencimento, assim como de captar novos depósitos.

Tendo sido um sucesso de vendas, este produto viu o seu prazo estendido para mais 3 meses, estando em vigor até ao final do 1º trimestre de 2019.

b) Campanha Valor em Dobro

Para estimular a captação de contas de depósito à ordem com domiciliação salarial, criou-se a campanha "Valor em Dobro", que decorreu entre 1/12/2018 e



24/12/2018. Neste período, foram abertas 972 contas e no final, 30 Clientes foram sorteados e receberam como prémio o valor do seu rendimento declarado e pago no Moza, totalizando cerca de MZN 382 Mil.

c) Crédito Boas- Festas

Em vigor desde 2017, este produto apresenta uma procura constante por parte dos Clientes o que tem originado sucessivas renovações desta campanha. O Banco à semelhança deste produto/campanha tem lançado, ao longo do ano, ofertas ajustadas a temas associados a eventos de relevo nacional.

d) Implementação das medidas impostas pelo Banco de Moçambique nos Avisos 13 e 19

- Implementação da nomenclatura comum em todos encargos e comissões cobradas aos Clientes;
- Implementação dos serviços financeiros gratuitos introduzidos pelo Banco de Moçambique (BdM) nos diferentes canais (ATM, USSD, Mobile, Internet & Mobile Banking e nas Unidades de Negócio);
- Implementação de proibições e obrigações impostas pelo Banco de Moçambique;
- Implementação do preçário completo e simplificado, no template indicado pelo BdM.

9.4 Sistemas e Tecnologias de Informação

Em 2018, no que concerne a gestão de sistemas e tecnologia de informação, o Banco manteve a sua actuação com objectivo de garantir o reforço de infra-estrutura técnica e tecnológica que suportam toda a operacionalidade do Banco.

Com intuito de dar continuidade ao processo de melhoria dos seus sistemas de informação, o Banco desenvolveu, neste período, um conjunto de iniciativas estruturantes, algumas das quais integradas no contexto da redução e racionalização de custos, destacando-se entre outras, as seguintes:

Internalização de competências e serviços

Ainda no contexto da redução e racionalização de custos, foram iniciados vários processos de capacitação das equipas do Banco, com vista à redução de custos com externalização de serviços de manutenção.

Neste âmbito e em linha com a internalização de competências, o Banco iniciou um processo de formação dos seus recursos e de substituição das equipas de *outsourcing* residentes por recursos locais.

Até ao final de 2018, e com o sucesso do programa de internalização de competências, foi possível acelerar os processos de substituição dos principais serviços prestados. Actualmente, a manutenção de infra-estruturas e outros serviços aplicativos são feitos pela equipa local do Banco, evidenciando o sucesso da implementação das medidas conducentes a racionalização de custos.

Ainda no desenvolvimento de aplicações e *software*, foram identificadas as demais tecnologias que serão alvo de substituição. Foi potenciada a capacidade de produção de conteúdos com a equipa local e conseguido colocar, inclusive em produção, alguns produtos no mercado, por exemplo, o “Crédito ao Funcionário Público”.

Formação Técnica das Equipas

Conscientes das dificuldades e falta de conhecimento sobre algumas tecnologias e sistemas sob gestão da Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação (DSTI) foi traçado um plano de formação técnica das equipas internas, alinhado ao programa de internalização de competências. Neste plano, foram identificadas e aprovadas 70 acções de formação, das quais 37 acções foram realizadas no decurso de 2018, sendo que as remanescentes serão executadas ao longo do primeiro trimestre de 2019.

Ainda na execução do plano de formação, foi possível certificar 6 Colaboradores em diversas competências e elevar o nível de proficiência nas diversas áreas da DSTI.

Processos e Procedimentos

Para garantir maior controlo e alinhamento de prioridades entre o negócio do Banco e o IT, foi estabelecido em 2017 o Comité de IT, que tem como principal função monitorar os desenvolvimentos e projectos tecnológicos. Em 2018, foram realizados 3 comités, onde se notou um acréscimo gradual na capacidade em termos de horas das equipas internas de desenvolvimento e a diminuição gradual de desenvolvimentos por entidades externas, em linha com a estratégia de redução de custos e internalização de competências.

Role Switch

A abordagem proactiva sobre segurança da informação nas organizações visa evitar ou reduzir as consequências dos riscos existentes. Nesta estratégia são incluídos elementos como a análise de riscos, o plano de resposta a incidentes ou então o plano de recuperação de desastres, todos eles com o objectivo exclusivo de garantir a continuidade do negócio. Em Agosto, o Banco conseguiu executar pela primeira vez nos últimos 5 anos, o teste de *“Role Switch”*, onde as operações primárias (no CORE bancário, neste caso) estiveram a funcionar a partir do site de recuperação de desastres (DR) localizado no Município da Matola.

Após o sucesso no teste de Role Switch, foi possível elaborar o procedimento e plano de acção a ser seguido para activação parcial dos serviços no site DR, ou seja, passagem dos serviços primários (Banka) para a máquina secundária no site de recuperação de desastres.

Atualização da Infra-estrutura IBM

Desde a sua fundação até aos dias de hoje, o Moza Banco tem apresentado um crescimento no volume de dados e exigência de performance. Em Fevereiro de 2018, foi feita a renovação de toda a infra-estrutura IBM que suporta o CORE bancário de forma a garantir melhores tempos de processamento, de armazenamento e de replicação de dados.

Com esta renovação, foi possível reduzir em 6 horas, as operações de fecho do dia, sendo que até final de 2018 este processo tinha uma duração média de 3,5 horas.

Migração Data Center VIP - JAT

No contexto da mudança para a nova Sede do Banco, tendo em vista assegurar uma maior eficiência operacional e de custos, através de junção de todos os serviços centrais do Moza Banco num único edifício, foi efectuada a realocação dos serviços de comunicações e sistemas alojados no antigo centro de dados localizado nas instalações do Hotel VIP Maputo, para o novo edifício Sede (edifício JAT VI, Piso 6). Apesar dos vários constrangimentos enfrentados, esta operação decorreu com sucesso, e cumpriu na íntegra com a planificação prevista inicialmente.

Este foi um processo feito maioritariamente pela equipa do Moza, comprovando mais uma vez o sucesso do processo de internalização de competências.

9.5 Gestão de Imagem e Comunicação

O ano de 2018 foi para o Moza Banco um ano de consolidação. Um ano em que o Banco direccionou as suas acções no sentido de dar corpo ao seu ADN de Banco relacional, que se inspira no Cliente como centro do seu posicionamento estratégico, com o claro objectivo de recuperar a sua posição de destaque entre os principais Bancos a operar no País.

Neste contexto, o Banco alinhou a sua estratégia de comunicação ao seu novo ciclo reforçando a sua actuação no domínio da proximidade ao Cliente, no estabelecimento e reforço de parcerias com actores-chave, no incentivo à poupança, na concessão de financiamento para a materialização de iniciativas de vária ordem, na promoção da literacia financeira e projectos com elevado impacto social e ambiental, com particular incidência nas áreas de educação, cidadania e sustentabilidade ambiental, transversalmente para todos os segmentos da sociedade moçambicana. De acordo com essa visão, procurou-se assegurar a consistência e reforço da notoriedade da marca, através da realização de um conjunto de acções, nomeadamente:

- Estabelecimento de vínculos de relacionamento com os Clientes, através de acções de comunicação dirigida;
- Comunicação transversal de produtos e serviços;
- Promoção e apoio a programas de responsabilidade social para o público interno e externo.

9.5.1 Principais Campanhas em 2018

Com recurso aos meios de comunicação do Banco (website corporativo, assinatura de e-mail, ATM´s, TV´s e painéis digitais no interior das Agências), e ainda as redes sociais (*facebook, twitter, youtube e Instagram*), destacam-se as seguintes campanhas promovidas ao longo de 2018:

#ExplicaMoza

Visando a promoção da literacia financeira, sobretudo nas camadas mais jovens, foram desenvolvidos e partilhados, nas redes sociais, videos animados com explicações sobre produtos e serviços bancários, suas características, vantagens e formas de adesão.

#Moza Sempre

No âmbito da proximidade que privilegiamos com os Clientes e Parceiros, continuamos a apostar na campanha, na qual parceiros do Moza, através de videos curtos, explicam na 1ª pessoa porque o Moza é a melhor opção para o seu crescimento e expansão.

#Não subestime o Valor d’Água

Tendo em conta a importância da água enquanto recurso natural indispensável à vida, e a progressiva escassez deste precioso líquido sobretudo na área Metropolitana de Maputo, lançamos no mês de Março, a campanha de consciencialização sobre o valor da Água que tem como mote: “Não subestime o valor d’Água”. A mesma consiste na veiculação de videos e posts variados com dicas sobre formas de poupar água, promovendo assim o uso racional e sustentável deste recurso.

#Campanha de Segurança Rodoviária

Consciente dos níveis alarmantes de sinistralidade rodoviária que o País regista, aproveitamos a semana de segurança rodoviária, para lançar a Campanha de comunicação sobre segurança rodoviária voltada tanto para o público interno como o externo. A mesma consiste na difusão de mensagens visando promover boas-práticas e uma conduta exemplar tanto por parte dos automobilistas e peões quando circulam na via pública.

#10 Anos Moza sempre

O ano de 2018 ficará marcado como o ano em que o Banco completou 10 anos de existência.

Por conseguinte, a comunicação a partir do 2º semestre do ano procurou destacar este marco importante na rica história do Banco. Foi neste contexto que a partir do mês de Junho através de videos institucionais partilhámos nas diversas plataformas de comunicação de que o Banco dispõe, os principais marcos do Banco ao longo deste percurso, enaltecendo o empenho dos Colaboradores e a confiança dos Clientes e demais stakeholders que tem estado com o Moza, Sempre!

#Utilização de Cartões no Estrangeiro

Com o objectivo de incentivar a utilização de cartões bancários, pelos inúmeros benefícios que estes meios de pagamento electrónico agregam, nomeadamente comodidade, privacidade e segurança nas operações bancárias, facilidade no acesso ao Banco através de uma ampla rede de infra-estruturas de ATM e POS, entre outros benefícios, foi lançada em parceria com a VISA, a campanha com o mote **“Agora é simples ganhar uma viagem de sonho, usando o cartão do Banco que te dá todo o Valor”**.

A campanha em alusão decorreu de 15 de Agosto a 15 de Outubro e era direccionada aos Clientes particulares titulares dos Cartões de Débito (Electron Personalizado, Electron Gold) e Crédito (Classic, Gold, Platinum).

Os três (3) sorteios tiveram como prémio uma viagem para Dubai com direito a um acompanhante, num pacote que incluía passagem, acomodação e alimentação durante a estadia.

Por outro lado, na componente da Oferta, foram dinamizados ao longo de 2018 os seguintes produtos através dos meios digitais e publicidade impressa (posters e folhetos):

- DP Rendimento na hora
- Moza Já (*247#)
- Cartões Moza
- Leasing Auto
- Crédito Pessoal
- Valor em Dobro
- Luxury Estate
- Solução 24/24 (Canais Digitais)
- Valor Bónus

9.5.2 Comunicação Interna

No que se refere a comunicação interna, continuamos a pautar por uma comunicação proactiva, regular e dinâmica com todos os Colaboradores do Banco, dando a conhecer em primeira mão os principais objectivos, projectos, realizações e acontecimentos relevantes do Banco, reforçando a coesão interna, os valores e princípios organizacionais.

9.5.3 Participação Estratégica em Feiras e Eventos

Feira Internacional do Turismo – FIKANI

Novembro 2018

O Ministério da Cultura (MICULTUR), através do Instituto Nacional do Turismo (INATUR), em parceria com a Federação Moçambicana de Hotelaria e Turismo (FEMOTUR), organizou entre os dias 22 e 24 de Novembro, a VI Edição da Feira Internacional de Turismo de Moçambique denominada “FIKANI”, cujo lema foi “TURISMO COMO FACTOR DINAMIZADOR DA CULTURA”.

O Moza Banco reconhecendo o papel do sector do Turismo na alavancagem do desenvolvimento social e económico do País e dinamização da cultura nacional patrocinou e participou no evento na qualidade de expositor, com um stand corporativo moderno e assistido por uma equipa de gestores dedicada, os participantes podiam obter respostas para as suas preocupações e necessidades financeiras bem como efectuar, a pré-abertura de contas no local.

Feira da Justiça e Cidadania

Dezembro 2018

Celebrou-se no dia 10 de Dezembro de 2018, 70 Anos desde a proclamação da Declaração Universal de Direitos Humanos. No País, as actividades comemorativas no âmbito da efeméride, estiveram sob coordenação do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJCR) através da Direcção Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania (DNDHC), na qualidade de órgão do Governo responsável pela articulação interministerial e intersectorial em matérias de Direitos Humanos, tendo sido desencadeadas várias acções de educação cívica, jurídica e advocacia com destaque para a Feira da Justiça e Cidadania (assistência jurídica, atribuição de B.I., Registos de nascimento, NUIT), Feira de Saúde e Exposições diversas.

O Moza Banco marcou presença no evento, tendo dedicado uma equipa de gestores com a missão de promover a educação financeira e prestar aconselhamento aos presentes sobre as melhores soluções financeiras disponíveis para investirem o seu Valor actual e futuro.

9.6 Qualidade de Serviço e Eficiência - Um compromisso do Banco para com os seus Clientes

Qualidade de serviço - A Diferenciação no Mercado

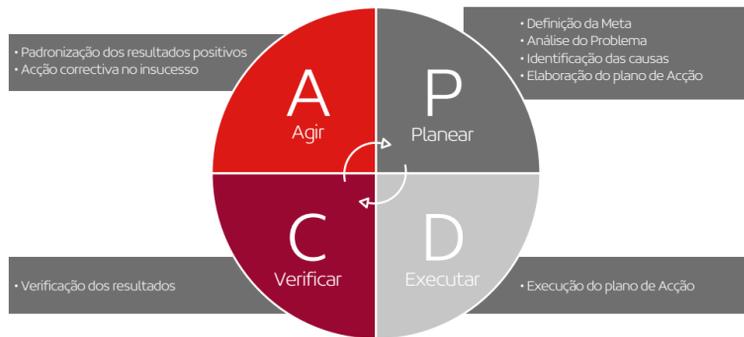
A importância das instituições financeiras na economia e a sua crescente globalização, associada à internacionalização dos capitais, tem conduzido a uma crescente diversidade de Bancos e dos seus respectivos serviços. Face a este contexto competitivo, os Bancos têm procurado mecanismos que proporcionem maiores rentabilidades encontrando o ponto comum entre aquilo que é a percepção de satisfação dos Clientes e os produtos/serviços que devem ser desenhados e oferecidos, assim como os moldes em que serão oferecidos.

Pelo facto da percepção da qualidade de serviço do lado do Cliente não ser um conceito estático mas sim dinâmico, complexo e depender de uma multiplicidade de interpretações individuais e de mercado, passou a constituir uma necessidade a identificação de metodologias e ferramentas eficazes e capazes de responder a estes desafios.

Diferenciação no Mercado

Por forma a responder os desafios acima, foi implementado no Moza, dentre outras ferramentas, o ciclo PDCA (Plan; Do; Check; Act), através do qual, a melhoria continua passou a constituir a cultura Moza. O pilar de sucesso desta metodologia é o facto de as melhorias também ocorrerem a partir de outras realizadas anteriormente, resultando num processo de melhoria contínua de qualidade e eficiência. (Vide a figura abaixo).

Ao adoptar a implantação do ciclo PDCA como base de melhoria contínua, toma-se por base as acções correctivas do primeiro ciclo. Por isso, ao final de cada ciclo completo – é o reinício do próximo – observa-se um aprimoramento cada vez mais específico dos processos e das suas etapas.



Fonte da ilustração: Sistemas de Gestão da Qualidade, 1ª edição.

Planeamento e Monitoria da actividade

Na primeira fase do ciclo PDCA, por um lado, o Banco fez o diagnóstico das possíveis oportunidades de melhoria assim como a definição das metas associadas, e por outro, para garantir um planeamento que permitisse a manutenção de uma estratégia orientada para o Cliente, o mesmo tem recorrido a monitoria de forma continua dos Indicadores Quantitativos Chaves de Performance de Qualidade (*Key Performance Indicator - KPI's*). Para o efeito, foram desenvolvidas e consolidadas ao longo de 2018, as seguintes ferramentas de rotina e pilares de actividades:

- Monitoria continua dos Níveis de Serviços dos principais processos com impacto directo no serviço ao Cliente;
- Uma Gestão de Reclamações virada para o Cliente e para o desenho de acções correctivas;
- Uma continua monitoria dos Factores de Satisfação e Insatisfação dos Clientes (através dos Inquéritos de satisfação);
- Monitoria das Rotinas de Atendimento aos Clientes ao nível das Unidades de Negócio.

Verificação dos resultados obtidos através dos Canais de recolha de *feedback* dos Clientes através da difusão dos canais de comunicação

Para além da monitoria de desempenho dos processos internos através do acompanhamento dos KPIs, o Moza Banco procura garantir que as metas numéricas estabelecidas estejam ajustadas às expectativas dos Clientes, difundindo formalmente os canais existentes para que os Clientes possam fazer chegar os seus *feedbacks*, que são:

- *Web Site* Corporativo do Moza Banco (www.mozabanco.co.mz);
- Todas as Unidades de Negócio do Moza;
- Endereço electrónico: qualidade@mozabanco.co.mz;
- *Call Center*, pelos números: 82 2020; 84 2020 ou +258 21 342020.

Por um lado, os canais acima difundidos garantem a verificação e a consolidação dos resultados obtidos com as acções correctivas implementadas, e por outro, o facto da recolha dos *feedbacks* dos Clientes em relação aos serviços prestados e produtos vendidos ser contínua, permite que o processo de melhoria continua seja ininterrupto, não precisando necessariamente de ter uma conclusão.



Relatório e Contas 2018

9.7 Compliance e Branqueamento de Capitais

Em 2018, o Departamento de Compliance do Moza continuou com a sua missão de promover o cumprimento das obrigações e deveres legais, regulamentares, operacionais, éticos e de conduta que, a cada momento, são aplicáveis à entidade, bem como aos seus Órgãos Sociais, Directores e Colaboradores, no quadro do ambiente de controlo e supervisão institucional definido pelas entidades reguladoras competentes e o normativo legal a que se encontram sujeitos.

Nesse pressuposto, e em virtude da publicação de Legislação diversa, o *Compliance* realizou em 2018, um esforço transversal de adaptação interna às novas exigências legais e regulamentares, aplicáveis ao Banco através da adequação e funcionamento dos processos internos, revisão de normativos internos e análise do risco de Compliance no âmbito de novos Produtos e Serviços, entre outros.

No que concerne à regulamentação publicada durante o ano de 2018, listamos abaixo os dispositivos que tiveram um impacto significativo para o Banco no que concerne a sua implementação:

Por outro lado, e tomando em consideração à crescente relevância do combate aos crimes de branqueamento de capitais e/ou de financiamento do terrorismo, o Departamento de Compliance também reforçou a sua actuação no âmbito de instrumentos que permitam detectar e prevenir a possibilidade do Banco ser utilizado como um veículo para actividades ligadas a estes fenómenos. Neste sentido, houve um cuidado acrescido na identificação de fragilidades e de áreas de maior exposição para o Banco, por forma a assegurar a existência de adequados métodos de controlo e mitigação de riscos inerentes a transacções e contrapartes.

10. Gestão do Risco

10.1 Introdução

Para o Moza Banco, a qualidade na gestão dos riscos constitui um eixo fundamental de actuação, em linha com as melhores práticas internacionais inerentes ao sector. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão tem sido um factor determinante e diferenciador do Banco.

No exercício da sua actividade, o Banco assume riscos susceptíveis de causar impactos negativos nos seus resultados ou até no seu capital. É com base nesse pressuposto que o Moza Banco adopta políticas e princípios de gestão de risco rigorosos, com o devido suporte dos meios necessários para assegurar a viabilidade e sustentabilidade do modelo de negócio e estratégia do Banco. Para dar cobertura aos diversos riscos inerentes à actividade, a gestão é orientada para implementar princípios, procedimentos e metodologias de mensuração, controlo e reporte ajustadas à dimensão e complexidade do Banco.

O modelo de Gestão de Risco do Moza Banco assenta, essencialmente, num conjunto de processos que possibilitam identificar, avaliar, mensurar, controlar, acompanhar e reportar todos os riscos materialmente relevantes a que o Banco se encontra exposto, interna e externamente, de modo a que os mesmos se mantenham em níveis adequados e aceitáveis, de acordo com a estratégia definida.

A gestão de risco é efectuada de um modo contínuo através de:

- Acompanhamento activo dos Órgãos de Administração e Gestão de Topo;
- Definição e divulgação de políticas, procedimentos e limites;
- Sistemas de medição, acompanhamento e de informação de gestão;
- Sistema de Controlo interno abrangente.

10.2 Perfil de Risco do Banco

O Perfil de Risco do Moza Banco tem subjacente o grau de exposição a cada um dos nove riscos regulamentares (risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco de reputação, risco de tecnologia de informação, risco de compliance e risco cambial) cuja gestão é essencial para o desenvolvimento, rentabilidade e sustentabilidade do negócio, assegurando a conformidade com os requisitos e definições legais e prudenciais, designadamente uma correcta determinação de fundos próprios e gestão de liquidez adequados às exposições aos diversos riscos decorrentes da actividade.

O Moza Banco tem vindo a desenvolver uma estrutura de gestão e acompanhamento dos diferentes riscos, alinhado com os requisitos regulamentares e boas práticas internacionais dotando, gradualmente, as estruturas orgânicas de meios técnicos e humanos que se revelam, a cada momento, ajustados aos riscos a que a actividade do Banco se encontra exposta.

Dentre vários projectos e iniciativas realizados ao longo de 2018, destacam-se:

- A conclusão da implementação do modelo de cálculo de imparidades, ajustado às exigências da norma IFRS 9, emanada pelo IASB e adoptada pelo Banco de Moçambique como norma de cumprimento obrigatório no sistema financeiro nacional, a partir de 1 de Janeiro de 2018. O novo modelo de cálculo de imparidades introduz significativas alterações no processo de gestão de risco induzindo ao reconhecimento antecipado de potenciais perdas de crédito, em função do prazo remanescente dos diversos instrumentos financeiros, bem como da efectiva reflexão da probabilidade de ocorrência de eventos adversos, do reconhecimento do valor do dinheiro no tempo e do impacto dos factores macroeconómicos relevantes;
- Consolidação do processo de reestruturação interna da Direcção de Gestão de Risco, com especialização das equipas por *cluster* de tipologia de risco e gradual convergência para a efectiva implementação das disposições atinentes às directrizes de gestão de risco do Banco de Moçambique (Aviso n.º 4/GBM/2013);
- Conclusão do processo de concepção e aprovação, em sede de Comissão Executiva, dos novos modelos conceptuais de gestão dos riscos de Liquidez, Taxa de Câmbio, Reputação e Tecnologias de Informação.

A economia moçambicana voltou a registar um desempenho modesto em 2018, o que se traduziu na limitação da capacidade financeira das empresas e rendimentos disponíveis das famílias. Esta conjuntura adversa resultou no consequente aumento dos níveis de sinistralidade de crédito no sistema bancário em geral. Em face das adversidades sistémicas, o Moza Banco pautou pela imposição de uma postura mais conservadora na concessão de novos créditos, ao mesmo tempo que reforçava a constituição de imparidades. Complementarmente, foi adoptado um programa arrojado de recuperação do crédito vencido, que combinou de forma eficaz as vertentes institucional, comercial e judicial, com resultados assinaláveis tanto do ponto de vista de recuperação de valores como da reabilitação da capacidade creditícia dos mutuários.

10.3 Responsabilidades pela Gestão do Risco

A gestão de riscos é fundamental em todas as Instituições e compreende um conjunto de actividades que afectam o seu perfil de risco. Em consonância com este princípio, os Órgãos de Administração detêm, em última instância, a responsabilidade pelo nível dos riscos assumidos pela Instituição, nomeadamente de aprovar estratégias globais de negócio e políticas, incluindo as relacionadas com a tomada e gestão de riscos.

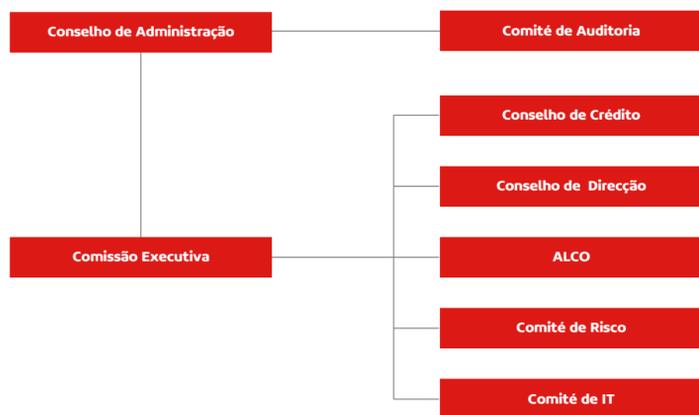
É ainda responsabilidade destes Órgãos o fornecimento de uma orientação clara relativamente aos níveis de exposição aceitáveis para a Instituição e assegurar que a Gestão de Topo implementa os procedimentos e controlos necessários para a observância das políticas e limites definidos.

Deste modo, o controlo e a gestão dos riscos materialmente relevantes a que o Banco se encontra exposto são assegurados pelo Conselho de Administração (CA), Comissão Executiva (CE), Comité de Auditoria, Comité de Risco, Comité de IT, Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), Conselho de Crédito (CC) e pelas Direcções de Gestão de Risco (DGR), Mercados e Internacional (DMI), Auditoria e *Compliance* (DAC) em conjunto com todos os Órgãos Colegiais do Banco.

O Comité de Auditoria constitui o Órgão de Supervisão Interno do Banco, sendo que o Conselho de Crédito, o Comité de Risco, o Comité de Gestão de Activos e Passivos e o Comité de IT são os Órgãos de Gestão do Risco.

Governo da Gestão de Risco

A figura abaixo ilustra o governo da gestão de risco, exercida através de diversos Órgãos do Banco:



Em suma, o Moza Banco segue um modelo de gestão e controlo de riscos suportado por 3 pilares fundamentais:

- As Unidades de Negócio e as Unidades que Geram Exposições a Riscos – constituem a 1ª linha de defesa frente aos riscos a que o Banco se encontra envolvido. Para atenderem às suas funções, devem dispor de meios para identificar, medir, tratar e reportar os riscos assumidos;
- Direcção de Gestão de Risco e a Função Compliance – constituem a 2ª linha de defesa, que zelam pelo controlo efectivo dos riscos e asseguram uma gestão de acordo com o nível de apetite definido pela Administração;
- Direcção de Auditoria Interna – constitui a 3ª linha de defesa. Durante o seu trabalho, esta Estrutura Orgânica avalia periodicamente se as políticas, métodos e procedimentos são adequados, além de comprovar a sua efectiva implementação.

As duas últimas linhas contam com um nível de separação e independência suficiente para o desempenho das suas funções e têm acesso directo ao Conselho de Administração.

11. Análise Financeira

11.1 Nota Introdutória

As Demonstrações Financeiras do Moza Banco relativas ao exercício de 2018 incorporam o impacto da nova norma IFRS 9 – instrumentos financeiros, que foi introduzida a 1 de Janeiro de 2018, em substituição da norma IAS 39 – instrumentos financeiros. Esta norma estabelece novas regras para reconhecimento de instrumentos financeiros e introduz alterações significativas no que concerne à metodologia de cálculo de imparidades, através do modelo de perda esperada.

A adopção desta norma produziu impactos na estrutura das Demonstrações Financeiras do Moza Banco a 31 de Dezembro de 2017, ditados em boa medida pelos ajustamentos associados à transição, não tendo influenciado materialmente a Demonstração de Resultados de 2018.

Conforme permitido pelas disposições transitórias da IFRS 9, e em linha com o estabelecido na IAS 8 (políticas contabilísticas, alterações nas estimativas), o Moza Banco optou por não proceder à reexpressão dos saldos comparativos do período anterior. Os ajustamentos aos valores contabilísticos dos activos e passivos financeiros na data de transição foram reconhecidos em Capitais Próprios com referência a 1 de Janeiro de 2018, e por consequência, as alterações decorrentes de aplicação da IFRS 9 foram aplicadas apenas ao exercício de 2018.

Importa salientar que as diferenças resultantes da adopção da IFRS 9 resultou num incremento de imparidades de balanço em MZN 728,4 Milhões e MZN 9,5 Milhões para a carteira de crédito e de títulos, respectivamente, sendo que, conforme mencionado, a sua aplicação foi prospectiva, afectando apenas o saldo de abertura dos Capitais Próprios do Banco.

Actividade e Resultados

Em 2018, o Banco continuou a sua fase de ajustamento, com enfoque na racionalização de custos, melhoria dos níveis de liquidez e optimização da estrutura de negócios existentes.

Não obstante a manutenção de uma conjuntura económica adversa, com reflexo directo nas vidas das empresas e das famílias, em 2018 o Banco manteve a trajectória de recuperação que começou há cerca de 2 (dois) anos. A carteira de crédito e de depósitos registaram um crescimento anual de 20% e 39%, respectivamente, traduzindo uma maior captura de quota de mercado. Esta evolução espelha inequivocamente a retoma dos níveis de confiança dos nossos Clientes, e um sinal de que o mercado voltou a acreditar no Moza Banco.

Em 2018, e não obstante a conjuntura económica descrita, o Moza continuou a registar globalmente uma melhoria significativa dos resultados financeiros, económicos e prudenciais. O resultado líquido apurado, ainda que negativo em MZN 768,4 Milhões, compara-se favoravelmente com os resultados negativos de MZN 1.458,8 Milhões contabilizados em igual período de 2017, reflectindo por um lado a visão dos Órgãos de Gestão do Banco em garantir um crescimento sustentável da rentabilidade da instituição, de modo a acrescentar valor para os seus Clientes, Colaboradores e para os seus Accionistas no médio e longo prazo.

O Activo do Banco registou em 2018 um significativo crescimento, mais 36% face ao período homólogo de 2017, traduzindo a evolução positiva da carteira de crédito e aplicações no MMI (Mercado Monetário Interbancário), resultante da aplicação do excesso de tesouraria.

O passivo do Banco apresentou um incremento, comparativamente a igual período de 2017, passando de MZN 19.478 Milhões para MZN 27.319 Milhões, em resultado da forte capacidade do Banco em captar novos depósitos e novos depositantes. Com este crescimento, o Moza Banco consolidou a sua posição na lista das 5 maiores instituições do mercado, em termos de depósitos, com uma quota de mercado de 5,92% (2017: 4,74%).

Em 2018, os Capitais Próprios do Banco apresentaram um crescimento de 26% face ao período homólogo de 2017, tendo contribuído para esta evolução a entrada da Arise na estrutura accionista do Moza.

Em termos prudenciais, no final de 2018, o rácio de solvabilidade fixou-se nos 21,70%, que é considerado um nível bastante superior face à média registada no Sector Bancário, encontrando-se ainda muito acima dos requisitos regulamentares definidos pelo Regulador que, actualmente, é de 11,0% e no futuro de 12,0%, respectivamente. Adicionalmente, o rácio de liquidez do Moza Banco fixou-se nos 49,92% (2017: 36,30%), níveis considerados adequados face aos requisitos e aos benchmarks, permitindo ao Banco cobrir os riscos actuais e futuros a que a sua actividade possa vir a estar sujeita.

11.2 Análise de Rentabilidade

Resultado Líquido

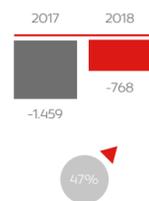
Em 2018, o resultado líquido do Moza Banco registou uma melhoria significativa, totalizando MZN 768 Milhões negativos, que compara com os MZN 1.459 Milhões negativos apurados em igual período de 2017, reflectindo uma melhoria de 47%.

É importante realçar que a evolução positiva do resultado do exercício de 2018 face ao ano transacto deve-se, por um lado, ao acréscimo das comissões líquidas decorrente de prestação de serviços bancários, e por outro, pelo registo de menores custos com imparidade de crédito.

A melhoria do resultado líquido verificado em 2018 contribuiu para a evolução favorável dos rácios de rentabilidade. A rentabilidade de capitais próprios (ROE) e rentabilidade dos activos (ROA) fixaram-se em 7,79% negativos (2017: 16,85 negativos) e 2,11% negativos (2017: 5,47% negativos), respectivamente, evidenciando uma trajectória crescente de recuperação da eficiência operacional.

Demonstração de Resultados	2017	2018	Var.
Juros e rendimentos similares	4,002,726	4,413,360	10%
Juros e gastos similares	-2,034,775	-2,555,528	26%
Margem Financeira	1,967,951	1,857,832	-6%
Serviços e comissões líquidas	324,362	460,791	42%
Operações financeiras líquidas	175,017	172,860	-1%
Produto Bancário	2,467,330	2,491,183	1%
Gastos com pessoal	-943,033	-1,138,136	21%
Outros gastos operacionais	-1,502,955	-1,638,991	9%
Outros ganhos operacionais	412,246	208,238	-49%
Resultado Bruto de Exploração	433,588	-77,706	-118%
Amortizações	-393,740	-381,112	-3%
Imparidade e Provisões do exercício	-1,497,164	-254,585	-83%
Resultado Antes do Imposto	-1,457,316	-713,403	51%
Imposto	-1,520	-55,000	> 100%
Resultado Líquido	-1,458,836	-768,403	47%

Resultado líquido (Milhões MZN)



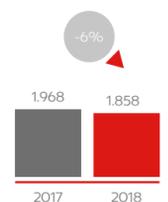
Rácios de Rentabilidade



Margem Financeira

A margem financeira situou-se em MZN 1.858 Milhões, evidenciando uma redução de 6% quando comparado com os MZN 1.968 Milhões registados no período homólogo de 2017. A evolução anual da margem financeira é resultante de um maior crescimento de depósitos de Clientes face ao crédito concedido, 39% e 20%, respectivamente, reflectindo a estratégia do Banco em assegurar um gradual alinhamento do seu rácio de transformação (rácio que avalia a relação entre crédito e depósitos) ao mercado.

Margem Financeira (Milhões de MZN)



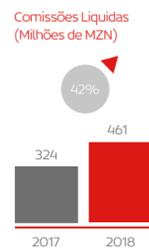
No final de 2018 o Moza apresentava um rácio de transformação de 88% que compara favoravelmente com os 101% que se verificavam em 2017.

Importa referir que no decurso de 2018, verificaram-se sucessivos cortes na taxa Prime Rate do sistema financeiro, taxa de referência para as operações de crédito, tendo reduzido cerca de 705 p.b. situando-se em 20,20% no final de Dezembro de 2018. Contudo, ao nível dos recursos, a contínua pressão na sua captação, implicou que a descida no custo fosse menos acentuada com repercussões negativas nas margens de intermediação dos Bancos.

A evolução desfavorável da margem financeira comercial foi atenuada pelo crescimento da margem de aplicações financeiras no Mercado Monetário Interbancário (MMI), derivado do aumento da carteira de aplicações no MMI em cerca de 69% face a 2017, reflectindo a estratégia do Banco em aplicar o excesso de tesouraria em activos de elevada liquidez e reduzido risco.

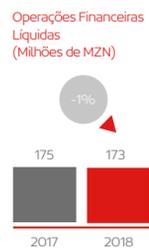
Comissões Líquidas

Em 2018, as comissões líquidas totalizaram MZN 461 Milhões, reflectindo um crescimento de 42% comparativamente aos MZN 324 Milhões registados no período homólogo de 2017.



Operações Financeiras Líquidas

As operações financeiras líquidas, que agregam os resultados cambiais e operações de negociação e de cobertura, totalizaram MZN 173 Milhões em 2018, os quais compararam com os MZN 175 Milhões registados em 2017. Não obstante o significativo aumento dos resultados cambiais (trading), a evolução desfavorável de resultados das operações financeiras líquidas é explicado pelo reconhecimento do valor de mercado (justo valor) de instrumentos financeiros derivados detidos para negociação, nomeadamente operações cambiais a prazo e Swaps, no valor de MZN 95 Milhões negativos (2017: MZN 190 Milhões positivos).

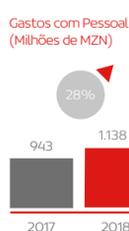


Para o exercício em análise, o Produto Bancário totalizou MZN 2.491 Milhões, face aos MZN 2.467 Milhões apurados em igual período de 2017. A evolução do Produto Bancário reflecte, sobretudo, no aumento de comissões líquidas.



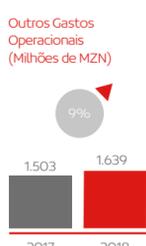
Gastos com Pessoal

Os custos com pessoal apresentaram um aumento de 21% face a igual período de 2017, tendo-se fixado em MZN 1.138 Milhões. O incremento dos custos está associado ao reforço do quadro de Colaborador destinado a fazer face ao crescimento da actividade do Banco (+21 Colaboradores), ajustamentos salariais ao longo do ano decorrente da evolução da carreira profissional dos Colaboradores (promoções por mérito de um total de 80 Colaboradores), actualização na tabela salarial anual e premiação dos Colaboradores associados aos respectivos desempenhos.



Outros Gastos Operacionais

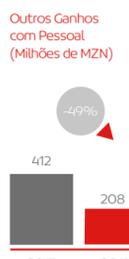
Os outros gastos operacionais totalizaram, em 2018, MZN 1.639 Milhões, representando um aumento de 9% face ao período homólogo de 2017. A evolução de outros gastos operacionais resulta essencialmente do aumento de custos com impostos retidos na fonte sobre os juros de aplicações no MMI (Mercado Monetário Interbancário), traduzindo um incremento, em 2018, de aplicações no MMI comparativamente ao ano transacto.



Excluindo esse efeito, verifica-se que o aumento de custos situar-se-ia abaixo da taxa de inflação, o que demonstra que o Banco está, assim, a fazer um caminho sustentável para a rentabilidade, e reflecte igualmente o impacto das medidas de internalização de competências e serviços, e de maior controlo e racionalização de custos.

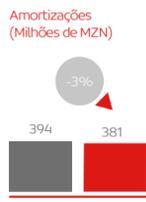
Outros Ganhos Operacionais

A rubrica de outros ganhos operacionais inclui, essencialmente, os ajustamentos às contas relativos aos exercícios anteriores. Em 2018, os outros ganhos operacionais totalizaram MZN 208 Milhões positivos, o que representa uma redução de 49% face a 2017. A redução reflecte, sobretudo, a reversão do valor das provisões para pagamento de juros constituídas em 2016, relacionadas com o financiamento obtido junto ao Banco de Moçambique para fazer face à deterioração da posição de liquidez que o Banco se encontrava após a intervenção.



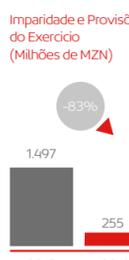
Amortizações

Em 2018, as amortizações do exercício registaram uma redução de 3% comparativamente ao ano anterior. Esta redução resulta do gradual termo de ciclo de amortização e de vida útil dos investimentos realizados nos exercícios anteriores.



Imparidades e Provisões do exercício

As imparidades e provisões agregam as rubricas de dotações para imparidades de crédito, imparidades de activos disponíveis para venda, imparidades de outros activos, nomeadamente os activos recebidos em dação decorrente de resolução de contratos com Clientes, bem como as dotações para outras provisões.



As dotações para imparidades e provisões totalizaram MZN 255 Milhões, reflectindo um decréscimo de 83% face ao período homólogo de 2017, reflectindo, sobretudo, a menor necessidade de constituição de imparidade de crédito, em consequência do maior esforço de provisionamento efectuado nos anos anteriores.

Em milhões de meticals	2017	2018	Var.
Imparidades e Provisões Globais	1,497	255	-83%
Imparidade de crédito	1,597	289	-82%
Activos disponíveis para venda	(206)	(35)	-83%
Outros activos	15	-	-100%
Provisões	91	1	-99%

Imparidade de crédito

Durante o ano de 2018, o Moza Banco efectuou o reforço de imparidades de um determinado conjunto de Clientes de análise individual em resultado da avaliação contínua do perfil de risco dos mesmos, totalizando no final de 2018 o montante de MZN 289 Milhões (2017: 1.597 Milhões). O reforço de imparidades verificado em 2018 apresenta-se em linha com a estratégia definida pelos Órgãos de Gestão do Banco e evidencia a manutenção de uma política conservadora, prudente e profissional de gestão do risco levada a cabo pelos Órgãos de Gestão do Banco.

Em resultado do reforço de imparidade anteriormente descrito, o rácio de cobertura de imparidade evoluiu de 16,72% para 18,29%, um incremento anual de 156 pontos bases.

Qualidade do Crédito a Clientes	Evolução Anual		
	2017	2018	Var.
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido Total	171,1%	174,0%	2,94 pp
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	185,0%	179,1%	-5,91 pp
Custo médio de imparidade	8,6%	1,4%	-7,10 pp
Crédito vencido/Crédito Total	9,8%	10,5%	0,73 pp
Imparidades acumuladas do Balanço/Crédito Total	16,7%	18,3%	1,56 pp

No final de 2018, o rácio de crédito em risco fixou-se em 10,5%, que compara com os 9,8% registados em 2017. Esta evolução reflecte ainda os efeitos da desaceleração da actividade económica, sendo que ao nível do sector bancário, mantêm-se igualmente a tendência do aumento dos níveis de sinistralidade, traduzindo-se numa menor apetência das instituições financeiras em geral na concessão de crédito.

O rácio de cobertura do crédito vencido por imparidade mantêm-se em níveis adequados, 174,0%, o que demonstra que a exposição de crédito em risco apresenta um nível de cobertura integral, estando a carteira de crédito a clientes adequadamente coberta.

Imparidades de activos disponíveis para venda

Ao longo do ano 2018, e a semelhança de 2017, registou-se uma reversão parcial das imparidades constituídas em 2016 dos títulos detidos pelo Moza no montante de MZN 35 Milhões, em resultado de apreciação do respectivo preço de mercado.

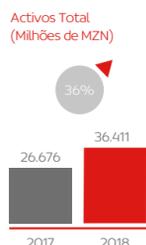
Outras Imparidades e Provisões

Relativamente às provisões, o Banco constituiu provisões no montante global de cerca de MZN 1 Milhão, tendo por objectivo fazer face a potenciais encargos futuros de natureza judicial.

11.3 Análise do Balanço

Activo Total

O ano de 2018 ficou marcado pela manutenção de um ambiente macroeconómico pouco favorável, afectando o tecido empresarial em geral. Neste período, destacam-se as medidas da política monetária adoptadas pelo Banco de Moçambique ao longo do ano, em particular a postura orientada para a redução das taxas de juro, no âmbito da gestão da política monetária, tendo contribuído para que a actividade económica mantenha algum dinamismo.

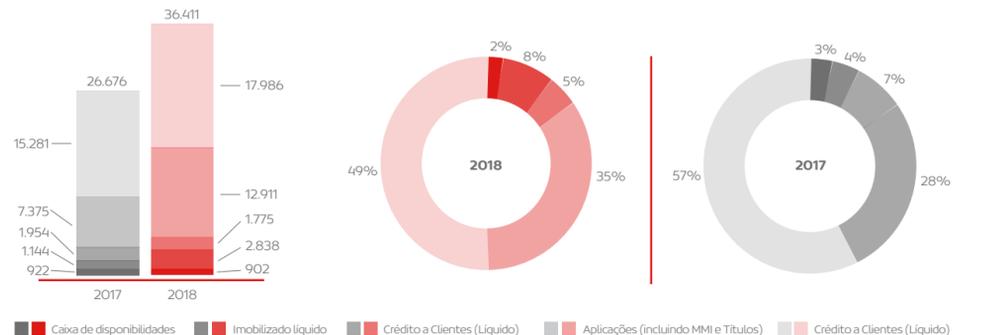


Relativamente ao sector bancário, a actividade desenvolvida em 2018 continuou a ser condicionada pela evolução desfavorável de crédito mal parado, derivado da conjuntura económica actual, reflectindo-se na maior apetência dos Bancos em aplicar o excesso de tesouraria em títulos da Dívida Pública e no Mercado Interbancário.

Em 2018, o activo do Moza Banco registou um significativo crescimento, mais 36% face a 2017, traduzindo a evolução positiva da carteira de crédito a Clientes e aplicações no MMI (Mercado Monetário Interbancário), resultante da aplicação do excesso de tesouraria proveniente da actividade operacional do Banco, do aumento do capital social e das novas captações de depósitos.

No final de 2018, o Moza Banco encontrava-se na lista das 5 (cinco) maiores instituições financeiras em Moçambique em termos de activos, com uma quota de mercado de 6,1% (2017: 5,0%). Importa referir que em 2018 o Moza registou um crescimento no seu activo superior ao do mercado, 36% e 13%, respectivamente, traduzindo uma maior captura de quota de mercado.

Estrutura do Activo (Milhões de MZN)



Em termos de estrutura do activo, em 2018, o saldo dos activos geradores de juros representava 85% do total do activo, mantendo-se em linha face ao verificado em igual período de 2017. A componente de crédito a Clientes (líquido) diminuiu o seu peso relativo na estrutura do activo passando a representar 49% do total do activo (2017: 57%), mantendo-se como principal agregado do activo.

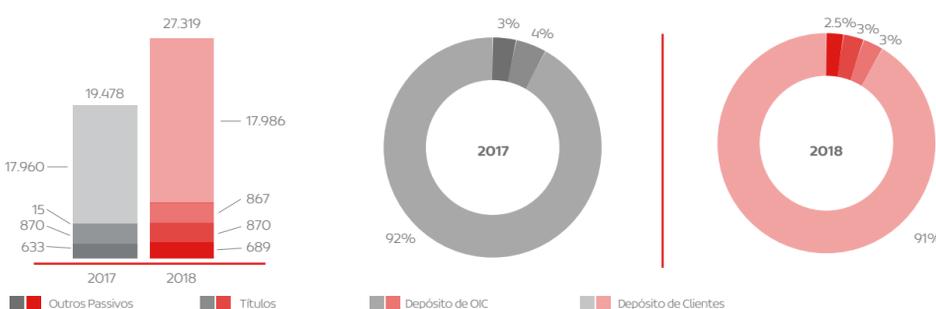
No entanto, é de realçar que em termos absolutos, e não obstante a conjuntura económica, a carteira de crédito a Clientes do Moza apresentou um significativo crescimento, mais 20% face a igual período de 2017, demonstrando a aposta do Banco em contribuir para a dinamização e crescimento da actividade económica do País.

A carteira de aplicações (incluindo MMI e Títulos) aumentou o seu peso na estrutura do activo ao representar 35% do total do activo (2017: 28%).

Em 2018, os outros activos registaram igualmente um crescimento, em resultado da operação de aquisição do Banco Terra Moçambique (BTM).

A composição do activo do Banco demonstra a estratégia levada a cabo pelos Órgãos de Gestão do Moza Banco em garantir uma adequada diversificação de aplicações de fundos e dos respectivos prazos de vencimento tendo em vista garantir a manutenção de um elevado nível de liquidez para fazer face a eventuais desequilíbrios do mercado.

Estrutura do Passivo (Milhões de MZN)



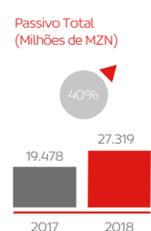
No período em análise, os depósitos de clientes mantiveram-se como principal fonte de financiamento da actividade do Banco, representando 91% do total do passivo. Em 2018, os depósitos de clientes situaram-se em MZN 24.893 Milhões, traduzindo um crescimento de 40% face ao período homólogo de 2017, reflectindo a confiança que os Clientes depositam no Banco. Importa salientar que o crescimento dos depósitos do Moza apresenta-se muito acima da média do mercado, assumindo o Moza a condição de uma instituição com uma nova credibilidade.

A carteira de passivos subordinados manteve-se em MZN 870 Milhões, contudo, verificou-se uma diminuição do seu peso no total de passivos, 4% em 2017 para 3% em 2018. Os outros passivos, que agregam os recursos consignados, impostos correntes e diferidos e outras responsabilidades, fixaram-se em MZN 689 Milhões, que se compararam com os MZN 633 Milhões registados no período homólogo de 2017.

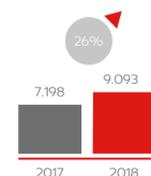
Os depósitos de outras instituições de crédito fixaram-se em MZN 867 Milhões (2017: MZN 15 Milhões). A evolução anual resulta, essencialmente, da necessidade de diversificação das fontes de financiamento à actividade do Banco, tendo o seu peso no total de passivo situado em 3%.

Passivo total

Em 2018, o Passivo do Banco fixou-se em MZN 27.319 Milhões, que compara com os MZN 19.478 Milhões registados em igual período de 2017. O crescimento do passivo ficou muito a dever-se à forte capacidade do Moza Banco em captar novos depósitos e novos depositantes, consolidando deste modo a sua posição na lista das 5 maiores instituições do mercado.



Capitais Próprios (Milhões de MZN)



Capitais Próprios

Em 2018, os capitais próprios, que agrega o capital social, reservas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, totalizou MZN 9.093 Milhões, que compara com MZN 7.198 Milhões apurados em 2017. A evolução positiva do capital próprio reflecte sobretudo o aumento de capital ocorrido no final de 2018, o que permitiu o reforço dos índices de solidez e liquidez do Banco.

Adequação do Capital

Em 2018, em resultado da operação estruturada de reestruturação do capital social do Moza Banco, que resultou no aumento de capital social, os fundos próprios regulamentares apresentaram uma evolução positiva face a 2017, traduzindo-se na manutenção de um nível de solidez confortável. A 31 de Dezembro de 2018, o Moza Banco apresentava um rácio Tier 1 de 25,66%.

Ao longo do ano 2018, o Moza Banco continuou a demonstrar uma situação de solvência adequada, tendo o rácio de solvabilidade situado em 21,70%, acima do limite Regulamentar exigido actualmente e no futuro de 11,0% e 12,0%, respectivamente, o que permite o desenvolvimento sustentado do negócio.

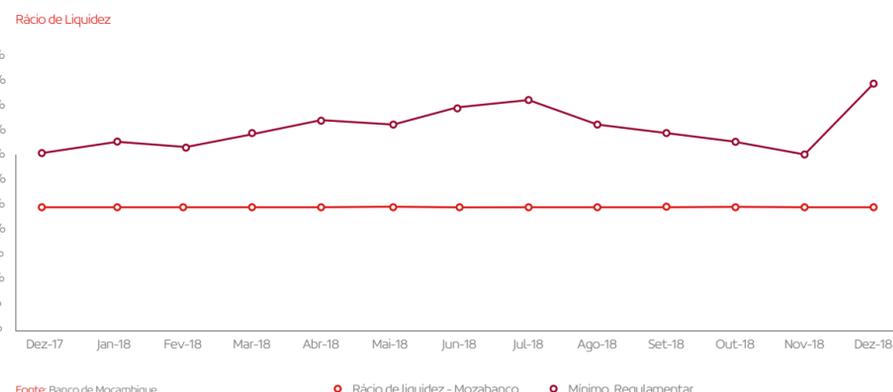
Importa, no entanto, salientar que, o total de Fundos Próprios Regulamentares incorpora a dedução de 100% da participação do Moza no Banco Terra Moçambique (BTM), em linha com as regras de cálculo dos requisitos de fundos próprios definidos pelo Regulador.

milhões de meticals	2017	2018	Var.
Total de Fundos Próprios Regulamentares	4,254	4,853	14%
Fundos Próprios de Base	3,618	4,519	25%
Fundos Próprios Complementares	726	566	-22%
Outras deduções	-91	-231	155%
Activos Ponderados pelo Risco	18,130	22,365	23%
Rácio Core Capital (Tier 1)	19,96%	25,66%	5,7%
Rácio de solvabilidade	23,46%	21,70%	-1,8%

Liquidez

No contexto de um quadro regulamentar mais exigente, e havendo necessidade de monitorar diariamente os níveis de liquidez no sistema financeiro nacional, o Banco de Moçambique introduziu em Junho de 2017 o Aviso n.º 14/GBM/2017 sobre os requisitos de liquidez das instituições de crédito, na qual as mesmas tem a obrigatoriedade em observar de forma contínua e permanente um nível de rácio de liquidez mínimo de 25,0%.

No final de 2018, o rácio de liquidez do Moza Banco fixou-se nos 49,92%, que compara favoravelmente com os 36,30% apurados em igual período de 2017. Esta evolução traduz num reforço considerável da posição de liquidez do Banco, derivado de maior captação de depósitos face ao crédito, traduzindo-se numa significativa melhoria do rácio de transformação (rácio que avalia a relação entre crédito e depósitos), tendo-se o mesmo fixado no final de 2018 em 88% (2017: 101%).



Os índices de liquidez apresentados pelo Moza Banco evidenciam que o Banco detém uma posição adequada de liquidez face aos requisitos e aos benchmarks, permitindo ao Banco cobrir os riscos actuais e futuros a que a sua actividade possa vir a estar sujeita.



Declaração de responsabilidade dos Administradores

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais do Moza Banco, S.A, que compreendem a demonstração da posição financeira Consolidada e Individual, a 31 de Dezembro de 2018, a demonstração de resultados Consolidada e Individual, a demonstração do resultado integral Consolidada e Individual, a demonstração de alterações no capital próprio Consolidada e Individual e demonstração de fluxos de caixa Consolidada e Individual do exercício findo naquela data, assim como as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os Administradores são igualmente responsáveis pelo sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada destas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais que estão livres de distorções materiais devidas, quer a fraude, quer a erros, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema eficaz de gestão de risco.

Os Administradores procederam a uma avaliação da capacidade do Grupo e do Banco continuar a operar com a devida observância do pressuposto de continuidade, não tendo encontrado motivos para não acreditar que o Grupo e o Banco continuará a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar se as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais estão adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

As Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de Março de 2019 e vão assinadas em seu nome, por:


Administrador do Conselho de Administração
 Dr. Victor Brazão


Presidente do Conselho de Administração
 Dr. João Figueiredo

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS E INDIVIDUAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Nota	Mozabanco		Grupo
		2018	2017	2018
Juros e rendimentos similares	4	4,413,360	4,002,726	4,414,700
Juros e gastos similares	4	(2,555,828)	(2,034,775)	(2,560,174)
Margem financeira	4	1,857,532	1,967,951	1,854,526
Rendimentos de serviços e comissões	5	556,798	412,867	558,560
Encargos com serviços e comissões	5	(96,007)	(88,505)	(96,633)
Serviços e comissões líquidas	5	460,791	324,362	461,927
Operações financeiras líquidas	6	172,860	175,017	172,566
Rendimentos operacionais		2,491,183	2,467,330	2,489,019
Imparidade líquida do exercício	15,17,18	(253,819)	(1,405,806)	(243,395)
Rendimentos operacionais líquidos		2,237,364	1,061,524	2,245,624
Gastos com pessoal	7	(1,138,136)	(943,033)	(1,139,302)
Depreciações e amortizações	20,21,22	(381,112)	(393,740)	(381,112)
Outros gastos operacionais	8	(1,638,991)	(1,502,955)	(1,656,147)
Outros ganhos operacionais	8	208,238	412,246	211,246
Provisões	9	(766)	(91,358)	(766)
Prejuízo do exercício antes de imposto		(713,403)	(1,457,316)	(720,457)
Imposto do rendimento	10	(55,000)	(1,520)	(55,000)
Prejuízo do exercício		(768,403)	(1,458,836)	(775,457)
Perdas por acção				
Básicos	11	(1,37)	(5,60)	(1,39)
Diluídos	11	(1,37)	(5,60)	(1,39)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INTEGRAL CONSOLIDADA E INDIVIDUAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Nota	Mozabanco		Grupo
		2018	2017	2018
Prejuízos do período		(768,403)	(1,458,836)	(775,457)
Outro rendimento integral para ser reclassificado para lucros ou prejuízos em períodos subsequentes		-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	15	-	(333,277)	-
Impostos diferidos	10	-	53,324	-
			(279,953)	-
Total do Rendimento Integral		(768,403)	(1,738,789)	(775,457)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA E INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Nota	Mozabanco		Grupo
		2018	2017	2018
ACTIVO				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	12	794,999	806,636	1,152,270
Disponibilidades sobre instituições de crédito	13	107,215	115,484	176,640
Aplicações em instituições de crédito	14	5,007,735	2,359,783	5,195,922
Activos financeiros	15	7,902,812	5,015,702	8,133,192
Investimentos em subsidiária	16	1,524,587	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	17	17,985,608	15,281,038	19,913,636
Outros activos	18	1,052,459	833,562	1,055,526
Activos não correntes detidos para venda	19	307,657	409,388	479,342
Propriedades de Investimento	20	122,391	33,814	122,391
Activos tangíveis	21	1,135,369	1,212,439	1,175,639
Goodwill e outros activos intangíveis	22	209,878	298,147	660,886
Impostos correntes	23	165,583	115,775	176,882
Impostos diferidos	10	95,000	194,230	95,000
Total do activo		36,411,293	26,675,998	38,337,326
PASSIVO				
Recursos de instituições de crédito	24	866,915	15,480	867,307
Depósitos e contas correntes	25	24,893,226	17,960,107	26,596,771
Recursos consignados	26	93,153	208,251	295,915
Outros passivos	27	586,577	415,913	612,858
Empréstimos obrigacionistas	28	870,026	869,519	870,026
Impostos diferidos	10	8,839	8,839	8,946
Total do passivo		27,318,736	19,478,108	29,251,823
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital social	29	3,943,250	13,841,250	3,943,250
Reserva de justo valor	15	-	(232,203)	-
Reservas	30	4,661,843	61,548	4,661,843
Prémio de emissão	30	1,993,740	-	1,993,740
Resultados transitados	30	(737,873)	(5,013,869)	(737,873)
Prejuízos do exercício		(768,403)	(1,458,836)	(775,457)
Total do capital próprio		9,092,557	7,197,890	9,085,503
Total do capital próprio e passivo		36,411,293	26,675,998	38,337,326

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL

	Capital social (nota 29)	Reservas legal (nota 30)	Reserva de justo valor (nota 30)	Prémio de emissão (nota 30)	Resultados transitados	Prejuízo do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	2,129,200	61,548	47,750	-	254,329	(5,268,198)	(2,775,371)
Aplicação do prejuízo	-	-	-	-	(5,268,198)	5,268,198	-
Aumento do Capital Social	11,712,050	-	-	-	-	-	11,712,050
Justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(333,277)	-	-	-	(333,277)
Impostos diferidos	-	-	53,324	-	-	-	53,324
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1,458,836)	(1,458,836)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	13,841,250	61,548	(232,203)	-	(5,013,869)	(1,458,836)	7,197,890
Ajustamentos na aplicação inicial da IFRS 9	-	-	232,203	-	(737,873)	-	(505,670)
Saldo reexpresso em 01 de Janeiro de 2018	13,841,250	61,548	-	-	(5,751,742)	(1,458,836)	6,692,220
Aplicação do prejuízo	-	-	-	-	(1,458,836)	1,458,836	-
Aumento do Capital Social	1,175,000	-	-	-	-	-	1,175,000
Absorção de Prejuízo	(6,472,705)	-	-	-	6,472,705	-	-
Redução do valor nominal	(4,600,295)	4,600,295	-	-	-	-	-
Prémio de emissão	-	-	-	1,993,740	-	-	1,993,740
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(768,403)	(768,403)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	3,943,250	4,661,843	-	1,993,740	(737,873)	(768,403)	9,092,557

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

	Capital social (nota 29)	Reservas legal (nota 30)	Reserva de justo valor (nota 30)	Prémio de emissão (nota 30)	Resultados transitados	Prejuízo do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	13,841,250	61,548	(232,203)	-	(5,013,869)	(1,458,836)	7,197,890
Ajustamentos na aplicação inicial da IFRS 9	-	-	232,203	-	(737,873)	-	(505,670)
Saldo reexpresso em 01 de Janeiro de 2018	13,841,250	61,548	-	-	(5,751,742)	(1,458,836)	6,692,220
Aplicação de prejuízo	-	-	-	-	(1,458,836)	1,458,836	-
Aumento do Capital Social	1,175,000	-	-	-	-	-	1,175,000
Absorção de Prejuízo	(6,472,705)	-	-	-	6,472,705	-	-
Redução do valor nominal	(4,600,295)	4,600,295	-	-	-	-	-
Prémio de emissão	-	-	-	1,993,740	-	-	1,993,740
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(775,457)	(775,457)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	3,943,250	4,661,843	-	1,993,740	(737,873)	(775,457)	9,085,503

Agora é simples
**ver os rendimentos
 a crescerem.**

No Banco que lhe dá
 todo o valor.

MOZA
 O valor é teu.



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA E INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Demonstração de Fluxos de Caixa	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Prejuízo antes de imposto	(713,403)	(1,457,316)	(720,457)
Ajustamentos de:			
Depreciações e amortizações	381,112	393,740	381,112
Perdas por imparidade de crédito	287,842	1,597,177	332,119
Reversão de imparidade de activos financeiros	(72,338)	(191,371)	73,602
Reversão de imparidade/provisões de outros activos	38,315	89,286	38,315
Ajustamento do justo valor	-	(333,277)	-
Ganhos na alienação de activos tangíveis	(10,300)	4,485	130,973
	(88,772)	102,723	235,664
Movimentos em:			
Empréstimos e adiantamentos	(3,453,852)	267,823	(20,605,908)
Activos financeiros	(2,814,772)	(237,938)	(8,206,794)
Outros activos	(257,211)	(60,345)	(1,093,841)
Activos por impostos correntes	(49,808)	(23,610)	(176,882)
Activos não correntes disponíveis para venda	8,627	(5,636)	(479,342)
Recursos de instituições de crédito	6,933,119	(17,237)	867,307
Depósitos e contas correntes	851,435	1,901,797	26,596,771
Outros passivos	170,664	(313,993)	471,804
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais	1,299,431	1,613,584	(2,391,221)
Actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	(275,094)	(47,780)	(1,553,449)
Aquisição de activos intangíveis	(29,088)	(8,873)	(126,918)
Alienação de activos tangíveis e intangíveis	103,235	92,203	(790,633)
Investimento em subsidiárias	(1,524,587)	-	-
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento	(1,725,534)	35,550	(2,471,000)
Actividades de financiamento			
Aumento no capital social	3,168,740	11,712,050	-
Reembolso de recursos consignados	507	(231,402)	295,915
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(115,098)	(325,819)	870,026
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento	3,054,149	(912,391)	11,387,053
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2,628,046	736,743	6,524,832
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3,281,903	2,545,159	-
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	5,909,949	3,281,903	6,524,832

Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam-se como se segue:

	2018	2017	2018
Caixa e disponibilidades em Banco Central	794,999	806,636	1,152,270
Disponibilidades sobre instituições de crédito	107,215	115,484	176,640
Aplicações em instituições de crédito	5,007,735	2,359,783	5,195,922
	5,909,949	3,281,903	6,524,832

1. Introdução

O Moza Banco, S.A. (doravante designado Moza Banco ou Banco) é um Banco Comercial Universal de Retalho, criado em 2007, com sede social em Maputo, tendo como acionistas a KUHANHA-Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique, Moçambique Capitais, S.A., ARISE B.V (novo acionista), Novo Banco África S.G.P.S, S.A. (Banco português) e Dr. António Almeida Matos.

A 21 de Dezembro de 2018 o Moza Banco, SA adquiriu 100% das acções do Banco Terra Moçambique (BTM) mediante o desembolso de 1.524.587.377 Meticais. A aquisição do BTM tem como objectivo principal a construção de um Banco verdadeiramente nacional com uma dimensão abrangente que pretende satisfazer as necessidades de todos os agentes económicos e contribuir para o crescimento do País.

Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais incluem Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais do Moza Banco, S.A e da sua subsidiária Banco Terra, S.A.

Em cumprimento da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do Moza Banco em Dezembro de 2018, o Banco procedeu com a redução do Capital Social dos anteriores 13.841.250.000 Meticais para 2.768.250.000 Meticais, com o objectivo principal de absorver os prejuízos acumulados bem como reduzir o valor nominal das acções de 25.000 Meticais/acção para 5.000 Meticais/ acção.

Ainda durante o mês de Dezembro de 2018 o Banco registou a entrada de um novo acionista a ARISE B.V, o qual subscreveu e realizou integralmente a emissão de 235.000 novas acções de valor nominal de 5.000 Meticais, equivalente a 1.175.000.000 Meticais.

O Moza Banco rege a sua actividade pelos seus estatutos e toda a legislação aplicável ao sector financeiro em Moçambique.

O Grupo presta serviços bancários ao longo de todo o País, com base numa rede de 65 agências (2017: 53 agências) das quais 55 agências do Moza Banco e 10 agências do Banco Terra, oferecendo produtos e serviços para uma ampla gama de Clientes Empresariais, Individuais e de Retalho.

1.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

As Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais do Moza Banco, SA do ano findo a 31 de Dezembro de 2018, foram aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 20 de Março de 2019.

Estas são as primeiras Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais, as quais foram afectadas pela adopção da IFRS 9: Instrumentos Financeiros e da IFRS 15 Proveitos em Contratos com Clientes. As alterações significativas nas Demonstrações Financeiras estão descritas nas notas abaixo.

1.2. Moeda funcional e de apresentação

O Metical é a moeda funcional do Grupo e do Banco e as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e consolidadas são preparadas e apresentadas nesta moeda, arredondada a milhares de Meticais, excepto quando mencionado em contrário.

1.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais a Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis, de acordo com as circunstâncias e com uma base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. As principais estimativas e julgamentos contabilísticos são analisados como se seguem:

Imparidade em crédito

O Grupo e Banco avalia os valores que dizem respeito a crédito vivo e mal parado periodicamente, a fim de determinar se uma perda por imparidade deverá ser ou não reconhecida. Em particular, a Administração utiliza estimativas do valor recuperável do activo no cálculo dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros ao determinar o nível da perda potencial. Tais estimativas são baseadas na experiência passada e pressupostos de um número de factores, podendo conduzir a alteração de resultados actuais, resultando em alterações futuras dos montantes criados para fazer face a perdas efectivas.

A partir de 01 de Janeiro de 2018, o Grupo e Banco passaram a determinar imparidade com base no modelo de perdas de crédito esperadas. Não é necessário ocorrer eventos indicadores de perdas antes de reconhecer imparidade.

Para além da imparidade específica para cobrir o risco relacionado com os créditos com prova objectiva de existir imparidade, o Banco determina uma imparidade numa base colectiva para os créditos para os quais embora não tenha sido identificada uma necessidade específica de reconhecer a perda por imparidade, possuem um nível de risco mais elevado em relação ao assumido no momento da concessão do crédito. Para o efeito, toma em consideração factores como a qualidade de crédito

que é dada pelo rácio médio dos últimos três anos, entre o crédito em imparidade com o total da carteira, suportada em modelos estatísticos, internacionalmente aplicados e devidamente adaptados à realidade do Grupo e Banco.

O Grupo e Banco considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito.

Justo valor de instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem o uso do método dos fluxos de caixa descontados. Os dados de base a estes modelos são calculados em função da informação disponível de mercados, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor.

As alterações nos pressupostos acerca dos factores a seguir podem afectar o justo valor reconhecido nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais:

Nível 1 - Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;

Nível 2 - Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como preços), ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados como utilização de preços em mercados cotados em mercados activos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os elementos sejam directamente ou indirectamente observáveis a partir de dados de mercado;

Nível 3 - Técnicas de valorização utilizando *inputs* não observáveis no mercado. Esta categoria inclui os instrumentos financeiros em que a técnica de avaliação inclui *inputs* não baseados em dados não observáveis e os *inputs* não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui os instrumentos que são avaliados com base em cotações de rendimentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados activos são baseados em preços de mercados cotados ou cotações de preços de revendedor. Para todos os instrumentos financeiros, o Banco determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido e modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e *inputs* utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os *spreads* de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações, bilhetes de tesouro e taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data do relatório, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco e Grupo sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal do Banco e Grupo durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Impostos Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), IRPC (Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas) e IVA (Imposto Sobre o Valor Acrescentado), eventuais correcções à matéria colectável.

O Grupo e Banco tem estado a apresentar prejuízos fiscais que em sede do Código do Imposto Sobre Rendimento conferem direito de dedução nos resultados fiscais positivos futuros até ao limite máximo de 5 anos. À luz da Norma Internacional de Contabilidade 12, estes prejuízos conferem direito de reconhecimento de Activos por Imposto Diferido por contrapartida de resultados do exercício, podendo ser utilizado para fazer face às obrigações fiscais futuras do Banco e do Grupo em caso de lucros.

Apesar dos planos de negócio do Grupo e Banco demonstrarem o alcance do ponto crítico de resultados líquidos a partir do exercício de 2019 e resultados positivos nos exercícios seguintes, numa perspectiva mais prudente de gestão da actividade, a Administração optou por não reconhecer nas demonstrações financeiras, ainda que o direito da sua recuperação nos próximos cinco anos prevaleça.

A Administração acredita na recuperação de todos os prejuízos fiscais através da respectiva utilização nos resultados positivos que serão alcançados pelo Grupo e Banco a partir do exercício de 2019.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito.

Goodwill

O *Goodwill* é testado anualmente relativamente a imparidade, sendo uma área de julgamento das demonstrações financeiras do Grupo. Ao determinarem se o *goodwill* se encontram em imparidade ou não, a gestão faz julgamentos acerca dos fluxos de caixa futuro e de taxas de descontos usadas.

1.4. Políticas contabilísticas

a) Base de Consolidação

A contabilidade do Grupo e Banco usa para a concentração de actividades empresariais o método de aquisição quando o controlo é transferido para o Grupo e Banco. O montante transferido na aquisição é geralmente mensurado pelo justo valor, bem como os activos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer *Goodwill* que surja é testado anualmente quanto a imparidade. Qualquer ganho numa compra a preço baixo é reconhecido nos lucros ou prejuízos imediatamente. Os custos de transacção são contabilizados como incorridos, excepto se estiverem relacionados à emissão de títulos de dívida ou acções.

O montante transferido não inclui valores relacionados à liquidação de relações pré-existentes. Esses valores são geralmente reconhecidos nos lucros ou prejuízos. Qualquer importância contingente é mensurada pelo justo valor na data da aquisição. Se uma obrigação de pagar a importância contingente que atenda à definição de instrumento financeiro é classificada como fundos próprios, então não é mensurado e a liquidação é contabilizada dentro da situação líquida. Caso contrário, a contraprestação contingente é mensurada ao justo valor em cada data de relatório e as mudanças subsequentes no justo valor da contraprestação contingente são reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

i) Concentração de Actividades Empresariais

Em 21 de Dezembro de 2018, o Moza Banco adquiriu 100% das acções do Banco Terra Moçambique (BTM) e, por esta via, o Banco passa a adoptar a IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas. Neste âmbito, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais incluem as Demonstrações Financeiras do Moza Banco e da subsidiária BTM em 31 de Dezembro de 2018.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente, relativamente ao exercício coberto por estas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.

Anualmente, o Grupo realiza o teste ao *Goodwill* resultante da aquisição a fim de aferir se o valor do mesmo está em imparidade.

ii) Subsidiária

Subsidiárias - são entidades (BTM) controladas pela empresa-mãe (Moza Banco). O Banco controla uma entidade se ela estiver exposta a ou tem direitos a retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afectar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. Regularmente, o Banco reavalia se tem controlo ou se há alterações em um ou mais elementos de controlo.

As Demonstrações Financeiras das entidades controladas são incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais à data em que o controlo começa até à data em que o controlo cessa.

iii) Transacções eliminadas na consolidação

Os lucros ou prejuízos e cada componente do outro rendimento integral somente são atribuídos aos acionistas do Moza Banco pois não existem entidades com interesses minoritários.

Os activos, passivos, capital próprio, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados com transacções entre o Moza Banco e o BTM são eliminados na íntegra no processo de consolidação.

Uma mudança na participação accionista de uma subsidiária sem perda de controlo é contabilizada na rubrica de capital próprio. Se o Banco perder o controlo sobre uma subsidiária, ela é desreconhecida do activo incluído o *goodwill*, passivos, participação de interesses minoritários e outros componentes do capital próprio. Os ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período. Qualquer participação detida é reconhecida pelo justo valor na data de perda de controlo.

Sumário das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios, sendo descritas como se seguem:

b) Transacções em moeda estrangeira

As Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais estão apresentadas em milhares de Meticais, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo e Banco. As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com base na taxa de câmbio à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média à data do balanço.

As diferenças de câmbio não realizadas são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

O ganho ou perda cambial em itens monetários resulta da diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do ano, ajustado por juros e pagamentos efectivos durante o ano e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio à vista no final do ano. Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado. Os itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à vista na data da transacção. As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas nos resultados.

Reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros até 31 de Dezembro de 2017 (IAS 39):

c) Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial

i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transacção, ou seja, a data em que o Grupo e Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Grupo e Banco se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Grupo e Banco o adquiriu. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através lucros ou prejuízos, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.



Relatório e Contas 2018



iii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Banco reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração de resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de resultados quando os 'inputs' se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desconhecido.

d) Instrumentos Financeiros - classificação

A classificação dos activos financeiros depende do objectivo para o qual foi adquirido bem como as suas características. Compete à Administração definir a classificação e reconhecimento inicial.

O Grupo e Banco classifica os seus activos financeiros de acordo com as seguintes categorias: activos financeiros detidos para negociação, activos financeiros disponíveis para venda, activos financeiros detidos até à maturidade, empréstimos e contas a receber.

i) Activos financeiros detidos para negociação

Os instrumentos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na posição financeira ao justo valor. As variações de justo valor são reconhecidas na demonstração dos resultados. Os juros e dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os termos do contrato, ou quando o direito ao pagamento tiver sido estabelecido. Estão incluídas nesta classificação obrigações e acções que foram adquiridas com o objecto principal de alienação a curto prazo.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, por conseguinte, mensurados ao custo amortizado.

Um ganho ou perda resultante de um activo financeiro disponível para venda é reconhecido directamente no capital próprio até que o activo financeiro seja desconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido nos lucros ou prejuízos. As perdas por imparidade reconhecidas nos lucros ou prejuízos para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas através dos lucros ou prejuízos.

iii) Activos financeiros detidos até à maturidade

Activos financeiros detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo e Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial, os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método do juro efectivo, e são deduzidos de perdas de imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em "juros e rendimentos similares" na demonstração de resultados.

Se o Grupo e Banco vender ou reclassificar uma parte maior que insignificante de um investimento detido até à maturidade antes da sua maturidade (que não em circunstâncias específicas), toda a categoria é reclassificada para disponíveis para venda. Quando tais circunstâncias se verificarem, o Grupo e Banco não deverá classificar investimentos detidos até à maturidade durante os dois anos seguintes. O Grupo e Banco não classificou à data de referência destas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

iv) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo. Resultam quando o Grupo e Banco concede crédito, bens ou serviços, directamente ao devedor, com nenhuma intenção de negociar o recebimento.

Após a mensuração inicial, os empréstimos e contas a receber são mensurados pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efectiva, menos provisão para perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva. A amortização é incluída em "juros e rendimentos similares" na demonstração de resultados. As perdas decorrentes de imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O Grupo e Banco classifica os seus passivos financeiros de acordo com as seguintes categorias: Empréstimos e contas a pagar e passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou prejuízos.

i) Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou prejuízos

Os passivos financeiros ao justo valor por via de lucros ou prejuízos incluem os passivos financeiros detidos para negociação e os passivos financeiros ao justo valor por via de lucros ou prejuízos. Os passivos financeiros detidos para negociação são adquiridos com o objectivo de alienação num futuro próximo. Esta categoria também inclui os instrumentos financeiros derivados que não estejam designados como instrumentos de cobertura pela NIC 39. Derivados embutidos estão também classificados na categoria de detidos para negociação caso não estejam designados como instrumentos de cobertura. Os ganhos e perdas de passivos detidos para negociação são reconhecidos na demonstração de resultados.

Os passivos financeiros classificados ao justo valor através de lucros ou prejuízos são registados na data de reconhecimento inicial, apenas se o critério da NIC 39 for cumprido. O Grupo e Banco não classificou à data de referência destas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

ii) Empréstimos e contas a pagar

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo e Banco. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os passivos são desconhecidos bem como ao longo do processo de amortização com base na taxa de juro efectiva.

O custo amortizado é calculado de acordo com o desconto ou prémio de aquisição e as comissões ou gastos que fazem parte do método de taxa de juro efectivo. O juro efectivo está incluído como um gasto financeiro na demonstração de resultados.

e) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

O desreconhecimento dos activos financeiros é efectuada quando:

- Expira o direito contratual a receber fluxos de caixa; e
- O Grupo e Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo e Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

Quando o Grupo e Banco procede à transferência dos seus direitos em receber dinheiro de um activo, ou celebrou um acordo de cedência de crédito, avalia se e em que extensão ficou com algum risco e benefício associado à sua retenção. Quando não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao activo, o activo é reconhecido na extensão em que o Grupo e Banco continue envolvido com o activo. Neste caso, o Grupo e Banco também reconhecerá um passivo associado. O activo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflecta os direitos e benefícios associados à detenção do Grupo e Banco.

O desreconhecimento dos passivos financeiros é efectuada quando:

- A obrigação sob a responsabilidade financeira deixar de existir ou um passivo financeiro for substituído, para o mesmo detentor, por outro com condições substancialmente diferentes, sendo que, tal alteração ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo inicial e o reconhecimento de outro passivo, sendo a diferença no correspondente valor contabilístico reconhecida em resultados.

f) Determinação do custo amortizado

O "custo amortizado" de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada usando o método de juro efectivo de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor na maturidade, menos qualquer redução de imparidade.

g) Determinação do justo valor

O Grupo e Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data da posição financeira. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso tem de estar acessível ao Grupo e Banco.

O justo valor do activo ou do passivo é mensurado através dos pressupostos que os participantes de mercado utilizaram para efectuarem a transacção, assumindo que os participantes agem no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro toma em conta a capacidade que um participante tem no mercado para gerar benefícios económicos utilizando o activo no seu pleno e melhor uso ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar no seu pleno ou melhor uso.

O Grupo e Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais encontra-se reconhecido de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrita, baseada no mais baixo nível de inputs para a mensuração do justo valor:

- Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) dos activos ou passivos em mercados activos a que a entidade tem acesso à data da mensuração;
- Nível 2** – Justo valor determinado com base em *inputs* de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para activo ou passivo, quer directamente ou indirectamente;
- Nível 3** – Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em inputs que não são baseados em informação observável em mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis da hierarquia pela reavaliação da categorização (baseado no mais baixo nível de input para a mensuração do justo valor).

h) Imparidade de activos financeiros

O Grupo e Banco avalia, a cada data de balanço se há qualquer prova objectiva de que um activo financeiro ou uma carteira de activos financeiros esteja em imparidade. Após o reconhecimento inicial, um activo financeiro, ou uma carteira de activos financeiros, poderão ser considerados em imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros. A evidência de imparidade pode incluir diversos indicadores, tais como a exposição de cada cliente ao crédito vencido, evidência de dificuldades financeiras por parte do cliente e da sua capacidade de fazer face a obrigações futuras e o património do cliente encontrar-se em situação de liquidação ou falência.

i) Activos financeiros disponíveis para venda

Um activo classificado nesta categoria encontra-se em imparidade quando há um declínio significativo no seu justo valor se verifique durante um período prolongado. O conceito "significativo" é avaliado de acordo com o custo de aquisição, enquanto o conceito "prolongado" se avalia pelo período de tempo que o seu justo valor é inferior ao custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas por imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados), é transferida de reservas e reconhecida na demonstração de resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados.

As perdas por imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, quando revertem, são registadas por contrapartida de reservas.

ii) Empréstimos e adiantamentos a Clientes

Para os empréstimos e adiantamentos a Clientes que se encontram valorizados ao custo amortizado, o Grupo e Banco avalia individualmente as provas objectivas de imparidade para activos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou colectivamente para activos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Grupo e Banco determinar que não existe prova objectiva de imparidade de um activo financeiro avaliado individualmente, quer este seja significativo ou não, o Grupo e Banco inclui este activo numa carteira de activos financeiros com características semelhantes ao risco de crédito, e avalia-os colectivamente quanto à imparidade.

Se existirem provas objectivas de perdas por imparidade em empréstimos e adiantamentos a Clientes, ou em investimentos detidos até à maturidade, que sejam mensuráveis pelo custo amortizado, as perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas na demonstração de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no Balanço líquido das perdas acumuladas de imparidade.

Os valores presentes dos fluxos de caixa futuros estimados são descontados à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. Se um empréstimo tem uma taxa de juro variável, a taxa de desconto do devedor para pagar as quantias devidas de acordo com os termos contratuais. A imparidade colectiva do Grupo e Banco estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos da obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

Segundo o estabelecido pela NIC 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade em activos financeiros:

- Incumprimento de cláusulas contratuais, como atrasos no pagamento de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de créditos;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor em dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor de dívida;
- Diminuição competitiva da posição do devedor; e
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será cobrado na totalidade.

Para a finalidade de uma avaliação colectiva da imparidade, os activos financeiros são agrupados de acordo com as características de risco de crédito semelhantes que são indicativas da capacidade do devedor para pagar as quantias devidas de acordo com os termos contratuais. A imparidade colectiva do Grupo e Banco tem em consideração qualidade média do crédito durante os últimos dois anos. O Grupo e Banco toma em consideração a qualidade do crédito que é dada pelo rácio entre o crédito vencido e a carteira total.

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas tendo em consideração a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível de perdas históricas e o período estimado entre a ocorrência e a sua identificação. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir as diferenças entre as estimativas e o nível actual de perdas.

As estimativas de alterações nos fluxos de caixa futuros reflectem e são direccionalmente consistentes com as alterações nos dados observáveis relacionados de ano para ano (tais como mudanças nas taxas de desemprego, os preços dos imóveis, preços de commodities, status de pagamento ou outros factores que são indicativos de perdas incorridas no grupo e a sua magnitude). A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

iii) Activos detidos até à maturidade

Para os activos detidos até à maturidade, o Grupo e Banco avalia individualmente se existe evidência de perdas por imparidade. Se existe prova objectiva que essa perda tenha ocorrido, o valor é mensurado como a diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados. A quantia escriturada do activo é reduzida e o valor da perda é reconhecido na demonstração de resultados.

Se, no ano subsequente, o montante da perda estimada diminuir, devido a um qualquer evento após a perda por imparidade ter sido reconhecida, os valores são revertidos e creditados na demonstração de resultados.

iv) Empréstimos renegociados

Sempre que possível, o Grupo e Banco procura renegociar os empréstimos em vez de exercer a opção sobre o colateral, isto significa que pode existir um alargamento no prazo de liquidação do empréstimo. Uma vez renegociado o empréstimo, o mesmo não é considerado vencido. A Administração do Grupo e Banco está a rever continuamente a questão da renegociação dos empréstimos, a fim de evitar que os mesmos sejam considerados vencidos. Os empréstimos continuam a ser alvo de avaliação individual ou colectiva de perdas por imparidade sendo calculados de acordo com a taxa de juro efectiva original.

v) Avaliação dos colaterais

O Grupo e Banco procura utilizar colaterais, sempre que possível, para mitigar o risco nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais. Os colaterais apresentam-se de diversas formas, tais como depósitos à ordem, carteiras de títulos, cartas de crédito/garantias, hipotecas, recebimentos, inventários, outros activos não financeiros e avales. O justo valor do colateral é determinado, no mínimo, no início e com base no cronograma de relatórios trimestrais do Banco, no entanto, algumas garantias, por exemplo, depósitos à ordem ou títulos relativos aos requisitos de margem, são avaliados diariamente.

Sempre que possível, o Grupo e Banco utiliza dados activos do mercado para avaliar os activos financeiros detidos como garantias. Outros activos financeiros que não têm um valor de mercado activo são avaliados por via de modelos de avaliação. Garantias não financeiras, como hipotecas, são avaliadas com base em dados fornecidos por terceiros, tais como correctores de hipotecas, os índices de preços da habitação, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais auditadas, e outras fontes independentes.

vi) Colaterais readquiridos

A política do Grupo e Banco é determinar se é preferível proceder à utilização interna de um activo readquirido ou se este deve ser alienado. Os activos cuja decisão seja a utilização interna são transferidos para a respectiva categoria de activo ao menor valor entre o valor líquido contabilístico e o valor original. Os activos cuja decisão seja a alienação são transferidos para activos não correntes detidos para venda e mensurados ao justo valor menos os custos de venda à data da reintegração, de acordo com a política do Grupo e Banco.

Reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros a partir de 01 de Janeiro de 2018 (IFRS 9):

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O Grupo e Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras regulares e vendas de activos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que é a data em que o Grupo e Banco se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo justo valor acrescido, para um item não a Justo Valor através de Lucros ou Prejuízos, dos custos de transacção que são directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii) Classificação

Activos financeiros - Política aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um activo financeiro é classificado como: custo amortizado, justo valor através de Rendimento Integral ou justo valor justo através de Lucros ou Prejuízos. Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir e não for designado pelo justo valor através de Lucros ou Prejuízos:

- o activo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objectivo é manter activos para recolher fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são SPPI.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo através de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir e não for designado como valor justo por meio do resultado:

- o activo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objectivo é alcançado tanto pela recolha de fluxos de caixa contratuais como pela venda de activos financeiros; e
- os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são SPPI.

No reconhecimento inicial de um investimento de capital que não seja detido para negociação, o Grupo e Banco pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no justo valor em resultado Integral. Esta eleição é feita numa base de investimento por investimento.

Todos os outros activos financeiros que não se enquadrem nas classificações anteriores são mensurados ao justo valor através de lucros ou prejuízos.

Além disso, no reconhecimento inicial, o Grupo e Banco pode designar irrevogavelmente um activo financeiro que, de outra forma, satisfaça os requisitos a serem mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de lucros ou prejuízos se isso elimina ou reduz significativamente um balanceamento contabilístico que de outra forma surgiria.

iii) Modelo de avaliação empresarial

O Grupo e Banco faz uma avaliação do objectivo de um modelo de negócios no qual um activo é mantido no nível da carteira, considerando que reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e as informações são fornecidas à gestão.

A informação considerada inclui:

- as políticas e objectivos declarados para a carteira e o funcionamento dessas políticas na prática. Em particular, se a estratégia da gestão se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil específico de taxa de juro, combinando a duração dos activos financeiros com a duração dos passivos que estão a financiar esses activos ou a realizar fluxos de caixa através da venda dos activos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à gestão do Grupo e Banco;
- os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e a sua estratégia de como esses riscos são geridos;
- e como os gestores dos negócios são compensados (por exemplo, se a remuneração é baseada no justo valor dos activos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos); e
- a frequência, o volume e a época das vendas em períodos anteriores, as razões para tais vendas e suas expectativas sobre a actividade de vendas futuras.



permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data da posição financeira. Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em Capital Próprio são reconhecidos em Capital Próprio e não na demonstração de resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos por impostos relacionados com a mesma autoridade fiscal.

h) Benefícios aos empregados

i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo comportam os salários, pagamentos de férias acumuladas, remunerações variáveis, gratificações e outros benefícios não monetários, tais como contribuições para a assistência médica.

As obrigações de pagamento dos benefícios de curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada, sendo contabilizadas como custo quando o respectivo serviço é prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor que deverá ser pago no curto prazo, ao abrigo de planos de bônus em dinheiro ou férias acumuladas, se o Grupo e Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor, como resultado do serviço prestado no passado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada com fiabilidade.

ii. Benefícios pelo término do contrato

Os benefícios pelo término do contrato são reconhecidos como custo, quando o Grupo e Banco se compromete, sem possibilidade realista de retirada, com um plano detalhado formal para rescindir o contrato do empregado, antes da sua data normal de reforma, ou proporcionar benefícios pelo término, como resultado de uma oferta feita para encorajar a demissão voluntária. Se não se espera que os benefícios sejam totalmente liquidados no prazo de 12 meses após a data de relato, então estes são descontados.

i) Contratos de locação

A determinação se um acordo que contém operações de locação baseia-se na substância do mesmo em relação a data de início e obriga a uma avaliação sobre se o cumprimento do acordo depende do uso dum bem ou bens específicos e se o acordo transmite o direito de usar o bem.

Locações operacionais – Grupo e Banco como locatário

As locações que o Grupo e Banco não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um activo, são classificadas como locações operacionais e os pagamentos são reconhecidos como um gasto numa base de linha recta durante o prazo da locação.

jj) Dividendos sobre acções ordinárias

Os dividendos sobre acções ordinárias são, reconhecidos como passivo e deduzidos ao Capital Próprio quando são aprovados pelos accionistas do Grupo e Banco. Os dividendos intercalares são, deduzidos ao Capital Próprio quando declarados que não estão mais à disposição do Grupo e Banco. Dividendos para o fim do exercício que são aprovados após a data de balanço, são divulgados como um evento subsequente.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo e Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado, sendo provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado de forma fiável. As provisões são mensuradas com base no valor presente dos custos que se espera que venham a incorrer para liquidar a obrigação usando uma taxa antes de impostos que reflecte a avaliação actual.

Alterações de políticas contabilísticas

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais de 31 de Dezembro de 2018, o Grupo e Banco implementou a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 15 – Proveitos nos Contratos com Clientes as quais eram de aplicação obrigatória para o período iniciado a 1 de Janeiro de 2018.

A adopção da IFRS 15 não afectou os prazos ou o valor dos juros e rendimentos, das comissões de contratos com Clientes e os activos e passivos relacionados. Deste modo, o impacto sobre a informação comparativa é limitada a novos requisitos em termos de divulgações:

- i) Aumento das perdas por imparidade reconhecidas em activos financeiros;
- ii) Alteração na classificação e mensuração dos activos financeiros;
- iii) Divulgações adicionais relativas a IFRS 9.

Excepto quanto a alterações previstas na IFRS 9 e IFRS 15, o Grupo e Banco aplicaram de forma consistente as políticas contabilísticas para todos os períodos considerados nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.

Devido ao método de transição escolhido pelo Grupo e Banco na aplicação da IFRS 9, a informação comparativa não foi geralmente reexpressa para reflectir estas obrigatoriedades.

O Grupo não adoptou antecipadamente nenhuma outra Norma Internacional de Relato Financeiro, interpretação ou emenda que tenha sido emitida mas que ainda não entrou em vigor.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 é de aplicação obrigatória e substitui a IAS 39 para períodos iniciados em, ou após, 1 de Janeiro de 2018. Detalhe do impacto da implementação da IFRS 9 para as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.

As diferenças decorrentes da adopção da IFRS 9 foram ajustadas nos saldos de abertura de 2018 e o seu montante reconhecido directamente na rubrica de resultados transitados a partir de 1 de Janeiro de 2018.

Alterações à classificação e mensuração

Para determinar a classificação e categoria de mensuração, a IFRS 9 requer que todos os activos financeiros, excepto instrumentos de capital e derivados, sejam analisados com base na combinação do modelo de negócios do Grupo e Banco e com base nas características contratuais dos fluxos de caixa dos activos e dos instrumentos.

As categorias de mensuração que estavam previstas na IAS 39 para os instrumentos financeiros eram:

- i) Justo valor através de resultados;
- ii) Disponíveis para venda;
- iii) Detidos até a maturidade; e
- iv) Custo amortizado

Estas categorias foram substituídas, de acordo com a IFRS 9, pelas seguintes categorias:

- i) Activos financeiros ao custo amortizado;
- ii) Activos financeiros ao justo valor através de resultados;
- iii) Activos financeiros ao justo valor através de rendimento integral.

A contabilização de passivos financeiros permanece basicamente igual à da IAS 39, excepto quanto ao tratamento de ganhos e perdas decorrentes do risco de crédito da própria entidade, relacionados com passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados, os quais são apresentados em outros rendimentos integrais sem reclassificação subsequente na demonstração de resultados.

De acordo com a IFRS 9, os derivados embutidos não são mais separados do activo financeiro principal, mas são classificados com base no modelo de negócio e nos termos contratuais.

Os impactos da implementação da IFRS 9 a 01 de Janeiro de 2018 para o Grupo e Banco, apresentam-se como se segue:

	Mozabanco	Grupo		
	Classificação IFRS 9	Valor em função da IAS 39	Valor em função da IFRS 9	Valor em função da IFRS 9
Demonstração de Fluxos de Caixa				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	Custo amortizado	794,999	794,999	1,152,270
Disponibilidades sobre instituições de crédito	Custo amortizado	107,215	107,215	176,640
Aplicações em instituições de crédito	Custo amortizado	5,007,735	5,007,735	5,195,922
Títulos				
Bilhetes de Tesouro	Custo amortizado	5,086,353	2,219,262	5,310,406
Obrigações Tesouro	Custo amortizado	1,786,275	1,786,275	1,786,275
Obrigações Corporativas				
Obrigações (A)	Custo amortizado	136,906	155,876	155,876
Obrigações (B)	Custo amortizado	844,718	844,718	844,718
Accções (C)	JV através de lucro ou prejuizo	29,590	29,590	35,918
		7,883,842	5,035,721	8,133,193
Empréstimos e adiantamentos a clientes	Custo amortizado	17,985,608	17,985,608	19,913,636
Total dos activos financeiros		31,779,399	28,931,278	34,571,661
Recursos de instituições de crédito	Custo amortizado	866,915	866,915	867,307
Depósitos e contas correntes	Custo amortizado	24,893,226	24,893,226	26,596,771
Recursos consignados	Custo amortizado	93,153	93,153	295,915
Outros passivos	Custo amortizado	547,814	547,814	574,095
Derivados	JV através de lucro ou prejuizo	38,763	38,763	38,763
Empréstimos obrigacionistas	Custo amortizado	870,026	870,026	870,026
Total dos passivos financeiros		27,309,897	27,309,897	29,242,877

Alterações ao cálculo da imparidade

A adopção da IFRS 9 alterou de um modo significativo a forma de cálculo das imparidades do Moza Banco substituindo o modelo de perda incorrida da IAS 39 pelo modelo de perda esperada (ECL) previsto na IFRS 9.

A IFRS 9 define que uma entidade deve reconhecer uma provisão/imparidade para perdas de crédito previstas relativamente aos activos financeiros que sejam empréstimos e adiantamento de Clientes, outros instrumentos de dívida não reconhecidos ao justo valor através de resultados, compromissos de concessão de empréstimos e Contractos de garantia financeira.

A entidade deve mensurar a provisão/imparidade para perdas por uma quantia equivalente às perdas de crédito esperadas num prazo de doze meses se não tiver havido um aumento significativo do risco de crédito desde o momento do seu reconhecimento inicial.

O impacto da adopção da IFRS 9 em 1 de Janeiro de 2018 foi efectuado da seguinte forma:

Carteira de crédito

Impacto de implementação da IFRS 9 na Carteira de Crédito do Banco:

Activos Financeiros	IAS 39 mensuração	Reclasificação	Re-mensuração	IFRS 9	
	Valor			Valor	Categoria
Empréstimos e contas a receber	2 947 332	-	728 388	3 675 720	Custo amortizado
para: Instrumentos financeiros ao custo amortizado					
Instrumento financeiros ao custo amortizado					
	2 947 332	-	728 388	3 675 720	

Impactos de implementação da IFRS 9 na Carteira de Crédito do Grupo

Activos Financeiros	IAS 39 mensuração	Reclasificação	Re-mensuração	IFRS 9	
	Valor			Valor	Categoria
Empréstimos e contas a receber	3 152 592	-	800 731	3 953 323	Custo amortizado
para: Instrumentos financeiros ao custo amortizado					
Instrumento financeiros ao custo amortizado					
	3 152 592	-	800 731	3 953 323	

Carteira de títulos

Impactos de implementação da IFRS 9 na Carteira de títulos do Grupo e Banco

Activos Financeiros	IAS 39 mensuração	Re-mensuração	IFRS 9	
	31.12.2017		01.01.2018	
VISABEIRA	152.258	(377)		151.881
CPC	36.742	(7.958)		28.784
AFRISIA	295.100	(1.150)		293.950
para: Instrumentos financeiros ao custo amortizado				
Instrumento financeiros ao custo amortizado				
	484.100	(9.485)		474.615

2. Normas contabilísticas emitidas, mas não implementadas.

Uma série de outros novos normativos foram efectivos a partir de 01 de Janeiro de 2018, contudo os mesmos não tiveram impacto material nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais do Banco e Grupo.

IFRS 16 – Locações:

Esta norma substitui: a NIC 17 Locações e Interpretações relacionadas.

Resumo dos requisitos: Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas partes de um contracto, ou seja, o cliente (“locatário”) e o fornecedor (“locador”). A IFRS 16 apresenta um modelo para locatários que resultará em quase todas as locações serem incluídas no Balanço. Não foram incluídas alterações significativas para os locadores.

A norma é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2019, com adopção antecipada permitida apenas se a entidade adoptar igualmente a IFRS 15.

Possível Impacto nas Demonstrações Financeiras: os requisitos transitórios são diferentes para os locatários e locadores. O Grupo e Banco começou a avaliar o potencial impacto nas demonstrações financeiras resultantes da aplicação da IFRS 16 e não se espera nenhum impacto significativo para as locações financeiras do Grupo e Banco.

Para as seguintes alterações aos normativos, não são expectáveis impactos significativos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais do Banco e Grupo:

- Interesses de longo termo em associadas e empreendimentos conjuntos (alterações à IAS 28);
- Alteração do Plano ou Liquidação do Plano (alterações à IAS 19);
- Alterações às referências do normativo *conceptual nos normativos* IFRS;
- IFRS 17 Contractos de Seguros;
- Melhoramentos anuais nas normas do Ciclo IFRS 2015 – 2017;
- IFRIC 23 Incerteza relativamente aos tratamentos de impostos.

3. Gestão do Risco, objectivos e políticas

A gestão de riscos assenta na constante identificação e análise da exposição a diferentes riscos (crédito, mercado, liquidez, operacional e outros), e na execução de estratégias de maximização de resultados face aos riscos, dentro de restrições pré-estabelecidas e devidamente supervisionadas.

A actividade do Grupo e Banco é exposta a um conjunto de riscos financeiros e essa actividade envolve a análise, avaliação, aceitação e gestão de determinados graus de risco ou combinação de riscos. O objectivo do Grupo e Banco é atingir um equilíbrio entre o risco e o retorno e minimizar os potenciais impactos adversos no seu desempenho financeiro.

Por natureza, a actividade do Grupo e Banco assenta, essencialmente, na utilização de instrumentos financeiros. O Grupo e Banco aceita depósitos de Clientes quer a taxa de juro fixa, quer variável, e, durante vários períodos, procuram obter margens acima da média investindo em activos de alta qualidade. O Grupo e Banco procuram aumentar as margens consolidando os fundos de curto prazo e emprestando por períodos mais prolongados a taxas mais elevadas mantendo a liquidez suficiente para todos os desembolsos necessários que eventualmente ocorram.

Assim, as políticas de gestão de risco do Grupo e Banco estão desenhadas para identificar e analisar esses riscos a fim de estabelecer determinados limites de risco e controlos a fim de os monitorar e assegurar a sua aderência aos limites estabelecidos, por meio de sistemas actualizados. O Grupo e Banco regularmente revê as políticas de gestão de risco e sistemas de forma a reflectir as alterações nos mercados, produtos e melhores práticas.

A gestão do risco é gerida pela Direcção de Gestão de Risco sob políticas aprovadas pela Administração. Esta direcção identifica, avalia os riscos financeiros e não financeiros em cooperação com as unidades de negócio do Grupo e Banco. A Administração faculta princípios para a gestão de risco global, bem como as políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juro, risco de crédito e do uso de instrumentos financeiros derivados e não derivados. Além disso, a auditoria interna é responsável pela avaliação independente da gestão de riscos e do ambiente de controlo. De entre os diversos riscos analisados e controlados por esta direcção, destacam-se: O risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de mercado e outros riscos operacionais. O risco de mercado inclui o risco de moeda, o risco de taxa de juro e o risco de preço. De acordo com as políticas de gestão de activos e passivos (ALM), o Grupo e Banco procuram assegurar uma gestão prudente de liquidez, gastos de capital e controlo associado a riscos financeiros, com particular detalhe na liquidez, taxa de juro e taxa de câmbio.

A Direcção de *Compliance* abrange todas as áreas do Grupo e Banco, processos e actividades, com o objectivo de auxiliar as actividades de prevenção e mitigação dos “riscos de *compliance*”, que se traduzem no risco de sanções legais ou regulamentares, perda financeira ou de reputação, como consequência de uma falha no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de conduta e de boas práticas bancárias, promovendo o cumprimento de todas as normas aplicáveis, quer pelo Grupo e Banco, quer pelo seu pessoal, através de uma intervenção independente ou em conjunto com todas as unidades orgânicas do Banco.

A análise qualitativa da gestão do risco do Grupo e Banco é apresentada como se segue:

3.1. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Grupo e Banco podem sofrer devido a perdas financeiras, se os Clientes do Grupo e Banco ou contrapartes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Grupo e Banco. As contrapartes podem incluir o Governo, outros bancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também devido à descida da notação de crédito do Grupo e Banco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminuam. O risco de crédito que o Grupo e Banco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O Grupo e Banco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades.



Relatório e Contas 2018

Embora a exposição ao crédito surja pela via de empréstimos e adiantamentos, o Grupo e Banco pode ser exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante aos dos empréstimos e adiantamentos a Clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo.

A exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Grupo e Banco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Grupo e Banco controla a concentração de risco de crédito que venha a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a Clientes através de uma carteira equilibrada.

Máxima exposição ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos na posição financeira, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Grupo e Banco teria de pagar caso a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada. Em termos das garantias financeiras e letras de crédito, o Grupo e Banco encontram-se igualmente expostos ao risco de liquidez na extensão em que tais garantias forem utilizadas.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro, relativamente ao risco de crédito na posição financeira, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Grupo e Banco apenas detém colaterais para Crédito a Clientes que são, fundamentalmente, hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos:

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Caixa e disponibilidades em Banco Central	794,999	806,636	1,152,270
Disponibilidades sobre instituições de crédito	107,215	115,484	176,640
Aplicações em instituições de crédito	5,007,735	2,359,783	5,195,922
Activos financeiros	7,902,812	5,015,702	8,133,192
Empréstimos e adiantamentos a clientes	17,985,608	15,281,038	19,913,636
Outros activos	528,627	42,224	524,302
Total	32,326,996	23,620,867	35,095,962
Exposição do risco de crédito relativa a elementos extrapatrimoniais			
Garantias	5,774,739	2,216,539	5,774,739
Cartas de crédito	931,567	845,780	931,567
Total	6,706,306	3,062,319	6,706,306
Total da exposição ao risco de crédito	39,033,302	26,683,186	41,802,268

Qualidade do crédito:

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do Banco, os instrumentos financeiros foram analisados como se segue:

2018	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	794,999	-	-	794,999
Disponibilidades sobre instituições de crédito	107,215	-	-	107,215
Aplicações em instituições de crédito	5,007,735	-	-	5,007,735
Activos financeiros	7,902,812	-	-	7,902,812
Empréstimos e adiantamentos a clientes	19,632,611	2,225,883	(3,872,886)	17,985,608
Outros activos	528,627	-	-	528,627
Total	33,973,999	2,225,883	(3,872,886)	32,326,996

2017	Nem vencido nem em imparidade	Vencido mas não em imparidade	Em imparidade	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	806,636	-	-	806,636
Disponibilidades sobre instituições de crédito	115,484	-	-	115,484
Aplicações em instituições de crédito	2,359,783	-	-	2,359,783
Activos financeiros	5,015,702	-	-	5,015,702
Empréstimos e adiantamentos a clientes	16,505,305	1,723,065	(2,947,332)	15,281,038
Outros activos	42,224	-	-	42,224
Total	24,845,134	1,723,065	(2,947,332)	23,620,867

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do Grupo, os instrumentos financeiros foram analisados como se segue:

2018	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	1,152,270	-	-	1,152,270
Disponibilidades sobre instituições de crédito	176,640	-	-	176,640
Aplicações em instituições de crédito	5,195,922	-	-	5,195,922
Activos financeiros	8,133,192	-	-	8,133,192
Empréstimos e adiantamentos a clientes	21,604,860	2,465,395	(4,156,619)	19,913,636
Outros activos	524,302	-	-	524,302
Total	36,787,186	2,465,395	(4,156,619)	35,095,962

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do Banco, os instrumentos financeiros foram analisados como se segue:

2018	Valor	Imparidade	Exposição líquida	2017	Valor	Imparidade	Exposição líquida
Crédito Vencendo	14,590,553	1,469,252	13,121,301	Crédito Vencendo	10,320,690	406,158	9,914,531
Crédito Vencido	7,267,941	2,403,634	4,864,307	Crédito Vencido	7,907,680	2,541,173	5,366,507
Exposição vencida	2,225,883	1,469,252	756,631	Exposição vencida	1,723,065	553,716	1,169,349
Exposição com indicio de Imparidade	5,042,058	934,382	4,107,676	Exposição com indicio de Imparidade	6,184,615	1,987,458	4,197,157
	21,858,494	3,872,886	17,985,608		18,228,370	2,947,332	15,281,038

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do Grupo, os instrumentos financeiros foram analisados como se segue:

2018	Valor	Imparidade	Exposição líquida
Crédito Vencendo	15,980,804	1,498,132	14,482,672
Crédito Vencido	8,089,451	2,658,487	5,430,964
Exposição vencida	2,485,044	1,488,900	996,144
Exposição com indicio de Imparidade	5,604,408	1,169,586	4,434,822
	24,070,255	4,156,619	19,913,636

O crédito vencido inclui a totalidade da exposição de Clientes com prestações vencidas assim como os valores das prestações vencidas de créditos que já apresentam prestações vencidas. Em 31 de Dezembro de 2018, a exposição vencida ascendia aos 7.267 milhares de Meticais (2017: 7.907 milhares de Meticais).

O quadro seguinte apresenta a exposição líquida da carteira de crédito desagregada pelo respectivo Stage de imparidade e rating interno do Grupo e Banco.

	Mozabanco			Grupo		
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	2018	2017	2018
Em cumprimento - Stage 1	10,768,055	-	-	10,768,055	8,744,033	12,120,604
Em incumprimento mas sem imparidade - Stage 2	-	3,400,490	-	3,400,490	2,871,374	3,656,011
Em incumprimento - Stage 3	-	-	3,817,063	3,817,063	3,665,631	4,137,021
	10,768,055	3,400,490	3,817,063	17,985,608	15,281,038	19,913,636

O quadro seguinte apresenta a exposição líquida de caixa, disponibilidades em Banco Central e sobre Instituições de Crédito e Aplicações em Instituições de Crédito pelo respectivo Stage de imparidade do Grupo e Banco.

	Mozabanco			Grupo		
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	2018	2017	2018
Caixa e disponibilidades em Banco Central	794,999	-	-	794,999	806,636	1,152,270
Disponibilidades sobre instituições de crédito	107,215	-	-	107,215	115,484	176,640
Aplicações em instituições de crédito	5,007,735	-	-	5,007,735	2,359,783	5,195,922
	5,909,949	-	-	5,909,949	3,281,903	6,524,832

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.

Os principais tipos de garantias obtidas são, as seguintes:

- Para os títulos de crédito e nas transacções de recompra reversão, dinheiro ou títulos;
- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito de retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação;

Análise da exposição face aos colaterais e outras garantias de crédito para o Banco.

2018	Justo valor das garantias de crédito				Garantias líquidas	Exposição líquida
	Máxima exposição ao risco de crédito	Depósitos	Cartas de crédito / Garantias bancárias	Hipotecas		
Caixa e disponibilidades em Banco Central	794,999	-	-	-	-	794,999
Disponibilidades sobre instituições de crédito	107,215	-	-	-	-	107,215
Aplicações em instituições de crédito	5,007,735	-	-	-	-	5,007,735
Activos financeiros	7,902,812	-	-	-	-	7,902,812
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-	-	-
Grandes empresas	8,615,428	175,044	-	1,627,307	959,086	2,761,437
Pequenas e médias empresas	4,872,798	555,496	-	3,501,569	168,499	4,225,564
Particulares	2,730,147	483,566	-	1,654,813	423,977	2,562,356
Outros	1,767,235	1,630	-	-	129,563	131,193
Outros Activos	528,627	-	-	-	-	528,627
	32,326,996	1,215,736	-	6,783,689	1,681,125	9,680,550

2017	Justo valor das garantias de crédito				Garantias líquidas	Exposição líquida
	Máxima exposição ao risco de crédito	Depósitos	Cartas de crédito / Garantias bancárias	Hipotecas		
Caixa e disponibilidades em Banco Central	806,636	-	-	-	-	806,636
Disponibilidades sobre instituições de crédito	115,484	-	-	-	-	115,484
Aplicações em instituições de crédito	2,359,783	-	-	-	-	2,359,783
Activos financeiros	5,015,702	-	-	-	-	5,015,702
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-	-	-
Grandes empresas	7,115,461	111,704	-	2,575,425	2,829,113	5,516,242
Pequenas e médias empresas	3,752,372	249,123	11,607	2,600,145	118,872	2,979,747
Particulares	2,369,383	214,789	-	787,474	9,799	1,012,062
Outros	2,043,822	-	44,164	-	2,246,323	2,290,487
Outros Activos	42,223	-	-	-	-	42,223
	23,620,867	575,616	55,771	5,963,044	5,204,107	11,798,538

Análise da exposição face aos colaterais e outras garantias de crédito para o Grupo:

2017	Justo valor das garantias de crédito				Garantias líquidas	Exposição líquida
	Máxima exposição ao risco de crédito	Depósitos	Cartas de crédito / Garantias bancárias	Hipotecas		
Caixa e disponibilidades em Banco Central	1,152,270	-	-	-	-	1,152,270
Disponibilidades sobre instituições de crédito	176,640	-	-	-	-	176,640
Aplicações em instituições de crédito	5,195,922	-	-	-	-	5,195,922
Activos financeiros	8,133,192	-	-	-	-	8,133,192
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-	-	-
Grandes empresas	9,577,838	175,044	-	2,438,194	1,097,496	3,710,734
Pequenas e médias empresas	5,311,673	617,401	9,000	4,362,447	356,641	5,345,489
Particulares	3,234,892	510,173	-	2,496,777	443,808	3,450,758
Outros	1,789,233	24,020	-	-	130,641	1,634,572
Outros Activos	524,302	-	-	-	-	524,302
	35,095,962	1,326,638	9,000	9,297,417	2,028,586	12,661,642

Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento e, temporariamente, não consegue suportar a prestação mensal, o mesmo pode procurar pedir a dilatação do período de forma a conseguir uma oportunidade com vista à rectificação da situação. Na data de vencimento do período de reprogramação, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Activos renegociados incluem empréstimos que foram transferidos dos créditos em imparidade para os créditos vigentes dentro dos últimos 12 meses, depois de terem sido reestruturados e não poderão ser renegociados mais de uma vez no período de 12 meses.

Activos financeiros que estão vencidos, mas não tem imparidade

Política aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2018

O Grupo e Banco reconhecem provisões para perdas de ECL com base nos seguintes instrumentos financeiros que não são mensuradas no FVTPL:

- Activos financeiros que são instrumentos de dívida;
- Locação de recebíveis;
- Contratos de garantia financeira emitidos; e
- Compromissos de empréstimos emitidos.

Nenhuma perda por imparidade é reconhecida nos investimentos de capital.

O Grupo e Banco medem as provisões para perdas em um valor igual ao ECL vitalício, para casos o qual eles são medidos ECL de 12 meses:

- Títulos de investimento de dívida que são determinados como tendo baixo risco de crédito na data de relato; e
- Outros instrumentos financeiros (que não sejam recebíveis de leasing) sobre os quais o risco de crédito não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

As provisões para perdas de recebíveis de arrendamento são sempre mensuradas em um valor igual ao ECL vitalício. O Grupo e Banco consideram que um título de investimento de dívida tem baixo risco de crédito quando sua classificação de risco de crédito equivale à definição geral compreendida de "grau de investimento".

O Grupo e Banco não aplicam a baixa isenção do risco de crédito a quaisquer outros instrumentos financeiros. A ECL de 12 meses é a parte da ECL que resulta de eventos de incumprimento em um instrumento financeiro que são possíveis nos 12 meses após a data do reporte. Instrumentos financeiros para os quais a ECL de 12 meses é reconhecida como "Instrumentos financeiros da Fase 1". Mensuração da ECL.

A ECL é uma estimativa ponderada pela probabilidade de perdas de crédito. Elas são medidas da seguinte forma:

- Activos financeiros que não são considerados créditos em imparidade até a data do reporte;
- Activos financeiros que estão em imparidade de crédito à data do balanço: como a diferença entre o valor contabilístico bruto e valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados
- Compromissos de empréstimo não realizados: como o valor presente da diferença entre o valor contratual de fluxos de caixa que são devidos ao Grupo e Banco se o compromisso for sacado e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber;
- Contratos de garantia financeira: Pagamentos esperados para reembolsar o mutuário menos qualquer quantia que o Grupo espera recuperar.

Activos financeiros reestruturados

Se os termos de um activo financeiro forem renegociados ou modificados ou se um activo financeiro for substituído por um novo devido a dificuldades financeiras do mutuário, é feita uma avaliação se o activo financeiro deve ser desreconhecido e a ECL é mensurada da seguinte forma:



- Se a reestruturação esperada não resultar no desconhecimento do activo existente, então os fluxos de caixa esperados decorrentes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo da escassez de caixa do activo existente.
- Se a reestruturação esperada resultar no desconhecimento do activo existente, então o justo valor esperado do novo activo é tratado como o fluxo de caixa final do activo financeiro existente na data do seu desconhecimento. Este montante é incluído no cálculo das variações do activo financeiro existente que são descontados da data esperada de desconhecimento até a data de relato usando a taxa de juro efectiva original do activo financeiro existente.

Activos financeiros em imparidade de créditos

A cada data de relato, o Grupo e Banco avaliam se os activos financeiros escriturados pelo custo amortizado e activos financeiros de dívida escriturada pelo FVOCI, e os créditos de locação financeira são de imparidade de crédito (referidos como "Fase 3 activos financeiros"). Um activo financeiro está "em imparidade de crédito" quando existe um ou mais eventos conduzem a um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro. A evidência de que um activo financeiro está em imparidade de crédito inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldade financeira significativa do devedor ou emissor;
- quebra de contrato, como um evento padrão ou vencido;
- reestruturação de um empréstimo ou adiantamento do Grupo e Banco para casos em que o Grupo e Banco não consideraria de outra forma;
- Grandes probabilidades de falência, reestruturação financeira por parte do cliente;
- A perda de um activo mobiliário devido as dificuldades financeiras.

Um empréstimo que foi renegociado devido a uma deterioração da condição financeira do mutuário é geralmente considerada com perda de crédito, a menos que haja evidência de que o risco de não receber os fluxos de caixa reduziram significativamente e não há outros indicadores de imparidade. Considerando adicionalmente o facto de um empréstimo ter vencido há 90 dias e não ter sido considerado como uma perda de crédito mesmo quando o definição regulamentar padrão é diferente. Para fazer uma avaliação se um investimento em dívida soberana pode ser considerada como um crédito em imparidade o Grupo e Banco considera os seguintes factores:

- A avaliação do mercado da qualidade de crédito reflete-se nos rendimentos dos títulos.
- Avaliação da credibilidade da instituição;
- A capacidade de acesso do país ao mercado de capital para novas emissões de dívida.
- A probabilidade de reestruturação da dívida resultar em uma perda ou perdão voluntário ou obrigatório da dívida.
- Os mecanismos de apoio internacional implementados para fornecer o apoio necessário como último recurso para aquele país, bem como a intenção, refletida em declarações públicas, de governos e instituições para usar esses mecanismos. Isto inclui uma avaliação profundidade desses mecanismos e, independentemente da intenção política, se existe a capacidade de cumprir os critérios exigidos.

Apresentação da provisão para ECL na Demonstração da Posição Financeira

As provisões de perdas na ECL são apresentadas na demonstração da posição financeira da seguinte forma:

- activos financeiros mensurados pelo custo amortizado: como uma dedução do valor contábil bruto de os activos;
- compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira: em geral, como provisão;
- quando um instrumento financeiro inclui tanto um componente utilizada como uma não utilizado, e o Grupo e Banco não consegue identificar a ECL sobre o componente de compromisso de empréstimo alheio à componente não utilizada: o Grupo e Banco apresenta uma provisão de perda combinada para ambas as componentes. O montante combinado é apresentado como uma dedução da quantia escriturada bruta do componente. Qualquer excesso do subsídio de perda sobre o valor bruto do componente desenhado é apresentado como uma provisão; e
- instrumentos de dívida medidos pelo FVOCI: não é reconhecida a provisão para perdas na demonstração da posição financeira porque o valor contábil desses activos é o seu justo valor. Porém, a provisão para perdas é divulgada e é reconhecida na reserva de justo valor.

Write-off

Os empréstimos e títulos de dívida são levados a write-off (parcial ou total) quando não há expectativa de recuperação de um activo financeiro na sua totalidade ou parte dele. Este é geralmente o caso em que o Grupo determina que o mutuário não possui activos ou fontes de renda que poderiam gerar fluxos de caixa suficientes para pagar os valores sujeitos ao write-off, esta avaliação é realizada a nível do activo individual.

A recuperação de valores anteriormente levados ao write-off são incluídas em "perdas por imparidades dos instrumentos financeiros" na demonstração de resultados.

Os activos financeiros levados a write-off podem ainda estar sujeitos a actividades de execução a fim de seguir os procedimentos do Grupo para recuperação dos valores devidos.

Contratos de garantia financeira não integrais

O Grupo e Banco avalia se um contrato de garantia financeira detido é um elemento integrante de um activo financeiro que é contabilizado como componente desse instrumento ou é um contrato que é contabilizado separadamente. Os factores que o Grupo considera ao fazer essa avaliação incluem se:

- a garantia é implicitamente parte dos termos contratuais do instrumento de dívida;
- a garantia é exigida pelas leis e regulamentos que regem o contrato do instrumento da dívida;
- a garantia é celebrada ao mesmo tempo e na contemplação do instrumento de dívida; e
- a garantia é dada pelo pai do mutuário ou outra empresa dentro do grupo mutuário.

Se o Grupo e Banco determinar que a garantia é um elemento integrante do activo financeiro, qualquer prémio a pagar em conexão com o reconhecimento inicial do activo financeiro é tratado como um custo de transação para adquiri-lo. O Grupo e Banco considera o efeito da protecção ao medir o justo valor do instrumento de dívida e ao mensurar ECL.

Se o Grupo e Banco determinar que a garantia não é um elemento integrante do instrumento de dívida, então reconhece um activo representando qualquer pré-pagamento de prémio de garantia e um direito a compensação para perdas de crédito. Um activo de prémio pré-pago é reconhecido somente se a exposição garantida não for um crédito em imparidade ou se não sofreu um aumento significativo no risco de crédito quando a garantia é adquirida. Esses activos são reconhecidos em "outros activos". O Grupo e Banco apresenta ganhos ou perdas um direito de compensação nos lucros ou prejuízos na rubrica "perdas por imparidade em instrumentos financeiros".

Evidência objectiva da imparidade

A cada data de relato, o Grupo e Banco avaliou se havia evidência objectiva de que os activos não mantidos ao justo valor através de resultados estavam em imparidade. Um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros é considerado imparidade quando a evidência objectiva demonstra que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento do (s) activo (s) e que o evento de perda teve impacto nos fluxos de caixa futuros do activo (s) que poderiam ser estimados de forma confiável.

Adicionalmente, um empréstimo e adiantamento que venceu há 90 dias ou mais pode ser considerado imparidade. Indicadores de activos financeiros entraram em imparidade:

- dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- incumprimento do mutuário;
- reestruturação de um empréstimo ou adiantamento do Grupo e Banco em termos que o Grupo e Banco não tivesse outra alternativa;
- indicadores de que o tomador entraria em falência;
- a perda de um activo mobiliário devido as dificuldades financeiras

Um empréstimo que foi renegociado devido a uma deterioração na condição do mutuário considerada prejudicada, a menos que houvesse evidência de que o risco de não receber os fluxos de caixa haviam reduzido significativamente e não havia outros indicadores de imparidade.

Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Grupo e o Banco avalia regularmente se existe uma evidência objectiva de que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado esteja a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo na posição financeira e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possa ser fiavelmente estimada.

Os critérios que o Grupo e Banco utilizam para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências que o cliente vai entrar em insolvência ou vai sofrer uma forte reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
 - Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos;
 - Depreciação do valor do colateral; e
 - Deterioração da posição do mutuário.

A política de crédito do Grupo e Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Grupo e Banco considera que é pouco provável que o mutuário pague a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que tenha de exercer a opção sobre o colateral;
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Grupo e Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos.

Todas as exposições com indicação de crédito mal parado são avaliadas individualmente quanto à imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido, não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado, reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução, menos os custos de obtenção e da venda, da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros, são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Desreconhecimento

O Grupo e Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridas inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O desconhecimento irá existir quando a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. A periodicidade e a extensão dos abates podem envolver algum julgamento subjectivo. No entanto, o abate será sempre antecedido de um evento específico, como, o início do processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, que torna possível estabelecer que uma parte ou a totalidade da dívida vai além das perspectivas realistas de recuperação.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração de resultados.

A análise dos empréstimos e adiantamento a Clientes em imparidade apresenta-se como se segue:

	Quantia escriturada	Mozabanco		Grupo	
		Imparidade de crédito	2018	2017	2018
Retalho	4,133,497	597,183	3,536,314	2,869,446	3,609,390
Construção civil	1,220,801	333,860	886,941	856,913	963,411
Energia	374,981	1,824	373,157	30,556	373,157
Turismo	670,535	140,261	530,274	599,875	563,790
Indústria transformadora	2,312,998	610,231	1,702,767	1,342,375	1,710,092
Particulares	3,660,226	816,592	2,843,634	2,372,866	3,201,157
Serviços	7,670,831	1,105,028	6,565,803	4,561,180	7,163,246
Transportes e Comunicações	1,692,269	215,506	1,476,763	2,465,881	1,840,753
Agricultura e Pescas	101,315	48,731	52,584	62,417	471,269
Outros	21,041	3,670	17,371	119,529	17,371
	21,858,494	3,872,886	17,985,608	15,281,038	19,913,636

Concentração do Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, e onde a mesma adversidade possa colocar em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Grupo e Banco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.

A análise da concentração do risco de crédito do Banco por indústria apresenta-se como se segue:

2018	Caixa e Disponibilidades		Aplicações em	Activos	Empréstimos e	Outros	Outros	Total
	disponibilidades em Banco Central	sobre instituições de crédito						
Governamental	-	-	-	7,717,346	769,739	-	-	8,487,085
Seguros	-	-	-	23,263	93	-	-	23,356
Financeiro	272,562	107,215	5,007,735	6,327	5,220	-	-	5,399,059
Retalho	-	-	-	-	3,536,314	-	-	3,536,314
Construção civil	-	-	-	-	886,941	-	-	886,941
Energia	-	-	-	-	373,157	-	-	373,157
Turismo	-	-	-	-	530,274	-	-	530,274
Indústria Transformadora	-	-	-	-	1,702,767	-	-	1,702,767
Particulares	-	-	-	-	2,843,634	-	-	2,843,634
Serviços	-	-	-	-	5,796,010	-	-	5,796,010
Transportes e comunicações	-	-	-	155,876	1,476,763	-	-	1,632,639
Agricultura e pesca	-	-	-	-	52,584	-	-	52,584
Outros	522,436	-	-	-	12,112	1,052,459	-	1,587,007
	794,998	107,215	5,007,735	7,902,812	17,985,608	1,052,459	32,850,827	

2017	Caixa e Disponibilidades		Aplicações em	Activos	Empréstimos e	Outros	Outros	Total
	disponibilidades em Banco Central	sobre instituições de crédito						
Governamental	-	-	-	2,219,262	1,450,164	-	-	3,669,426
Seguros	-	-	-	23,262	-	-	-	23,262
Financeiro	68,956	115,484	2,359,783	87,442	1,077,720	-	-	3,709,386
Petróleo e Gás Natural	-	-	-	-	-	2,721,161	-	2,721,161
Retalho	-	-	-	-	-	922,911	-	922,911
Construção civil	-	-	-	-	-	26,080	-	26,080
Energia	-	-	-	-	-	527,213	-	527,213
Turismo	-	-	-	-	-	1,473,322	-	1,473,322
Indústria Transformadora	-	-	-	-	-	2,457,381	-	2,457,381
Particulares	-	-	-	-	-	4,583,250	-	4,583,250
Serviços	-	-	-	-	-	2,389,206	-	2,389,206
Transportes e comunicações	-	-	-	-	-	73,665	-	73,665
Agricultura e pesca	737,680	-	-	157,852	-	106,849	42,224	1,044,604
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
	806,636	115,484	2,359,783	2,487,818	2,527,884	15,281,038	42,224	23,620,867

A análise da concentração do risco de crédito do Grupo por indústria apresenta-se como se segue:

2018	Caixa e Disponibilidades		Aplicações em	Activos	Empréstimos e	Outros	Outros	Total
	disponibilidades em Banco Central	sobre instituições de crédito						
Governamental	-	-	-	7,720,991	769,739	-	-	8,490,730
Seguros	-	-	-	23,263	93	-	-	23,356
Financeiro	535,629	176,640	5,195,922	2,682	5,220	-	-	5,916,093
Retalho	-	-	-	-	3,609,390	-	-	3,609,390
Construção civil	-	-	-	-	963,411	-	-	963,411
Energia	-	-	-	-	373,157	-	-	373,157
Turismo	-	-	-	-	563,790	-	-	563,790
Indústria Transformadora	-	-	-	-	1,710,092	-	-	1,710,092
Particulares	-	-	-	-	3,201,157	-	-	3,201,157
Serviços	-	-	-	-	6,393,453	-	-	6,393,453
Transportes e comunicações	-	-	-	155,876	1,840,753	-	-	1,996,629
Agricultura e pesca	-	-	-	-	471,268	-	-	471,268
Outros	616,641	-	-	-	12,113	10,323	-	639,077
	1,152,270	176,640	5,195,922	7,902,812	19,913,636	10,323	34,351,603	

3.2. Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é a probabilidade de uma instituição enfrentar dificuldades em honrar as suas obrigações, (sobre tudo as de curto prazo) à medida que vencem ou em assegurar o refinanciamento dos activos detidos no seu balanço, sem incorrer em custos ou perdas significativas (*funding liquidity risk*). Quando as condições de mercado em que a instituição opera não permitem que esta se desfaça de certos activos a preços de mercado, mas somente abaixo destes, está-se perante o que se designa por risco de liquidez de mercado (*market liquidity risk*).

A gestão da política e estratégia relacionada com a liquidez é definida ao nível do Comité ALCO, implementada pela Direcção de Mercados e Internacional (DMI) e controlada pela Direcção de Gestão de Risco (DGR), com base nos procedimentos recomendados pelas directrizes definidas pelo Banco Central (Aviso nº4/GBM/2013).

O Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) é um Órgão delegado da Comissão Executiva (CE) para a execução da política financeira definida para o Grupo e Banco, responsável pelo processo de ALM (*Asset-Liability Management*), garantindo a implementação de acções no âmbito de normas e procedimentos visando a gestão efectiva dos riscos de mercado (cambial, taxa de juro, *repricing*) e de liquidez. Desempenha um papel activo na elaboração de propostas de política de preços, baseada na atempada avaliação dos desenvolvimentos em matéria macroeconómica interna e externa.



Relatório e Contas 2018

Mais especificamente, o processo de gestão de liquidez do Grupo e Banco é realizado internamente e monitorado por uma equipa da Direcção de Mercados e Internacional e inclui:

- Gerir a tesouraria no dia-a-dia, quer em moeda nacional, quer em moeda estrangeira através da monitorização dos fluxos de caixa futuros para assegurar o cumprimento das obrigações junto do Banco de Moçambique e junto dos Bancos correspondentes nacionais e estrangeiros. Isso inclui a reposição de fundos à medida que atingem a maturidade ou são emprestados pelos Clientes. Para que isso aconteça, o Grupo e Banco mantém uma presença activa nos mercados monetários locais e internacionais;
- A manutenção de uma carteira de activos altamente comercializáveis que podem ser facilmente liquidados como protecção contra qualquer interrupção imprevista aos fluxos de caixa;
- Efectuar a gestão do balanço, das suas necessidades de financiamento e de investimento dos seus excedentes de tesouraria, do ponto de vista estratégico a médio e longo prazo;
- Monitorização de rácios de liquidez de posições financeiras em relação aos requisitos internos e regulamentares; e
- Gestão da concentração e perfil de vencimentos da dívida.

Monitoramento e relatórios como forma de medição de fluxo de caixa e as projecções para todos os prazos fundamentais para a gestão de liquidez. O ponto de partida para estas projecções é uma análise da maturidade contratual dos passivos financeiros e a data de maturidade esperada dos activos financeiros. A Direcção de Mercados e Internacional também monitoriza os activos de médio prazo cujas maturidades não são coincidentes, o nível e tipo de compromissos de crédito não utilizados, a utilização de descobertos, e o impacto de passivos contingentes, tais como cartas de crédito e garantias.

Maturidades contratuais não descontadas dos passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2018	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	794,999	-	-	-	794,999
Disponibilidades sobre instituições de crédito	107,215	-	-	-	107,215
Aplicações em instituições de crédito	-	4,767,753	239,982	-	5,007,735
Activos financeiros	-	2,580,172	3,827,945	1,494,695	7,902,812
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	2,618,082	2,216,179	13,151,347	17,985,608
Outros activos	528,627	-	-	-	528,627
Total dos activos não descontados	1,430,841	9,966,007	6,284,106	14,646,042	32,326,996
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	59,733	807,182	-	-	866,915
Depósitos e contas correntes	7,998,599	8,311,953	8,489,389	93,285	24,893,226
Recursos consignados	-	-	-	93,153	93,153
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	870,026	870,026
Outros Passivos	586,577	-	-	-	586,577
Total dos passivos não descontados	8,644,909	9,119,135	8,489,389	1,056,464	27,309,897

2017	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	806,636	-	-	-	806,636
Disponibilidades sobre instituições de crédito	115,484	-	-	-	115,484
Aplicações em instituições de crédito	-	1,954,081	405,702	-	2,359,783
Activos financeiros	-	2,229,781	2,011,930	773,991	5,095,258
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	2,520,503	1,247,395	11,513,140	15,281,038
Outros activos	833,562	-	-	-	833,562
Total dos activos não descontados	1,755,682	6,704,365	3,665,027	12,287,131	24,412,205
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	3,748	11,732	-	-	15,480
Depósitos e contas correntes	7,226,500	4,283,451	6,424,001	26,155	17,960,107
Recursos consignados	-	236	2,746	205,269	208,251
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	869,519	869,519
Outros Passivos	415,913	-	-	-	415,913
Total dos passivos não descontados	7,646,161	4,295,419	6,426,747	1,100,943	19,469,270

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos passivos financeiros do Grupo em 31 de Dezembro com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2018	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	1,152,270	-	-	-	1,152,270
Disponibilidades sobre instituições de crédito	176,640	-	-	-	176,640
Aplicações em instituições de crédito	-	4,955,940	239,982	-	5,195,922
Activos financeiros	-	2,729,163	3,903,007	1,501,022	8,133,192
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	2,811,353	2,341,520	14,760,763	19,913,636
Outros activos	524,302	-	-	-	524,302
Total dos activos não descontados	1,853,212	10,496,456	6,484,509	16,261,785	35,095,962
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	60,534	806,773	-	-	867,307
Depósitos e contas correntes	7,998,599	9,745,855	8,759,032	93,285	26,596,771
Recursos consignados	-	-	-	295,915	295,915
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	870,026	870,026
Outros Passivos	612,858	-	-	-	612,858
Total dos passivos não descontados	8,671,991	10,552,628	8,759,032	1,259,226	29,242,877

Para todos os valores relativos a 1 ano e mais de um ano, espera-se que sejam recuperados ou liquidados passados mais de 12 meses após a data da Posição Financeira.

3.3. Risco de Mercado

O Risco de mercado pode ser definido como a perda potencial decorrida das alterações do justo valor dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros devido a oscilações das variáveis do mercado do activo objecto ou mesmo de factores exógenos que influenciam os preços de mercados. São exemplos desses factores de riscos: os riscos relacionados com a variação da taxa de câmbios, taxas de juros, preços de acções, de mercadorias (commodities), entre outros.

3.3.1 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está associado às mudanças do valor de mercado de determinado activo decorrente das variações nas taxas de juros praticadas no mercado, decorrendo daí a possibilidade de alterações aos futuros fluxos de caixa ou ao justo valor dos instrumentos financeiros. O Grupo e Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrência de movimentos não previstos.

Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a Clientes, depósitos e contas correntes de Clientes e recursos de outras instituições de crédito.

A gestão da política e estratégia relacionada com a taxa de juro é definida no comité ALCO, implementado pela Direcção de Mercados e Internacional e controlado pela Direcção de Gestão de Risco.

O quadro seguinte apresenta os instrumentos financeiros do Banco sensíveis a taxa de juros por maturidade:

2018	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	-	794,999	794,999
Disponibilidades sobre instituições de crédito	107,215	-	-	-	107,215
Aplicações em instituições de crédito	4,767,754	239,981	-	-	5,007,735
Activos financeiros	2,580,172	3,827,945	1,494,695	-	7,902,812
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2,618,082	2,216,179	13,151,347	-	17,985,608
Outros activos	1,052,459	-	-	-	1,052,459
Total dos activos não descontados	11,125,682	6,284,105	14,646,042	794,999	32,850,828
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	866,915	-	-	-	866,915
Depósitos e contas correntes	16,310,549	8,489,389	93,288	-	24,893,226
Recursos consignados	-	-	93,153	-	93,153
Empréstimos obrigacionistas	-	-	870,026	-	870,026
Outros Passivos	567,434	-	-	19,143	586,577
Total dos passivos não descontados	17,744,898	8,489,389	1,056,467	19,143	27,309,897

O quadro seguinte apresenta os instrumentos financeiros do Grupo sensíveis da taxa de juros por maturidade:

2018	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	-	1,152,270	1,152,270
Disponibilidades sobre instituições de crédito	107,215	-	-	69,425	176,640
Aplicações em instituições de crédito	4,955,941	239,981	-	-	5,195,922
Activos financeiros	2,729,163	3,903,007	1,501,022	-	8,133,192
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2,811,353	2,341,520	14,760,763	-	19,913,636
Outros activos	1,052,457	-	-	3,069	1,055,526
Total dos activos não descontados	11,656,129	6,484,508	16,261,785	1,224,764	35,627,186
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	867,307	-	-	-	867,307
Depósitos e contas correntes	17,745,253	8,758,230	93,288	-	26,596,771
Recursos consignados	-	-	93,153	-	295,915
Empréstimos obrigacionistas	-	-	870,026	-	870,026
Outros Passivos	593,715	-	-	19,143	612,858
Total dos passivos não descontados	19,206,275	8,758,230	1,259,229	19,143	29,242,877

A sensibilidade na demonstração de resultados e o impacto na alteração das taxas de juro, tendo por base as taxas de Política Monetária do Banco de Moçambique, baseada nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável. A 31 de Dezembro é a seguinte:

	Moza banco	Grupo		
	Aumento /diminuição de pontos base	Impacto nos resultados antes de impostos	Aumento /diminuição de pontos base	Impacto nos resultados antes de impostos
2018	+200 pb	130,650	+200 pb	138,767
	-200 pb	(130,650)	-200 pb	(138,767)
2017	+200 pb	11,898	-	-
	-200 pb	(11,898)	-	-

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial do Banco a 31 de Dezembro:

2018	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em Banco Central	683,883	63,405	11,152	36,539	20	794,999
Disponibilidades sobre instituições de crédito	39,249	15,224	15,670	32,631	4,441	107,215
Aplicações em instituições de crédito	3,628,385	1,134,990	244,342	18	-	5,007,735
Activos financeiros	6,891,616	1,011,196	-	-	-	7,902,812
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14,992,704	2,992,902	2	-	-	17,985,608
Outros activos	645,577	362,753	4,694	17,923	21,512	1,052,459
Total dos activos não descontados	26,881,414	5,580,470	275,860	87,111	25,973	32,850,828
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	866,915	-	-	-	-	866,915
Depósitos e contas correntes	21,539,342	3,001,979	222,609	118,005	11,291	24,893,226
Recursos consignados	93,153	-	-	-	-	93,153
Empréstimos obrigacionistas	870,026	-	-	-	-	870,026
Outros passivos	547,404	27,685	620	2,463	8,405	586,577
Total dos passivos não descontados	23,916,840	3,029,664	223,229	120,468	19,696	27,309,897
Exposição líquida	2,964,574	2,550,806	52,631	(33,357)	6,277	5,540,931

2017	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em Banco Central	424,625	44,020	318,547	19,424	20	806,636
Disponibilidades sobre instituições de crédito	22,131	5,117	647	76,050	11,539	115,484
Aplicações em instituições de crédito	1,703,000	603,247	27,782	-	25,754	2,359,783
Activos financeiros	4,324,553	691,149	-	-	-	5,015,702
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13,308,525	1,972,509	4	-	-	15,281,038
Outros activos	833,562	-	-	-	-	833,562
Total dos activos não descontados	20,616,396	3,316,042	346,980	95,474	37,313	24,412,205
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	15,480	-	-	-	-	15,480
Depósitos e contas correntes	15,221,629	2,574,029	74,288	64,999	25,162	17,960,107
Recursos consignados	208,251	-	-	-	-	208,251
Empréstimos obrigacionistas	869,519	-	-	-	-	869,519
Outros passivos	415,913	-	-	-	-	415,913
Total dos passivos não descontados	16,730,792	2,574,029	74,288	64,999	25,162	19,469,270
Exposição líquida	3,885,604	742,013	272,692	30,475	12,151	4,942,935



A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial do Grupo a 31 de Dezembro:

2018	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em Banco Central	969,868	126,018	14,522	41,842	20	1,152,270
Disponibilidades sobre instituições de crédito	41,847	24,634	22,934	82,784	4,441	176,640
Aplicações em instituições de crédito	3,799,452	1,134,990	261,462	18	-	5,195,922
Activos financeiros	7,121,996	1,011,196	-	-	-	8,133,192
Empréstimos e adiantamentos a clientes	16,695,194	3,218,439	2	1	-	19,913,636
Outros activos	648,645	362,753	4,693	17,923	21,512	1,055,526
	29,277,002	5,878,030	303,613	142,568	25,973	35,627,186
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	867,307	-	-	-	-	867,307
Depósitos e contas correntes	23,035,879	3,185,263	240,535	123,803	11,291	26,596,771
Recursos consignados	295,915	-	-	-	-	295,915
Empréstimos obrigacionistas	870,026	-	-	-	-	870,026
Outros passivos	573,533	27,837	620	2,463	8,405	612,858
	25,642,660	3,213,100	241,155	126,266	19,696	29,242,877
Exposição líquida	3,634,342	2,664,930	62,458	16,302	6,277	6,384,309

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade para eventuais alterações ao câmbio em USD, mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é a mesma que em capital próprio:

	Moza Banco		Grupo		
	Impacto na variação da taxa de câmbio em USD	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto em capitais próprios	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto em capitais próprios
2018	5.0%	127,540	127,540	133,247	133,247
	-5.0%	(127,540)	(127,540)	(133,247)	(133,247)
2017	+5%	37,101	37,101	-	-
	-5%	(37,101)	(37,101)	-	-

Os efeitos por moeda sobre os resultados, assim como sobre os capitais próprios, são determinados de forma independente, o que significa que não há nenhuma compensação económica entre eles.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2018	2017
Dólar Norte-Americano	61.47	59.02
Euro	70.25	70.70
Rand Sul Africano	4.28	4.79

3.4. Risco Operacional

O risco operacional é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de erros ou falhas nos processos de análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de outsourcing, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

O risco operacional tem origem em 4 grandes fontes nomeadamente: processos, recursos humanos, sistemas de informação e eventos externos e pode ser depoletado igualmente por questões de Compliance, Reputacional e Tecnologias de Informação e Comunicação.

Importa referir que o risco operacional deve ser considerado transversal a todos os processos, produtos, actividades e sistemas e por inerência existe em todas as Unidades de Estrutura do Grupo e Banco, pelo que, o Grupo e Banco conduz os seus esforços no sentido de mitigar estes riscos através duma forte estrutura governativa e controlos internos, que incluem uma adequada segregação de funções, acessos, autorização e processos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

A Administração é responsável pela introdução, manutenção e operacionalização de processos e procedimentos eficazes, sendo estes documentados em vários manuais, revistos periodicamente, tendo em conta a necessidade de adequação à realidade. A Direcção de Auditoria e Compliance analisa a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias para a Administração.

3.5. Gestão de capital e risco de solvência

O Grupo e Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Grupo e Banco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidas pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Grupo e Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

A adequabilidade de capital e a utilização do capital regulamentar são monitorados regularmente pela Administração do Grupo e Banco, aplicando técnicas baseadas na legislação emanada pelo Banco de Moçambique em matérias de supervisão. A informação requerida é apresentada mensalmente ao Banco de Moçambique. O Banco Central requer que cada banco cumpra um mínimo de activo de ponderação de risco (rácio de adequabilidade de capital) acima ou no limite de 9% no primeiro ano após a entrada em vigor do novo regulamento aviso nº9/GBM/2017.

O capital regulamentar do Grupo e Banco é gerido pela Direcção de Gestão de Risco e é dividido em duas tiers:

- Tier 1 capital: capital social (líquido de quaisquer valores contabilísticos de acções próprias), resultados transitados e reservas; e
- Tier 2 capital: dívida subordinada, imparidade colectiva e ganhos não realizados de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

A ponderação do risco dos activos é mensurada através de uma hierarquia de cinco riscos, classificada de acordo com a natureza e reflectindo uma estimativa de crédito, mercado e outros riscos associados a cada activo ou contraparte, tomando em consideração os colaterais elegíveis ou garantias. Um tratamento similar é adoptado para as rubricas das extrapatrimoniais com alguns ajustamentos, a fim de reflectirem uma natureza mais contingente de uma perda potencial.

A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Grupo e Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro, à luz das exigências do Banco de Moçambique:

	Mozabanco	
	2018	2017
Fundos próprios de Base (Tier I Capital)		
Capital social	3,943,250	13,841,250
Reservas elegíveis e resultados transitados	5 917 710	(4,952,321)
Activos intangíveis	(209,878)	(298,146)
Imparidades do crédito de acordo com o aviso do BdM (*)	(3 144 499)	(3,513,474)
Resultados negativos provisórios do exercício em curso, em final do mês	(768,403)	(1,458,836)
Fundos próprios de Base (Tier I Capital)	5 738 179	3,618,473
Montante total da participação se a mesma for superior a 10% do capital social da entidade participada	(1,219,670)	-
Fundos próprios de Base (Tier I Capital) - ajustado	4 518 509	3,618,473
Fundos próprios complementares		
Empréstimos obrigacionistas subordinados	868,000	723,999
Outros	2,498	1,977
Montante total da participação se a mesma for superior a 10% do capital social da entidade participada	(304,917)	-
Fundos próprios complementares	565,580	725,976
Outros elementos a deduzir	(231,243)	(90,804)
Fundos próprios de base e complementares	4 852 847	4,253,645
Activos ponderados pelo Risco		
Na posição financeira	17,477,864	14,411,230
Fora da posição financeira	2,503,725	1,407,154
Risco operacional e de mercado	2,383,451	2,311,953
Total dos activos ponderados	22,365,040	18,130,338
Rácios prudenciais		
CORE TIER 1 CAPITAL	40.66%	40.98%
TIER 1 CAPITAL	25.66%	19.96%
RÁCIO GLOBAL	21.70%	23.46%
Rácio de solvência requerido	11.00%	8.00%

(*) Significa a diferença entre o cálculo da imparidade do crédito com base no aviso do BdM e o modelo interno.

4. Margem financeira

A margem financeira apresenta-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Juros e rendimentos similares			
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	2,940,177	3,127,926	2,937,964
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	286,846	171,802	287,300
Juros de activos financeiros através de lucros ou prejuízos	1,186,337	702,998	1,189,436
	4,413,360	4,002,726	4,414,700
Juros e gastos similares			
Juros de recursos de clientes	2,374,583	1,804,128	2,377,082
Juros de recursos consignados	29,363	57,389	31,210
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	39,750	-
Juros de recursos de banco central e instituições de crédito	129,477	132,808	129,477
	22,405	700	22,405
	2,555,828	2,034,775	2,560,174
	1,857,532	1,967,951	1,854,526

5. Serviços e comissões líquidas

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Rendimentos de serviços e comissões			
Por garantias prestadas	141,790	82,020	141,790
Por serviços bancários realizados	233,520	181,580	233,528
Outros rendimentos de serviços e comissões	181,488	149,267	183,242
	556,798	412,867	558,560
Encargos com serviços e comissões			
Por garantias recebidas	2,193	1,615	2,193
Por serviços bancários prestados por terceiros	17,472	13,538	17,472
VISA e Mastercard	68,424	69,804	69,050
Outros encargos com serviços e comissões	7,918	3,548	7,918
	96,007	88,505	96,633
	460,791	324,362	461,927

Tipo de serviço	Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos	Reconhecimento do rédito sob a NIRF 15 (aplicável a partir de 1 Janeiro de 2018)
Serviços bancários de retalho e a empresas	O Banco presta serviços bancários de retalho e a empresas, incluindo a gestão de contas, concessão de créditos sob a forma de descobertos, transacções em moeda estrangeira, cartões de crédito e taxas de serviços. As taxas respeitantes a gestão contínua de contas são cobradas mensalmente na conta do cliente. O Banco define anualmente as taxas separadamente para Clientes bancários de retalho e empresas. As taxas aplicadas em transacções com base em comissões interbancárias, transacções em moeda estrangeira e saques a descoberto são cobradas na conta do cliente quando a transacção ocorre. As taxas de serviço são cobradas mensalmente e são baseadas em taxas fixas revistas anualmente pelo Banco.	O rédito de serviços de agência administrativa é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. Os valores a cobrar de Clientes em 31 de Dezembro são reconhecidos como contas a receber de Clientes. O rédito relacionado às transacções é reconhecido no momento em que a transacção ocorre.
Serviços de banca de investimento	O segmento de banca de investimento do Banco fornece vários serviços relacionados a finanças, incluindo administração de empréstimos e serviços de agência, administração de empréstimos sindicalizado, execução de transacções com Clientes com trocas e subscrição de valores mobiliários. As taxas de serviços em curso são cobradas anualmente no final de cada exercício na conta do cliente. No entanto, se um cliente rescindir o contrato antes de 31 de Dezembro, na rescisão será cobrada uma taxa pelos serviços executados até aquele momento. As taxas baseadas em transacções para administração de um empréstimo sindicalizado, execução de transacções e subscrição de valores mobiliários são cobradas quando a transacção ocorre.	O rédito de serviços de agência administrativa é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. Os valores a cobrar de Clientes em 31 de Dezembro são reconhecidos como contas a receber de Clientes. O rédito relacionado às transacções é reconhecido no momento em que a transacção ocorre.

6. Operações financeiras líquidas

As operações financeiras líquidas apresentam-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Ganhos em operações financeiras			
Ganhos em operações cambiais	8,433,167	8,859,696	8,433,167
Outros ganhos em operações financeiras	115,175	100,103	114,881
	8,548,342	8,959,799	8,548,048
Perdas em operações financeiras			
Perdas em operações cambiais	8,375,482	8,784,782	8,375,482
	8,375,482	8,784,782	8,375,482
Operações financeiras líquidas	172,860	175,017	172,566

7. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal apresentam-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Vencimentos e salários	1,099,499	912,271	1,100,665
Contribuição para o INSS (4%)	38,637	30,762	38,637
	1,138,136	943,033	1,139,302
Colaboradores			
Em 31 de Dezembro, o número de colaboradores efectivos apresenta-se como se segue:			
	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Serviços Centrais	403	391	488
Área Comercial	349	341	435
Total de colaboradores	752	732	923



8. Outros gastos e ganhos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	Moza Banco		Grupo
	2018	2017	2018
Comunicações	120,093	124,406	121,020
Honorários profissionais	303,723	391,207	309,658
Consumíveis	31,524	28,749	32,395
Manutenção e serviços relacionados	315,304	289,213	316,420
Despesas de marketing	28,677	3,276	28,682
Rendas e alugueres	327,663	349,772	328,229
Água, energia e combustíveis	55,496	43,581	56,349
Despesas de deslocação e representação	20,063	17,027	20,225
Despesas de formação	7,747	764	7,759
Custo com abate de Imobilizado	-	4,485	-
Reversão de proveitos de exercícios anteriores	117,082	27,851	116,407
Donativos e quotizações	4,656	8,324	6,225
Outros	306,963	214,300	312,778
Outros gastos operacionais	1,638,991	1,502,955	1,656,147
Ganhos na alienação de activos tangíveis	10,300	2,072	10,300
Outros	197,938	410,174	200,946
Outros ganhos operacionais	208,238	412,246	211,246

A redução registada na rubrica outros ganhos operacionais na demonstração de resultados individual, decorre da reversão de juros com a Linha de Assistência de Liquidez do Banco Central ocorrida em 2017, situação que não se verificou no ano de 2018.

9. Provisões

A rubrica de Provisões apresenta-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Provisões			
Provisões para processos judiciais	766	1,358	768
Processo MITADER	-	25,000	-
Provisões para contas Visa e Mastercard	-	65,000	-
	766	91,358	768

10. Imposto sobre o rendimento

A rubrica de impostos apresenta-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Impostos diferidos	55,000	1,520	55,000
	55,000	1,520	55,000

Os movimentos nos impostos diferidos do Banco apresentam-se como se segue:

	01.01.2018	Demonstração de resultados		Capital próprio		31.12.2018
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
Activos por impostos diferidos						
Activos financeiros disponíveis para venda	44,230	-	-	-	(44,230)	-
Prejuízos Fiscais	150,000	(55,000)	-	-	-	95,000
	194,230	(55,000)	-	-	(44,230)	95,000
Passivos por impostos diferidos						
Activos tangíveis	(8,839)	-	-	-	-	(8,839)
	(8,839)	-	-	-	-	(8,839)
		(55,000)			(44,230)	

A redução do imposto diferido no montante de 55.000 milhares meticais, deve-se à diminuição da expectativa de recuperabilidade do valor como resultado da acumulação de prejuízos.

	01.01.2017	Demonstração de resultados		Capital próprio		31.12.2017
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
Activos por impostos diferidos						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	53,324	(9,094)	44,230
Prejuízos Fiscais	150,000	-	-	-	-	150,000
	150,000	-	-	53,324	(9,094)	194,230
Passivos por impostos diferidos						
Activos tangíveis	(16,413)	(1,520)	-	-	9,094	(8,839)
	(16,413)	(1,520)	-	-	9,094	(8,839)
		(1,520)			53,324	

Os movimentos nos impostos diferidos do Grupo apresentam-se como se segue:

	01.01.2018	Demonstração de resultados		Capital próprio		31.12.2018
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
Activos por impostos diferidos						
Activos financeiros disponíveis para venda	44,230	-	-	-	(44,230)	-
Prejuízos Fiscais	150,000	(55,000)	-	-	-	95,000
	194,230	(55,000)	-	-	(44,230)	95,000
Passivos por impostos diferidos						
Activos tangíveis	(8,839)	-	-	(107)	-	(8,946)
	(8,839)	-	-	(107)	-	(8,946)
		(55,000)			(44,337)	

Reconciliação da taxa efectiva de imposto para o exercício findo de 31 de Dezembro para o Grupo e Banco é como se segue

	Moza Banco		Grupo	
	2018	2017	2018	2018
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Prejuízo antes de imposto		(713,403)		(1,457,316)
Imposto corrente utilizando a taxa de imposto (32%)	32.00%	(228,289)	32%	(466,341)
Benefício fiscal (16%)	16.00%	114,144	16%	233,171
Correcções fiscais				
Encargos não dedutíveis	-12.52%	89,337	-5.75%	83,833
Rendimentos não tributados	32.36%	(230,881)	11.37%	(165,661)
Prejuízo fiscal	35.84%	(255,689)	21.61%	(314,998)
			47.00%	(338,645)

11. Resultados por acção

Ganhos básicos e diluídos por acção

O cálculo dos ganhos básicos e diluídos por acção, baseia-se no prejuízo atribuível aos accionistas ordinários do Banco no valor de 768.403 Milhares de Meticais (2017: Prejuízo: 1.458.836 Milhares de Meticais), Grupo (775.457 milhares de Meticais) e o número médio ponderado de acções ordinárias emitidas até 31 de Dezembro de 2018 de 559.445 (2017: 260.379), calculado como se segue:

Perda atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Prejuízo do exercício	(768,403)	(1,458,836)	(775,457)
Número médio ponderado de acções ordinárias	559,445	260,379	559,445

Resultado por acção

Básicos	(1.37)	(5.60)	(1.39)
Diluídos	(1.37)	(5.60)	(1.39)

Reconciliação do número médio de acções ordinárias para o ano de 2018

	Número de acções	Número médio
31 de Dezembro de 2017	553,650	553,650
21 de Dezembro de 2018	235,000	5,795
	788,650	559,445

Reconciliação do número médio de acções ordinárias para o ano de 2017

	Número de acções	Número médio
01 de Janeiro de 2017	85,168	85,168
28 de Junho de 2017	326,810	163,405
06 de Dezembro de 2017	141,672	11,806
	553,650	260,379

12. Caixa e disponibilidades no Banco Central

Caixa e disponibilidades em Banco Central apresenta-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Caixa	522,436	737,680	616,641
Banco Central	272,563	68,956	535,629
	794,999	806,636	1,152,270

13. Disponibilidades sobre instituições de crédito

As disponibilidades sobre instituições de crédito apresentam-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Bancos nacionais	65,963	21,523	68,560
Bancos estrangeiros	41,252	93,961	108,080
	107,215	115,484	176,640

14. Aplicações sobre instituições de crédito

As aplicações sobre instituições de crédito apresentam-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Depósitos no Banco de Moçambique	-	203,000	-
Depósitos em instituições de crédito	5,007,735	2,156,783	5,195,922
	5,007,735	2,359,783	5,195,922

15. Activos financeiros

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	Moza Banco			Grupo	
	2018	2017	2018	Custo amortizado	Através de lucros ou prejuízos
Bilhetes de Tesouro	5,086,353	-	2,219,262	5,310,406	-
Obrigações de Tesouro (15.1)	1,748,159	-	-	1,748,159	-
Juros corridos	38,116	-	-	38,116	-
Obrigações Corporativas (15.2)	-	-	-	-	-
CPC	-	-	36,743	-	-
Visabeira 2015-2018	155,876	-	152,258	155,876	-
Afrasia Bank	-	-	295,100	-	-
MOZ BOND	883,828	-	779,938	883,828	-
Imparidade	(39,110)	-	(111,448)	(39,110)	-
NPV	-	-	56,293	-	-
Acções					
Emose 2013	-	23,263	23,262	-	23,263
Simo	-	6,327	-	2,682	12,655
	7,873,222	29,590	2,487,818	8,097,275	35,918
Total	7,902,812		5,015,702		8,133,192

A 31 de Dezembro, os activos financeiros por maturidade para o Grupo e Banco excluído as participações em outras sociedades apresentam-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Até 3 meses	2,573,845	393,575	2,722,836
De 3 meses a 1 ano	3,827,945	1,915,762	3,903,007
De 1 ano a 5 anos	1,441,842	2,011,930	1,441,842
Mais de 5 anos	29,590	694,435	29,590
	7,873,222	5,015,702	8,097,275

Os movimentos das imparidades dos activos financeiros em 31 de Dezembro para o Grupo e Banco apresentam-se como se segue:

	Alínea	Mozabanco		Grupo
		2018	2017	2018
Saldo inicial		111,488	316,162	111,488
Impactos da IFRS 9		9,485	9,485	9,485
Saldo Inicial 01.01.2018		120,973	316,162	120,973
Reforço	(a)	58,943	17,779	58,943
Reversão	(b)	(132,545)	(222,453)	(132,545)
Regularizações		(8,261)	-	(8,261)
Saldo final 31.12.2018		39,110	111,488	39,110

Os movimentos de activos financeiros em 31 de Dezembro de 2018 para o Grupo e Banco apresentam-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Saldo inicial	5,015,702	4,573,076	5,458,183
Aquisições	5,609,932	2,308,858	6,142,314
Acréscimos de juros	649,563	164,401	742,050
Alienacões/reembolsos	(3,372,385)	(1,343,420)	(4,208,751)
Diferenças cambiais não realizadas	-	(353,936)	-
Ganhos de justo valor	-	(333,277)	(604)
Saldo final	7,902,812	5,015,702	8,133,192

Em 31 de Dezembro de 2018, as imparidades do exercício foram de 73.602 milhares de Meticais negativos o que representa uma redução de imparidade face a 31 de Dezembro de 2017 em resultado da apreciação do preço de títulos com destaque para o MOZ BOND (2018: 94.71%; 2017: 82.96%). A variação negativa das imparidades é justificada pelas seguinte alíneas, por:

a) Reversão de imparidades no valor de 132.545 milhares de Meticais; e

b) Reforço de imparidades no valor de 58.943 milhares de Meticais.

15.1 Obrigações de Tesouro

Obrigações do Tesouro 2015 - 2ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 28 de Agosto de 2015 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de



10,00%, taxa estabelecida de acordo com as condições de mercado à data de emissão. O capital será reembolsado na data da maturidade, a não ser que o emissor exerça uma call option de reembolso antecipado. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2017 era de 14.468 milhares de Meticais.

Obrigações do Tesouro 2015 – 3ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 1 de Setembro de 2015 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 10,00%, taxa estabelecida de acordo com as condições de mercado à data de emissão. O capital será reembolsado na data da maturidade, a não ser que o emissor exerça uma call option de reembolso antecipado. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2017 era de 19.314 milhares de Meticais.

Obrigações do Tesouro 2015 – 6ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de quatro anos e foram emitidas a 16 de Dezembro de 2015 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual fixa de 10,50%, com reembolso do capital na maturidade do título. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2018 era de 785.492 milhares de Meticais (2017: 577.768 milhares de Meticais)

Obrigações do Tesouro 2016 – 1ª série

Estas obrigações do tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 23 de Março de 2016 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual fixa de 11,00%, com reembolso do capital na maturidade do título. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2018 era de 323.665 milhares de Meticais (2017: 273.684 milhares de Meticais)

Obrigações do Tesouro 2016 – 2ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de quatro anos e foram emitidas a 11 de Maio de 2016 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual fixa de 12,75%, com reembolso do capital na maturidade do título. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2018 era de 136.960 milhares de Meticais (2017: 101.292 milhares de Meticais)

Obrigações do Tesouro 2018 – 5ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 08 de Agosto 2018 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 16,00% nos primeiros dois cupões e os restantes quatro cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias acrescido de uma margem percentual de 1,5%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2018 era de 106.311 milhares de Meticais.

Obrigações do Tesouro 2018 – 6ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 22 de Agosto 2018 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 16,00% nos primeiros dois cupões e os restantes quatro cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem de 1,5%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2018 era de 158.731 milhares de Meticais.

Títulos de Reembolso

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de quatro anos e foram emitidas a 21 de Abril de 2015 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro fixa de 6,0% para o primeiro cupão e os restantes cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias acrescido de uma margem percentual de 0,5% anual. O reembolso do capital será efectuado em três prestações anuais de 33% cada e o remanescente pelo saldo em dívida. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2018 era de 274.563 milhares de Meticais (2017: 575.086 milhares de Meticais).

15.2 Obrigações corporativas

Visabeira 2015 - 2018

Esta obrigação apresenta uma maturidade de cinco anos, tendo sido emitida pela Visabeira em 23 de Março de 2015, com um montante nominal de 100 Meticais por obrigação. O montante nominal ascendeu a 250.000.000 Meticais, os juros são pagos numa base semestral a uma taxa fixa anual de 13% para os 6 primeiros cupões (3 anos) e a uma taxa indexada à FPC + 4,50% para os 4 últimos cupões (2 anos).

Moz Bonds 2016 - 2023

Estas obrigações apresentam uma maturidade de sete anos, tendo sido emitidas em 06 de Abril de 2016, por um valor nominal de 1.000 USD por obrigação, apesar da amortização do capital ter iniciado em Novembro de 2015, o que gerou um período de reembolso antecipado. Este empréstimo rende juros a uma taxa fixa anual de 4,335% sendo os cupões pagos numa base semestral. A responsabilidade com este empréstimo está integralmente coberta por uma garantia emitida pelo Ministério das Finanças da Republica de Moçambique.

Afrasia Bank Ltd. Empréstimo subordinado 2014 - 2020

Estas obrigações apresentam uma maturidade de seis anos, tendo sido emitidas em Janeiro de 2014, com um valor nominal de 100 USD por obrigação. Corresponde a uma dívida subordinada, com pagamentos de cupão semestral, a uma taxa de juro fixa de 4,335%.

Cooperativa de Poupança e Crédito 2014 - 1ª emissão

Estas obrigações apresentam uma maturidade de cinco anos, sendo emitidas em 29 de Outubro de 2014, com um valor nominal de 100 Meticais cada. Com um valor nominal total de 100.000.000 Meticais, os juros são pagos numa base semestral a uma taxa fixa anual de 13% para os 6 primeiros cupões (3 anos) e a uma taxa indexada à FPC + 4,75% para os 4 últimos cupões (2 anos). Não havendo pagamento antecipado por parte do emissor, o qual poderá ocorrer parcial ou integralmente a partir da data do pagamento do 4º cupão, o capital será reembolsado de uma só vez na data do pagamento do último cupão.

15.3 Derivados

O Grupo utiliza Swaps Cambiais e Forwards Cambiais para gerir a situação de liquidez quer em moeda estrangeira quer em Meticais, e nas coberturas de risco de variação de taxa de câmbio e de juro. Estes instrumentos são transaccionados, tanto para actividades de negociação como de cobertura de risco e resultam em uma troca económica de moedas, de preços e taxas de juro. No caso dos Swaps Cambiais existe sempre uma troca de valores nominais. A exposição ao risco de crédito do Banco representa o custo potencial, a preços de mercados, para substituir os contratos de Swaps caso as contrapartes não cumpram a sua obrigação. Para controlar o nível de risco de crédito assumido, o Banco avalia as contrapartes usando a mesma técnica para suas actividades de crédito.

Os valores nominais dos instrumentos financeiros facultam uma base de comparação com instrumentos reconhecidos na demonstração da posição financeira, mas não indicam necessariamente os montantes dos fluxos de caixa futuros ou o justo valor actual dos instrumentos e, portanto, não indicam a exposição do Banco ao crédito ou risco de preço.

Os instrumentos derivados tornam-se favoráveis (activos) ou desfavoráveis (passivos), como resultado de flutuações nas taxas de juro de mercado ou taxas de câmbio relativamente às suas condições.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é apresentado como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Derivados			
FX swaps	-	56,293	-
	-	56,293	-

15.4 Acções e outros títulos de rendimento variável

Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE)

O número de acções detidas na EMOSE (1.163.130) representa 7,4% do total de 15.700.000 novas acções emitidas por esta OPV efectuada em Outubro de 2013. Cada acção tem o valor nominal de 1 Metical e representa o mesmo direito de voto em relação ao restante do capital social.

Sociedade Interbancária Moçambicana (SIMO)

O saldo da SIMO é relativo ao valor das acções detidas pelo grupo na Sociedade Interbancária de Moçambique, uma instituição financeira detida maioritariamente pelo Banco de Moçambique e com participação social dos bancos comerciais. A SIMO tem como missão enquanto entidade financeira a provisão de acesso aos serviços bancários dos seus sócios, nomeadamente, através de infra-estruturas próprias de ATM e POS.

Os movimentos dos activos financeiros em 31 de Dezembro para o Grupo e Banco apresentam-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Saldo inicial	5,015,702	4,573,076	5,458,183
Juros	688,326	164,401	688,326
Aquisições	5,571,169	2,308,858	5,571,169
Alienações/reembolsos	(3,372,385)	(2,030,633)	(3,584,486)
Saldo final	7,902,812	5,015,702	8,133,192

16. Investimentos em subsidiária

Os investimentos em subsidiária apresentam-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Investimentos em Subsidiária			
Banco Terra, SA	1,524,587	-	-
	1,524,587	-	-

O investimento no Banco Terra foi efectuado a 21 de Dezembro de 2018, no valor de 1.524.587 milhares de Meticais, o qual corresponde a 100% da do Capital Social do BTM. A 31 de Dezembro de 2018, os Capitais Próprios da subsidiária apresentam-se como se segue:

17. Empréstimos e adiantamentos a Clientes

Os empréstimos e os adiantamentos a clientes apresentam-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Empresas	18,680,055	14,788,994	20,847,031
Particulares	2,492,691	2,833,561	2,492,691
	21,172,746	17,622,555	23,339,722
Juros especializados e comissões	685,748	605,815	730,533
	21,858,494	18,228,370	24,070,255
Perdas esperadas de crédito	(3,872,886)	(2,947,332)	(4,156,619)
	17,985,608	15,281,038	19,913,636

Os empréstimos e adiantamento por segmento para o Grupo e Banco analisam-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Corporate	7,008,747	6,695,064	7,708,369
Retalho-Empresa	6,554,895	4,791,856	6,890,959
Private	607,763	504,248	659,600
Instituição Pública	2,941,182	3,300,555	3,826,477
Retalho-Particular	4,745,907	2,936,647	4,984,850
	21,858,494	18,228,370	24,070,255
Imparidade do crédito	(3,872,886)	(2,947,332)	(4,156,619)
	17,985,608	15,281,038	19,913,636

Os empréstimos e adiantamentos brutos por moeda para o Grupo e Banco analisam-se como se segue

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Moeda nacional	18,827,235	15,442,822	20,808,999
Moeda estrangeira	3,031,259	2,785,548	3,261,256
	1,524,587	18,228,370	24,070,255

Os empréstimos e adiantamento por stage para o Grupo e Banco analisam-se como se segue:

	Stage 1	Stage 2	Mozabanco		Grupo	
			Stage 3	2018	2017	2018
Em cumprimento - Stage 1	11,487,492	-	-	11,487,492	8,744,033	12,840,041
Em incumprimento mas sem imparidade - Stage 2	-	3,052,633	-	3,052,633	2,871,374	3,308,154
Em incumprimento - Stage 3	-	-	3,445,482	3,445,482	3,665,631	3,765,440
	11,487,492	3,052,633	3,445,482	17,985,608	15,281,038	19,913,636

A maturidade dos empréstimo e contas a receber apresenta-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Até 3 meses	3,098,473	3,344,589	3,187,173
De 3 meses a 1 ano	2,458,995	1,364,553	2,711,870
De 1 ano a 5 anos	10,552,127	9,292,112	12,083,485
Mais de 5 anos	5,748,899	4,227,116	6,087,727
	21,858,494	18,228,370	24,070,255

Imparidade de crédito

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

	Alinea	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Mozabanco		Grupo
					2018	2017	2018
Saldo Inicial 01.01.2018		215,532	354,002	2,377,798	2,947,332		3,152,592
Impactos da IFRS 9		(70,607)	543,780	255,215	728,388		800,731
Reforço	(c)	153,124	408,565	498,819	1,060,507		1,226,064
Reversão	(d)	(312,985)	(319,667)	(138,752)	(771,403)		(893,947)
Regularizações		-	-	(91,938)	(91,938)		(128,821)
Saldo final 31.12.2018		(14,936)	986,680	2,901,142	3,872,886		4,156,619

Em 31 de Dezembro de 2018, as perdas por imparidades do exercício fixaram-se em 289.104 milhares de Meticais, o que corresponde a um reforço de imparidade face ao ano transacto. A variação positiva das imparidades decorre do reforço de imparidade no valor de 1.060.507 milhares de Meticais (alínea c) e reversão de imparidade no montante de 771.403 milhares de Meticais (alínea d)). A distribuição das imparidades de acordo com o rating interno do Grupo e Banco apresenta-se como se segue:

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Mozabanco		Grupo
				2018	2017	2018
Em cumprimento	262,593	-	-	262,593	215,532	300,293
Em incumprimento mas sem imparidade	-	761,035	-	761,035	354,002	764,676
Em incumprimento	-	-	2,849,258	2,849,258	2,377,798	3,091,650
	262,593	761,035	2,849,258	3,872,886	2,947,332	4,156,619

18. Outros activos

Os outros activos apresentam-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Outros recebimentos	374,650	674,663	374,650
Acréscimos e diferimentos	130,461	42,224	140,784
Inventarios	19,570	9,313	19,570
Contas de compensação	23,516	203,045	8,868
Outros	757,116	118,856	764,508
Imparidades Outros Activos	(252,854)	(214,539)	(252,854)
	1,052,459	833,562	1,055,526

A análise da concentração do risco por indústria para o Grupo e Banco apresenta-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Governamental	769,739	-	851,713
Retalho	3,536,314	922,911	3,916,099
Construção civil	886,941	26,080	981,203
Indústria Transformadora	1,702,767	2,457,381	1,885,704
Particulares	2,843,634	4,583,250	3,151,586
Serviços	5,796,010	2,389,206	6,414,350
Transportes e comunicações	1,476,763	73,665	1,635,175
Outros	973,440	4,828,545	1,077,806
	17,985,608	15,281,038	19,913,636

Os empréstimos e adiantamento por stage para o Grupo e Banco analisam-se como se segue:

	Stage 1	Stage 2	Mozabanco		Grupo	
			Stage 3	2018	2017	2018
Em cumprimento - Stage 1	11,487,492	-	-	11,487,492	8,744,033	12,840,041
Em incumprimento mas sem imparidade - Stage 2	-	3,052,633	-	3,052,633	2,871,374	3,308,154
Em incumprimento - Stage 3	-	-	3,445,482	3,445,482	3,665,631	3,765,440
	11,487,492	3,052,633	3,445,482	17,985,608	15,281,038	19,913,636

A maturidade dos empréstimo e contas a receber apresenta-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Até 3 meses	3,098,473	3,344,589	3,187,173
De 3 meses a 1 ano	2,458,995	1,364,553	2,711,870
De 1 ano a 5 anos	10,552,127	9,292,112	12,083,485
Mais de 5 anos	5,748,899	4,227,116	6,087,727
	21,858,494	18,228,370	24,070,255

Imparidade de crédito

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

	Alinea	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Mozabanco		Grupo
					2018	2017	2018
Saldo Inicial 01.01.2018		215,532	354,002	2,377,798	2,947,332		3,152,592
Impactos da IFRS 9		(70,607)	543,780	255,215	728,388		800,731
Reforço	(c)	153,124	408,565	498,819	1,060,507		1,226,064
Reversão</							

Relatório e Contas 2018

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante o exercício para o Grupo e Banco apresenta-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Saldo Inicial	571,915	566,278	629,734
Aumentos	-	42,581	113,866
Diminuições	(101,731)	(36,944)	(101,731)
Imparidade	(162,527)	(162,527)	(162,527)
Saldo final	307,657	409,388	479,342

A variação positiva registada no exercício de 2018 no montante de 113.866 Milhares de Meticals nas Demonstrações Financeiras do Grupo deveu-se às acções de execução levadas a cabo sobre clientes com créditos irregulares pela subsidiária. Ainda em 2018, a empresa-mãe registou uma redução do valor de activos em dação, destacando-se ainda a transferência para a conta Propriedade de Investimentos de dois imóveis que o Banco está a arrendar a terceiros no valor total de 93.104 Milhares de Meticals.

As imparidades sobre os activos em dação não sofreram alterações durante do exercício económico de 2018, fixando-se em 162.527 Milhares de Meticals.

20. Propriedades de investimento

O movimento desta rubrica é o seguinte:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Custo			
A 01 de Janeiro de 2016	35,594	35,594	
Aumentos	-	-	
A 31 de Dezembro de 2017	35,594	35,594	
Aumentos	93,104	93,104	
A 31 de Dezembro de 2018	128,698	128,698	
Amortização			
A 01 de Janeiro de 2017	356	356	
Amortização do período	1,424	1,424	
A 31 de Dezembro de 2017	1,780	1,780	
Amortização do período	4,527	4,527	
A 31 de Dezembro de 2018	6,307	6,307	
Quantia escriturada			
A 31 de Dezembro de 2017	33,814	33,814	
A 31 de Dezembro de 2018	122,391	122,391	

21. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis para o Banco é o seguinte:

	Edifícios arrendados		Equipamento	Investimento em curso	Outros	Total
	2018	2017	2018	2017	2018	2018
Custo						
A 01 de Janeiro de 2017	1,016,981	965,564	287,271	2,088	2,271,904	
Aumentos	4,453	7,128	36,198	-	47,779	
Abates	(86,428)	(14,366)	(2,483)	-	(103,277)	
Transferências	75,288	69,165	(144,453)	-	-	
A 31 de Dezembro de 2017	1,010,294	1,027,491	176,533	2,088	2,216,406	
Aumentos	53,325	148,786	72,550	433	275,094	
Abates	(55,851)	(7,923)	(40,497)	-	(104,271)	
Transferências	59,328	38,151	(97,479)	-	-	
A 31 de Dezembro de 2018	1,067,096	1,206,505	111,107	2,521	2,387,229	

	Edifícios arrendados		Equipamento	Investimento em curso	Outros	Total
	2018	2017	2018	2017	2018	2018
Depreciação e imparidade						
A 01 de Janeiro de 2017	284,943	467,465	-	2,088	754,496	
Depreciação do ano	96,433	166,186	-	-	262,619	
Alienações/regularizações	(4,685)	(8,463)	-	-	(13,148)	
A 31 de Dezembro de 2017	376,691	625,188	-	2,088	1,003,967	
Depreciação do ano	97,770	161,459	-	-	259,229	
Alienações/regularizações	(4,994)	(6,342)	-	-	(11,336)	
A 31 de Dezembro de 2018	469,467	780,305	-	2,088	1,251,860	
Quantia escriturada						
A 31 de Dezembro de 2017	633,603	402,303	176,533	-	1,212,439	
A 31 de Dezembro de 2018	597,629	426,200	111,107	433	1,135,369	

O movimento dos activos tangíveis do Grupo é o seguinte:

	Edifícios arrendados		Equipamento	Investimento em curso	Outros	Total
	2018	2017	2018	2017	2018	2018
Custo						
A 01 de Janeiro de 2017	1,094,276	1,209,605	184,316	2,088	2,490,285	
Aumentos	53,325	148,786	72,550	433	275,094	
Abates	(55,851)	(7,923)	(40,497)	-	(104,271)	
Transferências	59,328	38,151	(97,479)	-	-	
A 31 de Dezembro de 2018	1,151,078	1,388,619	118,890	2,521	2,661,108	

	Edifícios arrendados		Equipamento	Investimento em curso	Outros	Total
	2018	2017	2018	2017	2018	2018
Depreciação						
A 31 de Dezembro de 2017	444,386	765,456	-	2,088	1,211,930	
Depreciação do ano	97,770	187,105	-	-	284,875	
Alienações/regularizações	(4,994)	(6,342)	-	-	(11,336)	
A 31 de Dezembro de 2018	537,162	946,219	-	2,088	1,485,469	
Quantia escriturada						
A 31 de Dezembro de 2018	613,916	442,400	118,890	433	1,175,639	

22. Activos intangíveis

O movimento dos activos intangíveis para o Banco é o seguinte:

	Software		Investimento em curso	Total
	2018	2017	2018	2018
Custo				
A 01 de Janeiro de 2017	770,270	12,465	782,735	
Aumentos	3,615	5,258	8,873	
Abates	(12,232)	-	(12,232)	
A 31 de Dezembro de 2017	761,653	17,723	779,376	
Aumentos	6,764	22,323	29,087	
Abates	21,578	(21,578)	-	
A 31 de Dezembro de 2018	789,995	18,468	808,463	

	Software		Investimento em curso	Total
	2018	2017	2018	2018
Amortização e imparidade				
A 01 de Janeiro de 2017	359,279	-	359,279	
Amortizações do período	129,697	-	129,697	
Abates	(7,747)	-	(7,747)	
A 31 de Dezembro de 2017	481,229	-	481,229	
Amortizações do período	117,356	-	117,356	
Abates	-	-	-	
A 31 de Dezembro de 2018	598,585	-	598,585	
Quantia escriturada				
A 31 de Dezembro de 2017	280,424	17,723	298,147	
A 31 de Dezembro de 2018	191,410	18,468	209,878	

O movimento dos activos intangíveis do Grupo é o seguinte:

	Software		Investimento em curso	Total
	2018	2017	2018	2018
Custo				
A 31 de Dezembro de 2017	941,190	17,723	958,913	
Aumentos	11,069	22,323	33,392	
Abates	21,578	(21,578)	-	
A 31 de Dezembro de 2018	973,838	18,468	992,305	

	Software		Investimento em curso	Total
	2018	2017	2018	2018
Amortização e imparidade				
A 31 de Dezembro de 2017	628,704	-	628,703	
Amortizações do período	129,748	-	129,748	
Abates	-	-	-	
A 31 de Dezembro de 2018	758,452	-	758,452	
Quantia escriturada				
A 31 de Dezembro de 2018	215,386	18,468	233,853	
Diferença de Consolidação do Banco Terra (Goodwill)	-	-	427,033	
Total	215,386	18,468	660,886	

O *Goodwill* registado, corresponde ao prémio pela aquisição de 100% das acções do Banco Terra. A administração analisou o valor do *goodwill* a 31 de Dezembro 2018 e concluiu que o mesmo não está em imparidade no final do ano.

23. Activos por Impostos Correntes

Activos por impostos correntes apresentam-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Pagamentos por conta de IRPC	38,365	38,265	38,365
Retenção na fonte de IRPC	127,218	77,510	138,517
Total	165,583	115,775	176,882

24. Recursos de instituições de crédito

Os Recursos de Instituições de Crédito incluindo Banco de Moçambique apresentam-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Depósitos à ordem	59,733	3,748	59,733
Depósitos a prazo	807,182	11,732	807,574
Total	866,915	15,480	867,307

A maturidade dos recursos de Instituições de crédito incluindo o Banco de Moçambique apresentam-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Até 3 meses	866,915	15,480	867,307
Total	866,915	15,480	867,307

25. Depósitos e contas correntes

Depósitos e contas correntes apresentam-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Depósitos à ordem	8,001,910	6,787,523	8,923,358
Depósitos a prazo	16,403,752	11,128,128	17,185,849
Outros	487,564	44,456	487,564
Total	24,893,226	17,960,107	26,596,771

A maturidade dos depósitos e contas correntes apresentam-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
À ordem	8,368,870	7,270,029	9,289,551
Até 3 meses	7,941,684	4,229,168	8,454,904
De 3 meses a 1 ano	8,489,389	6,434,755	8,759,033
De 1 ano a 5 anos	91,548	24,787	91,548
Mais de 5 anos	1,735	1,368	1,735
Total	24,893,226	17,960,107	26,596,771

26. Recursos consignados

Depósitos e contas correntes apresentam-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Capital	87,237	194,217	231,988
Juros	5,916	14,035	63,927
Total	93,153	208,251	295,915



i) O Moza Banco rubricou um acordo com o Banco Europeu de Investimento (BEI) para a concessão de um empréstimo destinado a apoiar as suas actividades de financiamento às Pequenas e Médias Empresas, como parte do seu programa de apoio ao Sector Privado em Moçambique. Os sectores de actividade financiados no âmbito deste programa incluem a agro-indústria, o turismo, a indústria transformadora e energias renováveis. O empréstimo de 5 milhões de Euros (200.4 milhões de Meticals), foi disponibilizado em Dezembro de 2014 pelo prazo de 5 anos, e amortizado em Meticais, devendo ser reembolsado em tranches semestrais iguais de capital e juros a uma taxa fixa de 8,9%.

ii) Foi igualmente celebrado um acordo com o Ministério da Indústria e Comércio de acesso aos fundos concedidos pelo Governo Italiano, sob a forma de um empréstimo (PRSP - Programa de Relançamento do Sector Privado) destinado a apoiar actividades do sector privado directamente afectadas por desastres naturais que ocorreram em 2000 / 2001. O empréstimo desembolsado a 31 de Março de 2015, ascende a 120 milhões de Meticais, durante um período de 5 anos. O cupão é pago a cada seis meses a uma taxa fixa de 10,00% ao ano.

iii) Por último, foi também celebrado um acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (AFDB) para a concessão de um empréstimo especificado para ser utilizado para empréstimos de longo prazo para Pequenas e Médias Empresas (PME's), em uma série de sectores da economia moçambicana, em que foram incluídos o sector agrícola, agronegócio e manufatura. O empréstimo ascende a 9 milhões de Dólares americanos, por 5 anos, com taxa de juro indexada a bilhetes de tesouro de 6 meses, acrescido de um spread.

iv) No dia 30 de Maio de 2012, o Grupo rubricou um acordo com o governo da República de Moçambique e o Kuwait Fund for Arab Economic Development, no âmbito do qual assume a gestão de um fundo destinado a financiar a agricultura e micro-negócios de produção de alimentos e serviços relacionados, sem prazo de reembolso definido. Em 31 de Dezembro de 2018, o valor deste fundo era de 130.639 milhares de Meticals.

27. Outros passivos

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Contas a pagar	181,717	101,063	198,731
Acrescimento de gastos	208,762	159,144	214,923
Rendimentos diferidos	69,340	64,171	69,340
Provisões	87,995	91,535	91,101
	547,814	415,913	574,095
Derivados	38,763	-	38,763
	586,577	415,913	612,858

Moza Banco 2013-2023 - empréstimo subordinado

O empréstimo subordinado apresenta uma maturidade de dez anos, tendo sido emitida pelo Moza Banco em 27 de Dezembro de 2013, com um valor nominal de 100 Meticais cada obrigação. O valor desta emissão foi de 750.000.000 de Meticais, e os juros são pagos numa base semestral a uma taxa fixa anual de 14,5%. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor que poderá ocorrer a partir do 5º ano com a aprovação preliminar do Banco de Moçambique, o capital será pago na data da maturidade.

Moza Banco 2016-2022 - empréstimo subordinado

O empréstimo subordinado apresenta uma maturidade de 6 anos, tendo sido emitido pelo Moza Banco em 31 de Março de 2016, com um valor nominal de 100 Meticais cada obrigação. Com um valor nominal total de 118.000.000 de Meticais, os juros são pagos numa base mensal a uma taxa fixa anual de 17%. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor que poderá ocorrer a partir do 5º ano com a aprovação preliminar do Banco de Moçambique, o capital será pago na data da maturidade.

28. Empréstimos obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas apresentam-se como se segue:

	Mozabanco			Grupo
	2018	2017	2018	2018
Empréstimos Obrigacionistas Subordinados	868,000	868,000	868,000	868,000
Juros	2,026	1,519	2,026	2,026
	870,026	869,519	870,026	870,026

A maturidade dos empréstimos obrigacionistas apresenta-se como se segue:

	Mozabanco			Grupo
	2018	2017	2018	2018
Até 3 meses	-	-	-	-
De 3 meses a 1 ano	870,026	750,962	870,026	870,026
De 1 ano a 5 anos	-	118,557	-	-
Mais de 5 anos	-	-	-	-
	870,026	869,519	870,026	870,026

29. Capital social

A 31 de Dezembro, o Capital Social do Moza Banco encontra-se totalmente subscrito e realizado, apresentando-se como se segue:

31.12.2018	Número de acções	Valor nominal	Total do capital social	% capital social
Accionista				
Kuhanha	468,482	5,000	2,342,410	59,40%
Arise	235,000	5,000	1,175,000	29,80%
Moçambique Capitais, S.A.	43,435	5,000	217,175	5,51%
Novo Banco	41,732	5,000	208,660	5,29%
Dr. António Matos	1	5,000	5	0,00%
	788,650		3,943,250	100%

31.12.2017	Número de acções	Valor nominal	Total do capital social	% capital social
Accionista				
Kuhanha	468,482	25,000	11,712,050	84,62%
Moçambique Capitais, S.A.	43,435	25,000	1,085,875	7,85%
Novo Banco	41,732	25,000	1,043,300	7,54%
Dr. António Matos	1	25,000	25	0,00%
	553,650		13,841,250	100%

Em 2018, o Banco aumentou o seu capital social em 1.175.000 Milhares de Meticals, equivalente a 235.000 novas acções as quais foram realizadas na íntegra pela Arise B.V. em 2018, foi reduzido o capital social através da absorção dos prejuízos acumulados e redução do valor nominal no montante de 6.472.705 Meticals e 4.600.295 Meticals respectivamente.

30. Reservas

As reservas apresentam-se como se segue:

	Mozabanco		Grupo
	2018	2017	2018
Reserva de justo valor	-	(232,203)	-
Reserva legal	4,661,843	61,548	4,661,843
Prémio de emissão	1,993,740	-	1,993,740
	6,655,583	(170,655)	6,655,583

Nos termos da legislação moçambicana, o Grupo e Banco deve alocar anualmente uma reserva legal de pelo menos 15% dos seus lucros líquidos auditados, até que seja igual ao capital social.

O prémio de emissão no montante de 1.993 milhares de Meticals, resulta da diferença entre o valor da subscrição das 235.000 acções de 13.484 Meticals e o valor nominal de 5.000 Meticals.

31. Justo valor dos Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros do Banco é a seguinte:

2018	Activos financeiros através de lucros ou prejuízos	Activos financeiros através outro rendimento integral	Custo amortizado	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	794,999	794,999
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	107,215	107,215
Aplicações em instituições de crédito	-	-	5,007,735	5,007,735
Activos financeiros	-	29,590	7,873,222	7,902,812
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	17,985,608	17,985,608
Outros activos	-	-	528,627	528,627
Total do activo	-	29,590	32,297,406	32,326,996

	Activos financeiros através de lucros ou prejuízos	Outros Passivos Financeiros	Passivos não financeiros	Total
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	866,915	-	866,915
Depósitos e contas correntes	-	24,893,226	-	24,893,226
Recursos consignados	-	93,153	-	93,153
Outros passivos	38,763	547,814	-	586,577
Empréstimos obrigacionistas	-	870,026	-	870,026
Total do Passivo	-	27,271,134	-	27,309,897

2017	Activos financeiros através de lucros ou prejuízos	Activos financeiros através outro rendimento integral	Custo amortizado	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	806,636	806,636
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	115,484	115,484
Aplicações em instituições de crédito	-	-	2,359,783	2,359,783
Activos financeiros	2,487,818	2,527,884	-	5,015,702
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	15,281,038	15,281,038
Outros activos	-	-	42,224	42,224
Total do activo	2,487,818	2,527,884	18,605,165	23,620,867

	Activos financeiros através de lucros ou prejuízos	Outros Passivos Financeiros	Passivos não financeiros	Total
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	15,480	-	15,480
Depósitos e contas correntes	-	17,960,107	-	17,960,107
Recursos consignados	-	208,251	-	208,251
Outros passivos	-	415,912	-	415,912
Empréstimos obrigacionistas	-	869,519	-	869,519
Total do Passivo	-	19,469,269	-	19,469,269

A classificação dos instrumentos financeiros para o Grupo é a seguinte:

2018	Activos financeiros através de lucros ou prejuízos	Activos financeiros através outro rendimento integral	Custo amortizado	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	1,152,270	1,152,270
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	176,640	176,640
Aplicações em instituições de crédito	-	-	5,195,922	5,195,922
Activos financeiros	-	29,590	8,103,602	8,133,192
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	19,913,636	19,913,636
Outros activos	-	-	524,302	524,302
Total do activo	-	29,590	35,066,372	35,095,962

	Activos financeiros através de lucros ou prejuízos	Outros Passivos Financeiros	Passivos não financeiros	Total
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	867,307	-	867,307
Depósitos e contas correntes	-	26,596,771	-	26,596,771
Recursos consignados	-	295,915	-	295,915
Outros passivos	38,763	574,095	-	612,858
Empréstimos obrigacionistas	-	870,026	-	870,026
Total do Passivo	38,763	27,271,134	-	29,242,877

www.mozabanco.co.mz

Call Center: 82 20 20 / 84 20 20 / 21 34 20 20 | facebook.com/Mozabanco | @mozabanco



Relatório e Contas 2018

Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Grupo e o Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para as quais os *inputs* que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

O Grupo e Banco valorizam as obrigações do tesouro de acordo com o valor presente nos activos financeiros disponíveis para venda, apenas aplicável ao exercício económico de 2017 e ao custo amortizado para o exercício económico de 2018. As taxas de juro utilizadas para determinar os factores de desconto são variáveis observadas no mercado, designadamente as taxas médias de colocação de Bilhetes de Tesouro e Obrigações do Tesouro as taxas de 13.58% a 22.54% (23.45% a 30.15% em 2017).

Nível 3: Técnicas que utilizam *inputs* que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da posição financeira apenas quando existe um mercado activo. Para Títulos do Governo para os quais não existe um mercado activo, o Grupo e Banco utiliza o modelo de desconto. O justo valor de instrumentos não cotados, empréstimos de bancos e outros passivos financeiros é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para dívidas em condições semelhantes, o risco de crédito e prazo remanescente.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor para o Banco:

2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	794,999	-	794,999
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	107,215	-	107,215
Aplicações em instituições de crédito	-	5,007,735	-	5,007,735
Activos financeiros	2,630,993	5,271,819	-	7,902,812
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	17,985,608	-	17,985,608
Outros activos	-	528,627	-	528,627
	2,630,993	29,696,003	-	32,326,996
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	-	866,915	-	866,915
Depósitos e contas correntes	-	24,893,226	-	24,893,226
Recursos consignados	-	93,153	-	93,153
Empréstimos obrigacionistas	-	870,026	-	870,026
Outros passivos	-	586,577	-	586,577
	-	27,309,897	-	27,309,897

2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	806,636	-	806,636
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	115,484	-	115,484
Aplicações em instituições de crédito	-	2,359,783	-	2,359,783
Carteira de títulos	2,442,364	2,573,338	-	5,015,702
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	15,281,038	-	15,281,038
Outros activos	-	42,224	-	42,224
	2,442,364	21,178,503	-	23,620,867
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	-	15,480	-	15,480
Depósitos e contas correntes	-	17,960,107	-	17,960,107
Recursos consignados	-	208,251	-	208,251
Empréstimos obrigacionistas	-	869,519	-	869,519
Outros passivos	-	415,912	-	415,912
	-	19,469,269	-	19,469,269

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor para o Grupo:

2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	1,152,270	-	1,152,270
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	176,640	-	176,640
Aplicações em instituições de crédito	-	5,195,922	-	5,195,922
Activos financeiros	2,630,993	5,502,199	-	8,133,192
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	19,913,636	-	19,913,636
Outros activos	-	524,302	-	524,302
	2,630,993	32,464,969	-	35,095,962
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	-	867,307	-	867,307
Depósitos e contas correntes	-	26,596,771	-	26,596,771
Recursos consignados	-	295,915	-	295,915
Empréstimos obrigacionistas	-	870,026	-	870,026
Outros passivos	-	612,858	-	612,858
	-	29,242,877	-	29,242,877

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação do justo valor com as quantias escrituradas dos instrumentos financeiros do Banco que não estão mensurados ao justo valor nas Demonstrações Financeiras:

	Moza Banco				Grupo	
	2018		2017		2018	
	Quantia Escriturada	Justo valor	Quantia Escriturada	Justo valor	Quantia Escriturada	Justo valor
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em Banco Central	794,999	794,999	806,636	806,636	1,152,270	1,152,270
Disponibilidades sobre instituições de crédito	107,215	107,215	115,484	115,484	176,640	176,640
Aplicações em instituições de crédito	5,007,735	5,007,735	2,359,783	2,359,783	5,195,922	5,195,922
Activos financeiros	7,902,812	7,902,812	5,015,702	5,015,702	8,133,192	8,133,192
Empréstimos e adiantamentos a clientes	17,985,608	16,906,472	15,281,038	14,364,176	19,913,636	18,718,818
Outros activos	1,052,459	1,052,459	833,562	833,562	1,055,526	1,055,526
	32,850,828	31,771,692	24,412,205	23,495,343	35,627,186	34,432,368
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	866,915	892,915	15,480	15,944	867,307	893,318
Depósitos e contas correntes	24,893,226	25,888,954	17,960,107	18,678,511	26,596,771	27,660,641
Recursos consignados	93,153	90,358	208,251	202,003	295,915	287,037
Empréstimos obrigacionistas	870,026	913,527	869,519	912,995	870,026	913,527
Outros passivos	586,577	586,595	415,913	415,925	612,858	612,876
	27,309,897	28,372,349	19,469,270	20,225,378	29,242,877	30,367,399
	5,540,931	3,399,343	4,942,935	3,269,966	6,384,309	4,064,969

A gestão considera que o Caixa e Disponibilidades no Banco Central e Disponibilidades em Instituições de Crédito aproximam-se do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo Valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e activos financeiros detidos para venda são obtidos com base no mercado activo, assim como obtidos através da utilização do valor presente, baseado com variáveis observáveis no mercado, tais como Bilhetes do Tesouro, variando entre 23.45% e 30.15% (23.16% e 28,84% em 2016).

- O Banco apresenta instrumentos financeiros derivados, tais como swaps e forwards cambiais. A técnica aplicada na valorização inclui os preços forward. O modelo incorpora inputs tais como as taxas de juro spot e forward, as yield curves das respectivas moedas e os spreads entre as curvas de taxa de juro e as curvas de taxa de câmbio forward.

- O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, tais como aplicações em instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, recursos de instituições de crédito, depósitos e contas correntes e empréstimos obrigacionistas são obtidos através do valor presente.

32. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como se segue:

Accionistas		Aplicações em Instituições de Crédito	Empréstimos e adiantamentos a crédito	Recursos de instituições de Crédito	Depósitos e contas correntes
Kuhanha	2018	-	-	-	2,133,344
	2017	-	-	-	1,789,316
Arise B.V.	2018	-	-	-	17
	2017	-	-	-	-
Moçambique Capitais	2018	-	8	-	6,286
	2017	-	197	-	1,307
Novo Banco	2018	-	-	127	-
	2017	246,075	-	11,806	-
Almeida Matos	2018	-	113	-	23,077
	2017	-	-	-	14,183
		246,075	318	11,933	3,958,530

Os saldos com o pessoal chave de gestão apresentam-se como se segue:

Pessoal Chave de Gestão		Empréstimos e adiantamentos a crédito	Depósitos e contas correntes	Locações Operacionais	Juros Suportados	Juros obtidos
Administração	2018	7,104	43,868	-	-	-
	2017	99,302	39,151	-	-	-
Moçambique Capitais	2018	-	-	6,868	781	-
	2017	-	-	7,137	78	31

As transacções com as partes relacionadas apresentam-se como se segue:

33. Contingências e compromissos

Contingências

	Moza Banco		Grupo
	2018	2017	2018
Garantias	5,774,739	2,216,539	5,915,607
Cartas de crédito	931,567	845,780	931,567
	6,706,306	3,062,319	6,847,174

Locações operacionais - Banco como locatário

O Grupo e Banco celebrou contratos de locação operacional relativos a agências e instalações onde funciona a sua sede social. Estas locações têm duração média de 8 a 10 anos, com opção de renovar o contrato após o vencimento. Os valores dos contratos são ajustados anualmente para reflectir a inflação do mercado. As rendas mínimas a pagar de operações de locação operacional irrevogáveis eram as seguintes à data de 31 de Dezembro:

Locações operacionais Banco como Locatário	Moza Banco		Grupo
	2018	2017	2018
Até 1 ano	321,299	249,417	374,570
Entre 1 e 5 anos	503,323	478,096	616,718
Mais de 5 anos	87,385	361,935	87,385
	912,007	1,089,449	1,078,673

34. Pressuposto da continuidade

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, o Grupo e o Banco registou um prejuízo de 768 milhões de Meticals (2017: prejuízo de 1.459 milhões de Meticals) e Grupo 775 milhares de Meticals, correspondente a uma melhoria no desempenho de 47% face ao ano transacto, o qual resulta principalmente do contributo positivo que foi dado pelas comissões líquidas e redução das imparidades devido aos esforços visando a contenção da deterioração da Carteira de Crédito.

Em 2017, o Moza Banco apresentou, no âmbito de recapitalização da instituição, um novo Plano Estratégico, dividido em duas fases (fase de ajustamento e fase de crescimento) a implementar até 2021. No que concerne ao nível de execução do Plano para o primeiro estágio de ciclo "ajustamento", em linhas gerais, e não obstante a manutenção de uma conjuntura económica adversa, o Banco realizou com sucesso os objectivos de consolidação da sua actividade.

Importa salientar que no contexto da operação estruturada de reestruturação do capital social do Moza Banco, o qual culminou com a entrada da Arise na estrutura accionista do Banco e aquisição do Banco Terra Moçambique (BTM), o Plano Estratégico em vigor deverá ser adequado tendo em conta o projecto de fusão do Moza Banco e BTM, com o intuito de construir uma entidade combinada mais forte.

35. Acontecimentos após a data do balanço

No dia 14 de Março de 2019, ocorreu um ciclone (IDA1) na região Centro de Moçambique, o qual afectou significativamente a cidade da Beira e regiões arredores onde o Banco possui 4 agências bancárias. De acordo com informações recolhidas, não foram registados danos materiais às unidades de negócio do Banco pelo que as mesmas já encontram-se operacionais.

Relativamente ao impacto na carteira de crédito, ainda não é possível quantificar, estando o Banco a efectuar o acompanhamento dos factos de modo a poder determinar com fiabilidade o impacto financeiro decorrente do desastre na sua carteira.

No nosso entender o impacto não ir-se-á limitar numa perspectiva local, mas sim a nível nacional face a importância regional e económica do Centro para o País.

MOZA

O valor é teu.

Call Center: 82 20 20 / 84 20 20 / 21 34 20 20 | facebook.com/Mozabanco | @mozabanco
www.mozabanco.co.mz





KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício HOLLARD
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 700
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mfinformation@kpmg.com
Web: www.kpmg.co.mz

Relatório dos Auditores Independentes

Para a Administração do Moza Banco, S.A

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do Moza Banco, S.A (o grupo e o banco), constantes das páginas 7 a 93, que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada e separada em 31 de Dezembro de 2018, e a demonstração de resultados consolidada e individual, demonstração do rendimento integral consolidada e individual, demonstração de alterações no capital próprio consolidada e individual e a demonstração de fluxos de caixa consolidada e individual do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais, incluindo um sumário das principais políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais apresentam de forma apropriada, em todos aspectos materiais, a posição financeira consolidada e individual do Moza Banco S.A em 31 de Dezembro de 2018, e o seu desempenho financeiro consolidado e individual e fluxos de caixa consolidados e individuais do exercício findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Base de Opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção de *Responsabilidades dos Auditores com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais* do nosso relatório. Somos independentes do grupo e do banco de acordo com o Código de Ética para Revisores Oficiais de Contas da Federação Internacional de Contabilistas (Código IESBA) e também de acordo com outros requisitos de independência aplicáveis à realização de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fornecer uma base para a emissão da nossa opinião.

Matérias Relevantes de Auditoria

As matérias relevantes de auditoria são aquelas matérias que, em nosso julgamento profissional, foram mais significativas na nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais do período corrente. Essas matérias foram abordadas no âmbito da nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais como um todo e na formulação da nossa opinião sobre as mesmas, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Imparidade de instrumentos financeiros	
Consulte as notas 1.3, 1.4h, 1.4K(v), 15 e 17 das demonstrações financeiras	
Esta matéria relevante de auditoria é aplicável tanto para as demonstrações financeiras consolidadas como para as individuais.	
Matéria Relevante de Auditoria	Como foi abordada a matéria na nossa auditoria
<p>O principal negócio do Grupo e do Banco é conceder empréstimos e adiantamentos a clientes. As actividades do Grupo e do Banco também resultam na aquisição de bilhetes do tesouro e obrigações do governo, que estão reflectidos como investimentos financeiros na demonstração da posição financeira consolidada e individual. Os empréstimos e adiantamentos a clientes nas demonstrações financeiras do Banco e do Grupo totalizaram 18.2 bilhões de Meticals em 31 de Dezembro de 2018 (31 de Dezembro de 2017: 15.3 bilhões de Meticals) e 20.1 bilhões de Meticals (2017: nulo) respectivamente. Os activos financeiros do Grupo e do Banco totalizavam 7.9 bilhões de Meticals (2017: 5 bilhões de Meticals) e 8.1 bilhões de Meticals (2017: nulo) respectivamente.</p> <p>As estimas as perdas de crédito esperadas para empréstimos e adiantamentos a clientes e investimentos financeiros, no estágio 3 e estágio 1 e 2, os administradores fazem julgamentos complexos e subjectivos sobre o momento e dimensão das perdas de crédito esperadas a serem reconhecidas.</p> <p>Dada a importância de empréstimos e adiantamentos a clientes e dos investimentos financeiros mensurados pelo custo amortizado nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a importância dos julgamentos feitos pelos administradores na estimativa das perdas de crédito esperadas em relação às condições de mercado, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros foram consideradas uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos nesta área incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliar e testar o desenho e a eficácia operacional dos principais controlos sobre os cálculos de perdas de crédito esperadas. Para as perdas de crédito esperadas no estágio 2 e 3: <ul style="list-style-type: none"> Comparamos o valor e o momento dos fluxos de caixa futuros, com as evidências externas, quando disponíveis. Avaliamos o cálculo da imparidade com foco nas exposições a indústrias em dificuldades, tais como empresas de construção que dependem do apoio do governo para a continuação da sua existência. Para as perdas de crédito esperadas do estágio 1 calculadas numa base modelada: <ul style="list-style-type: none"> Obtivemos uma compreensão dos modelos usados para calcular as perdas de crédito esperadas e avaliamos se as mesmas estavam de acordo com os requisitos das NIRF's. Os nossos especialistas de Gestão de Risco Financeiro recalcularam de forma independente as perdas de crédito esperadas do estágio 1 usando modelos independentes face ao modelo do cliente. Avaliamos a razoabilidade do resultado do modelo com base no nosso conhecimento da indústria. Recalculamos o ajustamento de transição respeitante à adopção da NIRF 9 a 1 de Janeiro de 2018 com auxílio dos nossos especialistas de Gestão de Risco Financeiro. Avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras relacionadas com a imparidade de instrumentos financeiros em relação aos requisitos da NIRF 9, <i>Instrumentos Financeiros</i>.



Exactidão e imparidade do goodwill	
Consulte a nota 1, 1.4a e 21 das demonstrações financeiras	
Esta matéria relevante de auditoria é aplicável às demonstrações financeiras consolidadas.	
Matéria Relevante de Auditoria	Como foi abordada a matéria na nossa auditoria
<p>Durante o ano, o Moza Banco SA adquiriu 100% de acções no Banco Terra SA. A aquisição da subsidiária resultou num goodwill no valor de 427.0 milhões de Meticals, tendo sido reconhecido na demonstração da posição financeira consolidada.</p> <p>O Goodwill é testado anualmente relativamente a perdas por imparidade, sendo uma área de julgamento nas demonstrações financeiras consolidadas. Ao determinar se o Goodwill está em imparidade ou não, a administração faz o julgamento sobre os fluxos de caixa futuros e as taxas de desconto que devem ser usadas.</p> <p>Dada a importância do Goodwill e dos julgamentos significativos envolvidos na determinação do valor recuperável do Goodwill e da taxa de desconto a ser utilizada, o cálculo do Goodwill e a imparidade do Goodwill foram consideradas matérias relevantes de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos nesta área incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> Recalculamos a exactidão do Goodwill ao concordar o valor de aquisição à acta da reunião, com os extractos bancários e com o contrato de venda e concordamos o justo valor dos activos adquiridos com o balancete e as demonstrações financeiras à data da aquisição. Avaliamos os ajustamentos relacionados com o justo valor dos activos quanto à sua exactidão e razoabilidade. Recalculamos a imparidade do Goodwill da entidade para determinar a sua exactidão. Avaliamos a adequação dos pressupostos aplicados aos principais inputs, como a taxa de juro, crescimento do produto interno bruto, custos operacionais e taxa de inflação, que incluíram a comparação desses dados com dados obtidos externamente, bem como a nossa própria avaliação com base no nosso conhecimento sobre o cliente e indústria. Avaliamos a adequação da taxa de desconto para os fluxos de caixa futuros previstos, concordando com evidências externas e com o nosso conhecimento sobre o banco e a indústria. Avaliamos a adequação das divulgações do Goodwill efectuadas nas demonstrações financeiras respeitantes aos requisitos da NIC 36, <i>Imparidade de Activos</i> e NIRF 3 <i>Concentrações de Actividades Empresariais</i>.

Outra Informação

Os administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende a Declaração de Responsabilidade dos Administradores e o Relatório Anual, que obtivemos antes da data do presente relatório. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras consolidadas e individuais e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer forma de conclusão de garantia sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais ou com o nosso conhecimento obtido durante a auditoria, ou se de outra forma parece conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos na outra informação, obtida antes da data do presente relatório do auditor, concluímos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade dos Administradores em relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

Os administradores são responsáveis pela preparação e correcta apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, assim como pelos controlos internos que a administração determinar como necessários para permitir a preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais que estejam isentas de distorções materiais, devidas a fraude ou a erro.

Ao preparar as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade do Grupo e Banco em continuar a operar com base no pressuposto da continuidade, divulgando, quando aplicável, questões relacionadas com o pressuposto da continuidade e utilizando a base da contabilidade operacional, a menos que os administradores pretendam liquidar o grupo ou o banco e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa senão proceder dessa maneira.

Responsabilidades dos Auditores para a Auditoria às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

Os nossos objectivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais como um todo estão isentas de distorções materiais, devidas a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. A garantia razoável é um elevado nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre distorções materiais quando existem. As distorções materiais podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, quando se pode razoavelmente esperar que influenciem as tomadas de decisões económicas dos utilizadores com base nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria. E, igualmente:

- Identificar e avaliar os riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, devido a fraude ou erro, desenhamos e efectuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.



- Obter uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo e do Banco.
- Avaliar a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores.
- Concluir sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Grupo e Banco continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluímos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, eventos ou condições futuras podem fazer com que o Grupo e Banco deixem de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliar a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais reflectem as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação justa.
- Obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou actividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e desempenho da auditoria do grupo. Permanecemos exclusivamente responsáveis pela nossa opinião de auditoria.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e o momento da auditoria e as constatações de auditoria relevantes, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

Fornecemos igualmente aos administradores uma declaração de que cumprimos as exigências éticas relevantes em relação à independência e de reportarmos todas as relações e outras questões que possam ser razoavelmente considerados respeitantes à nossa independência e, quando aplicável, às salvaguardas relacionadas.

Das matérias reportadas aos administradores, determinamos as matérias que tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício corrente e, portanto, constituem as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas questões no nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento impossibilite a divulgação pública sobre a questão ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que uma questão não deve ser comunicada no nosso relatório considerando que as consequências adversas de fazê-lo seriam razoavelmente esperadas de superar os benefícios de interesse público de tal comunicação.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:

Abel Jone Guaiaguaiá, 04/CA/OCAM/2012
Sócio
20 de Março de 2019



Relatório e parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício de 2018

Exmos. Senhores Accionistas, do Moza Banco, SA

Nos termos da legislação em vigor apresentamos o relatório do Conselho Fiscal, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, as contas e proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração do Moza Banco apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

O Conselho Fiscal enquanto órgão de fiscalização, acompanhou a evolução da actividade do Banco através da apreciação das demonstrações financeiras trimestrais e respectivas informações de gestão.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras do exercício 2018, emitido sem qualificação, em 16 de Março de 2019, com qual concordamos.

Como resultado da actividade fiscalizadora do Conselho Fiscal, foi votado favoravelmente que a Assembleia Geral Anual do Moza Banco, SA aprove, com referência a 31 de Dezembro de 2018:

- a) As demonstrações financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, que foram do conhecimento prévio do Conselho Fiscal, e que estão em conformidade com a lei e satisfazem as disposições estatutárias, bem como as normas emanadas pelo Banco de Moçambique. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas de Relato Financeiro aplicáveis relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro 2018, e reflectem uma imagem verdadeira e apropriada do activo e passivo, da situação financeira e dos resultados do Moza Banco, SA.
- b) O relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, o qual, em nosso entender, esclarece sobre os principais aspectos da actividade do Banco no exercício de 2018.

1

- c) A proposta apresentada pelo Conselho de Administração relativa á aplicação do resultado líquido do exercício de 2018, no montante de (768 403) milhares de metcais.

Finalmente, o Conselho Fiscal anota e agradece a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções por parte do Conselho de Administração do Banco, da Secretária Geral da Sociedade e dos Serviços com os quais teve a oportunidade de contactar, bem como reconhecer os esforços empreendidos pelo Conselho de Administração para redução dos resultados negativos, comparativamente ao do exercício de 2017.

Maputo, 16 de Março de 2019

O Conselho Fiscal

(Venâncio M. Chirime)

(Sarel A. Nhabinde)

(Maria de Jesus Langa)

(Maria Lúcia Zacaria)

2

MODELO I
Balanco - Contas Consolidadas (Activo)

	Notas / Quadros anexos	Ano										Ano Anterior			
		A. Perimetro consolidação NIC/NIRF			C. Actividade bancária			D. Actividade seguradora			E. Outras actividades				
		1	2	3 = 1-2	B. Ajustamentos B-A-(C+D+E)	1	2	3 = 1-2	1	2	3 = 1-2	1	2	3 = 1-2	Perimetro consolidação NIC/NIRF
Activo															
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		1,149,647		1,149,647		792,375		792,375				357,272		357,272	
Disponibilidades em outras instituições de crédito		179,258		179,258		109,834		109,834				69,424		69,424	
Activos financeiros detidos para negociação		5,227,279		5,227,279		5,227,279		5,227,279				-		-	
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-		-		-		-				-		-	
Activos financeiros disponíveis para venda		2,627,883	27,025	2,600,858		2,370,478	27,025	2,370,478				230,380		230,380	
Aplicações em instituições de crédito		5,195,923		5,195,923		5,007,735	3,872,886	5,007,735				188,188		188,188	
Crédito a Clientes		24,136,583	4,156,620	19,979,963		21,926,425	24,136,583	18,053,539				2,210,158	283,733	1,926,424	
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-		-	-	-				-	-	-	
Activos com acordo de recompra		-	-	-		-	-	-				-	-	-	
Derivados de cobertura		-	-	-		-	-	-				-	-	-	
Activos não correntes detidos para venda		641,869	162,527	479,343		470,185	162,527	307,658				171,685		171,685	
Propriedades de investimento		128,699	6,307	122,392		128,699	6,307	122,392				-		-	
Outros activos tangíveis		2,661,698	1,486,056	1,175,642		2,387,179	1,251,859	1,135,320				274,520	234,197	40,322	
Activos intangíveis		1,419,337	758,451	660,887	427,033	808,463	598,585	209,878				183,841	159,866	23,975	
Investimentos em filiais excluídas de consolidação, associadas e empreendimentos conjuntos		6,328	-	6,328	-1,524,587	1,530,915	-	1,530,915				-	-	-	
Activos por impostos correntes		176,883		176,883		165,584		165,584				11,299		11,299	
Activos por impostos diferidos		95,000		95,000		95,000		95,000				-		-	
Provisões técnicas de resseguro cedido		-	-	-		-	-	-				-	-	-	
Outros Activos		3,532,082	336,908	3,195,174		3,503,411	336,908	3,166,503				28,671		28,671	
Devedores por seguro directo e resseguro		-	-	-		-	-	-				-	-	-	
Outros		-	-	-		-	-	-				-	-	-	
Total de activos		47,178,467	6,933,892	40,244,575		44,550,585	6,256,096	38,294,489				3,725,436	677,7963,047,640		

MODELO I
Balanco - Contas Consolidadas (Passivo)

	Notas / Quadros anexos	Ano										Ano Anterior			
		A. Perimetro consolidação NIC/NIRF			C. Actividade bancária			D. Actividade seguradora			E. Outras actividades				
		1	2	3 = 1-2	B. Ajustamentos B-A-(C+D+E)	1	2	3 = 1-2	1	2	3 = 1-2	1	2	3 = 1-2	Perimetro consolidação NIC/NIRF
Passivo															
Recursos de bancos centrais		816,965		816,965		816,965		816,965				-		-	
Passivos financeiros detidos para negociação		553		553		553		553				-		-	
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-		-		-		-				-		-	
Recursos de outras instituições de crédito		57,059		57,059		55,867		55,867				1,193		1,193	
Recursos de clientes e outros empréstimos		26,798,613		26,798,613		24,893,205		24,893,205				1,905,408		1,905,408	
Responsabilidades representadas por títulos		0		0		0		0				-		-	
Derivados de cobertura		-		-		-		-				-		-	
Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		-		-		-		-				-		-	
Provisões		91,101		91,101		87,995		87,995				3,106		3,106	
Provisões técnicas		-		-		-		-				-		-	
Passivos por impostos correntes		-		-		-		-				-		-	
Passivos por impostos diferidos		8,946		8,946		8,839		8,839				107		107	
Instrumentos representativos de capital		-		-		-		-				-		-	
Outros passivos subordinados		870,026		870,026		870,026		870,026				-		-	
Outros passivos		2,515,807		2,515,807		2,468,481		2,468,481				47,325		47,325	
Credores por seguro directo e resseguro		-		-		-		-				-		-	
Outros passivos		-		-		-		-				-		-	
Total de Passivo		31,159,072		31,159,072		29,201,932		29,201,932				1,957,139		1,957,139	
Capital															
Capital		3,943,250		3,943,250		3,943,250		3,943,250				2,627,743		2,627,743	
Prémios de emissão		1,993,740		1,993,740		1,993,740		1,993,740				-		-	
Outros instrumentos de capital		58,716		58,716		58,716		58,716				58,716		58,716	
(Acções próprias)		-		-		-		-				-		-	
Reservas de reavaliação		-		-		-		-				429		429	
Outras reservas e resultados transitados		3,865,254	-2,627,743	1,237,511		3,923,969		3,923,969				-1,235,251		-1,235,251	
Resultado do exercicio		-775,457		-775,457		-768,403		-768,403				-361,136		-361,136	
(Dividendos antecipados)		-		-		-		-				-		-	
Interesses minoritários		-		-		-429		-429				-		-	
Total de Capital		9,085,503		9,085,503		1,176,535		1,176,535				1,090,501		1,090,501	
Total de Passivo + Capital		40,244,575		40,244,575		30,378,467		30,378,467				3,047,640		3,047,640	

MODELO II
Demonstração de Resultados - Contas Consolidadas

	Notas / Quadros anexos	Ano										Ano Anterior			
		A. Perimetro consolidação NIC/NIRF			C. Actividade bancária			D. Actividade seguradora			E. Outras actividades				
		1	2	3 = 1-2	B. Ajustamentos B-A-(C+D+E)	1	2	3 = 1-2	1	2	3 = 1-2	1	2	3 = 1-2	Perimetro consolidação NIC/NIRF
Juros e rendimentos similares		4,414,701		4,414,701		4,413,361		4,413,361				1,340		1,340	
Juros e encargos similares		2,560,274		2,560,274		2,555,928		2,555,928				4,346		4,346	
Margem financeira		1,854,427		1,854,427		1,857,433		1,857,433				(3,006)		(3,006)	
Rendimentos de instrumentos de capital		-		-		-		-				-		-	
Rendimentos com serviços e comissões		457,517		457,517		455,754		455,754				1,763		1,763	
Encargos com serviços e comissões		90,388		90,388		89,762		89,762				626		626	
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		(95,057)		(95,057)		(95,057)		(95,057)				-		-	
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-		-		-		-				-		-	
Resultados de reavaliação cambial		176,434		176,434		176,434		176,434				0		0	
Resultados de alienação de outros activos		(34,617)		(34,617)		(34,617)		(34,617)				-		-	
Prémios líquidos de resseguro		-		-		-		-				-		-	
Custos com sinistros liquidados de resseguro		-		-		-		-				-		-	
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro		-		-		-		-				-		-	
Outros resultados de exploração		17,580		17,580		21,918		21,918				(4,338)		(4,338)	
Produto bancário		2,285,896		2,285,896		2,292,103		2,292,103				(6,206)		(6,206)	
Custos com pessoal		1,139,305		1,139,305		1,138,139		1,138,139				1,166		1,166	
Gastos gerais administrativos		1,242,457		1,242,457		1,231,673		1,231,673				10,785		10,785	
Amortizações do exercicio		381,112		381,112		381,112		381,112				-		-	
Provisões líquidas de reposições e anulações		87		87		766		766				(678)		(678)	
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		243,392		243,392		253,817		253,817				(10,425)		(10,425)	
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		-		-		-		-				-		-	
Diferenças de consolidação negativas		-		-		-		-				-		-	
Resultados de filiais excluídas de consolidação, associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)*		-		-		-		-				-		-	